O objetivo precípuo desta obra é apresentar ao leitor brasileiro uma visão panorâmica da lingüística textual, ramo da ciência da linguagem que vem tendo grande impulso, nas últimas décadas, especialmente na Europa, e cuja divulgação em nosso país é ainda incipiente, em razão de existirem poucas obras traduzidas para o português.

Este trabalho constitui um auxiliar precioso para todos aqueles que se interessam por esse campo de pesquisa e, particularmente, para professores e alunos de cursos de graduação e pós-graduação em Letras, Comunicações e áreas afins.

O livro das professoras Leonor Lopes Fávero e Ingedore G. Villaça Koch, resultado de cuidadoso trabalho de pesquisa, em obras publicadas em diversos idiomas, visa pôr em evidência os relevantes problemas oriundos do estudo das propriedades específicas do texto e descrever alguns dos vários modelos já propostos de gramáticas textuais.

ISBN 85-249-0380-5
9 788524 903809

CORTEZ EDITORA

Leonor Lopes Fávero • Ingedore G. Villaça Koch

Lingüística Textual: Introdução

Leonor Lopes Fávero
Ingedore G. Villaça Koch

Lingüística Textual: Introdução

6ª edição

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Fávero, Leonor Lopes e.
F277L Lingüística textual : uma introdução / Leonor Lopes Fávero, Ingedore G. Villaça Koch. – 6. ed. – São Paulo, Cortez, 2002. (Série gramática portuguesa na pesquisa e no ensino ; 9)

Bibliografia
ISBN 85-249-0380-5

1. Análise do discurso 2. Lingüistas 3. Lingüística I. Koch, Ingedore Grunfeld Villaça. II. Título.

83-0683 CDD - 410
- 409.2
- 415

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso : Lingüística 410
2. Discurso : Análise : Lingüística 410
3. Gramática textual : Lingüística 415
4. Lingüistas : Biografia e obra 409.2
5. Lingüística textual 410

Leonor Lopes Fávero
Ingedore G. Villaça Koch

Lingüística Textual:

Introdução

6ª edição

LINGÜÍSTICA TEXTUAL: uma introdução
Leonor Lopes Fávero
Ingedore G. Villaça Koch

Capa: Carlos Clémen

Direitos para esta edição
CORTEZ EDITORA
Rua Bartira, 317 – Perdizes
05009-000 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290
E-mail: cortez@cortezeditora.com.br
www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil – fevereiro de 2002

SUMÁRIO

Leonor Lopes Fávero é licenciada em Letras Neolatinas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Fez seus estudos pós-graduados no Programa de Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas da PUC/SP, doutorando-se em Lingüística — Português. Titular de Língua Portuguesa na PUC/SP, vinculada ao Departamento de Português, é docente do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, onde ministra os cursos de Sintaxe da Língua Portuguesa I e III, e do Centro de Educação, onde leciona Prática de Ensino de Português, além de coordenar cursos de Especialização em Língua Portuguesa para professores de 1º e 2º graus, oferecidos anualmente pela PUC/SP.

Ingedore Grunfeld Villaça Koch é bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo e possui licenciatura plena em Letras. Fez seus estudos pós-graduados no Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da PUC/SP, onde obteve os títulos de mestre e de doutora em Ciências Humanas: Língua Portuguesa. É docente vinculada ao Departamento de Português da Faculdade de Comunicação e Filosofia da PUC/SP, onde ministra diversas disciplinas constantes dos currículos dos cursos de graduação em Língua e Literatura Portuguesas, Língua e Literatura Inglesas e Jornalismo, além de cursos de extensão e especialização.

Para minha mãe,
Ovídio, Mariana e Luiz Paulo

Para minha mãe,
Luiz, Anamaria e Paulo Fernando

NOTA INTRODUTÓRIA

O objetivo desta obra é apresentar ao leitor brasileiro uma visão panorâmica do recente ramo da ciência da linguagem que se denomina lingüística textual.

O livro compõe-se de três capítulos. No primeiro, introdutório, procura-se mostrar as causas do surgimento das chamadas gramáticas textuais, apresentar a sua conceituação e evidenciar-lhes a relevância, além de indicar as diferentes abordagens teóricas de que vêm sendo objeto; apresentam-se, também, diversas das acepções com que se vêm empregando os termos texto e discurso.

No segundo capítulo, faz-se, inicialmente, referência a disciplinas que, de uma maneira ou de outra, ocuparam-se de aspectos significativos para a melhor compreensão do discurso e do texto (a antiga retórica, a estilística, o formalismo russo); a seguir, são focalizados alguns lingüistas cujas obras podem ser consideradas precursoras, por terem se estendido além dos limites do enunciado (Harris, Pêcheux, Pike e outros).

No terceiro capítulo, procede-se a uma resenha informativa de trabalhos de alguns autores, quer da linha estruturalista, quer da gerativa, empenhados, uns, na pesquisa das propriedades específicas do texto, outros, na construção de modelos de gramáticas textuais. Entre os primeiros, selecionaram-se nomes representativos como os de Halliday, Ducrot e Weinrich; entre os últimos, Isenberg e Lang — que apresentam sugestões quanto a possíveis modelos — e Dressler, Petöfi e Van Dijk — que chegam a formalizar modelos explícitos, os quais apresentam entre si pontos convergentes e divergentes. Não se incluiu nesta obra, além de diversos outros, o nome de S. J. Schmidt, pelo fato de encon-

trar-se traduzido para o português seu livro *Lingüística e Teoria de Texto*, que traz, claramente delineados, os fundamentos teóricos em que se assentam os seus trabalhos.

Este trabalho justifica-se pelo fato de fazermos parte de um núcleo de pesquisa — o Instituto de Pesquisas Lingüísticas "Sedes Sapientiae" para Estudos de Português, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — que vem se dedicando, nestes últimos anos, à elaboração de uma Gramática Portuguesa de Texto.

A obra destina-se, precipuamente, a estudantes universitários e, de modo especial, a pós-graduandos, interessados em colocar-se a par das teorias sobre o texto surgidas, nas últimas décadas, em diversos países, especialmente da Europa.

Para facilitar-lhes o entendimento do assunto — já de si bastante complexo — optou-se por traduzir as citações dos originais, escritos quase todos em alemão, espanhol, francês, inglês e italiano.

Deseja-se ressaltar que não se trata de uma resenha crítica das obras aqui examinadas, já que o principal objetivo é o de dar aos leitores uma visão geral do que se vem fazendo nesse domínio. Isto lhes permitirá não só tomar conhecimento desses trabalhos, como, posteriormente, aprofundar o estudo daqueles autores que lhes parecerem mais interessantes, através de consulta direta às suas obras, para o que poderá servir de guia a bibliografia apresentada no final deste livro.

Espera-se ter atingido os objetivos almejados.

As Autoras

Capítulo 1

A LINGÜÍSTICA TEXTUAL

1.1. ORIGEM

A lingüística textual constitui um novo ramo da lingüística, que começou a desenvolver-se na década de 60, na Europa, e, de modo especial, na Alemanha.

Sua hipótese de trabalho consiste em tomar como unidade básica, ou seja, como objeto particular de investigação, não mais a palavra ou a frase, mas sim o texto, por serem os textos a forma específica de manifestação da linguagem.

A origem do termo *lingüística textual* pode ser encontrada em Coseriu (1955), embora, no sentido que lhe é atualmente atribuído, tenha sido empregado pela primeira vez por Weinrich (1966, 1967).

A partir dessa década, surge uma rica bibliografia sobre o assunto, destacando-se autores como Heidolph, Hartung, Isenberg, Thümmel, Hartmann, Harweg, Petöfi, Dressler, Van Dijk, Schmidt, Kummer, Wunderlich, entre outros, cujos trabalhos se desenvolvem, sobretudo, em equipes, concentradas em núcleos importantes como os de Westfalia, Münster, Colônia, Constança, Hamburgo e Bielefeld. Várias revistas dedicam-lhe números especiais, como é o caso de *Replik*, 1 (1982), 2; *LiLi. Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik*, 2 (1972), 5; *Poetics*, 3 (1972); *Der Deutschunterricht*, 24 (1972); *Langages*, 26 (1977). Realizam-se, sobre o tema, congressos internacionais. Dicionários e enciclopédias de lingüística documentam amplamente as novas pesquisas, podendo-se citar as obras de Lewandowski (*Linguistisches Wörterbuch*), Althaus, Henne e Wiegand (*Lexicon der Germanistischen Linguistik*) e Stammerjohann (*Handbuch der Linguistik*).

Importante é salientar que, devido à diversidade das concepções de *texto* na lingüística textual, as denominações dadas à disciplina pelos autores das diversas correntes apresentam-se bastante variadas e, por vezes, desorientadoras. Têm-se, assim, além de *análise transfrástica* e *gramática de texto*, outras denominações tais como *Textologia* (Harweg), *Teoria de Texto* (Schmidt), *Translingüística* (Barthes), *Hipersintaxe* (Palek), *Teoria da Estrutura do Texto — Estrutura do Mundo* (Petöfi) etc.

1.2. CAUSAS DO SURGIMENTO DAS GRAMÁTICAS TEXTUAIS

Entre as causas que levaram os lingüistas a desenvolverem gramáticas textuais, podem-se citar: as lacunas das gramáticas de frase no tratamento de fenômenos tais como a correferência, a pronominalização, a seleção dos artigos (definido ou indefinido), a ordem das palavras no enunciado, a relação tópico-comentário, a entoação, as relações entre sentenças não ligadas por conjunções, a concordância dos tempos verbais e vários outros que só podem ser devidamente explicados em termos de texto ou, então, com referência a um contexto situacional.

Assim, colocou-se, de imediato, um dilema: para um tratamento adequado dos fenômenos citados, bastaria fazer intervir, na gramática da frase, o *contexto*, ou seja, construir uma gramática do enunciado que levasse em conta o seu contexto? Ou seria necessário construir uma nova gramática — a gramática textual?

Dressler (1977) demonstra que, na verdade, são poucos os problemas da gramática que não têm alguma relação com uma lingüística do texto. Pondera que, nas gramáticas da frase, ficam excluídas vastas partes da morfologia, da fonologia e da lexicologia. Já a lingüística textual comporta diversas manifestações: cabe à *semântica do texto* explicitar o que se deve entender por significação de um texto e como ela se constitui. É tarefa da *pragmática do texto* dizer qual é a função de um texto no contexto (extralingüístico). A *sintaxe do texto* tem por encargo verificar como vem expressa sintaticamente a significação de um texto e como pode expressar o que está à sua volta. Estreitamente correlacionada à sintaxe do texto, está a *fonética do texto*, que, de modo análogo à fonética da frase, ocupa-se das características e dos sinais fonéticos da configuração sintática textual.

Finalmente, pode-se indagar quais as contribuições que a lingüística do texto pode dar a disciplinas afins não-lingüísticas e de que modo pode ser enriquecida por elas: está aí o papel interdisciplinar da lingüística textual.

1.3. MOMENTOS

Conte (1977) distingue três momentos fundamentais na passagem da teoria da frase à teoria de texto, frisando que não se trata de uma distinção de ordem cronológica, e sim tipológica, por não haver, entre eles, uma sucessão temporal, constituindo-se cada um deles em um tipo diferente de desenvolvimento teórico.

Apresenta, como primeiro momento, o da *análise transfrástica*, em que se procede à análise das regularidades que transcendem os limites do enunciado; o segundo é o da construção das *gramáticas textuais*; o terceiro, finalmente, é o da construção das *teorias de texto*.

1.3.1. No primeiro momento, a pesquisa circunscreve-se, ainda, a *enunciados* ou *seqüências de enunciados*, partindo-se, pois, destes em direção ao texto, definido, por exemplo, por Isenberg (1970) como "seqüência coerente de enunciados". Seu principal objetivo é o de estudar os tipos de relação que se podem estabelecer entre os diversos enunciados que compõem uma seqüência significativa.

Entre essas relações, ocupam primeiro plano as relações referenciais, em particular a correferência, que é considerada como um dos principais fatores de coesão textual.

Nesta linha, podem-se citar os trabalhos de Harweg (1968), para quem são os *pronomes* que constituem um texto em texto. Classifica como pronome toda e qualquer expressão lingüística que retoma (como *substituens*) outra expressão lingüística co-referencial (*substituendum*). Assim, define o texto como uma sucessão de unidades lingüísticas constituída mediante uma concatenação pronominal ininterrupta.

Mesmo dentro dessa linha de pesquisa, encontram-se orientações bastante heterogêneas: umas estruturalistas (H. Weinrich, R. Harweg), outras gerativistas (H. Isenberg, W. Thümmel, R. Steinitz, L. Karttunen). Embora se deva reconhecer que, nesse primeiro momento, deu-se um passo à frente, ao se superarem os limites da frase, e que se preparou, de certa forma, o terreno para uma gramática textual, não se pode dizer, porém, que se

tenha chegado a um tratamento autônomo do texto, nem que se tenha construído um modelo teórico capaz de garantir um tratamento homogêneo dos fenômenos pesquisados.

1.3.2. A gramática textual surgiu com a finalidade de refletir sobre fenômenos lingüísticos inexplicáveis por meio de uma gramática do enunciado. O que a legitima é, pois, a descontinuidade existente entre enunciado e texto, já que há entre ambos uma diferença de ordem qualitativa (e não meramente quantitativa).

Sendo o texto muito mais que uma simples seqüência de enunciados, a sua compreensão e a sua produção derivam de uma competência específica do falante — a competência textual — que se distingue da competência frasal ou lingüística em sentido estrito [como a descreve, por exemplo, Chomsky (1965)]. Todo falante de uma língua tem a capacidade de distinguir um texto coerente de um aglomerado incoerente de enunciados, e esta competência é, também, especificamente lingüística — em sentido amplo. Qualquer falante é capaz de parafrasear um texto, de resumi-lo, de perceber se está completo ou incompleto, de atribuir-lhe um título ou, ainda, de produzir um texto a partir de um título dado. São estas habilidades do usuário da língua que justificam a construção de uma gramática textual, cujas tarefas básicas são:

a) verificar o que faz com que um texto seja um texto, isto é, determinar os seus *princípios de constituição*, os fatores responsáveis pela sua *coerência*, as condições em que se manifesta a textualidade (*Texthäftigkeit*);

b) levantar critérios para a delimitação de textos, já que a *completude* é uma das características essenciais do texto;

c) diferenciar as várias espécies de textos.

Lang (1971), postulando ser o texto "o resultado de operações de integração", ressalta que a significação de um texto (ou, ainda, a informação que ele veicula) constitui um todo, diferente da soma das significações das frases que o constituem, visto possuir, com relação a esta, um "suplemento de significação", conforme se verá no terceiro capítulo deste trabalho.

Entre os vários modelos de gramáticas textuais, destaca-se o de Petöfi.

O modelo de Petöfi é uma gramática textual com uma base textual fixada de modo não-linear (*Textgrammatik mit nicht-linear festgelegter Textbasis*); isto é, a base textual consta de uma representação semântica, indeterminada com respeito às manifestações lineares das seqüências de enunciados. É a parte transformacional que determina as manifestações lineares do texto. Petöfi postula ser este modelo de gramática apto a tornar possível: *a*) a *análise de textos*, isto é, a atribuição a uma manifestação linear de todas as bases textuais possíveis; *b*) a *síntese de textos*, ou seja, a geração de todas as possíveis bases textuais; *c*) a *comparação de textos*. Neste modelo, o léxico, com suas representações semânticas intensionais, assume função relevante.

A gramática textual constitui, segundo Petöfi, apenas um dos componentes da *teoria de texto* por ele projetada.

Passa-se, assim, ao terceiro momento citado por Conte, o das teorias de texto.

1.3.3. No terceiro momento, adquire particular importância o tratamento dos textos no seu contexto pragmático: o âmbito de investigação se estende do texto ao contexto, entendido, em geral, como conjunto de condições — externas ao texto — da produção, da recepção e da interpretação do texto.

Para o surgimento das teorias de texto contribuíram, de maneira relevante, a *teoria dos atos de fala*, a *lógica das ações* e a *teoria lógico-matemática dos modelos*. Por outro lado, a incorporação da *pragmática* aos estudos lingüísticos levou a posicionamentos diversos por parte dos vários autores. Para uns, como é o caso de Dressler, a pragmática constitui apenas um componente acrescentado *a posteriori* a um modelo preexistente de gramática textual, cabendo-lhe tão-somente dar conta da situação comunicativa na qual o texto é introduzido. Outros postulam um componente pragmático integrado à descrição lingüística, como Schmidt, para quem a inserção da pragmática significa a evolução da lingüística textual em direção a uma *teoria pragmática do texto*, que tem como ponto de partida o ato de comunicação — com todos os seus pressupostos psicológicos e sociológicos — inserido numa específica situação comunicativa.

Para Schmidt, o *ato de comunicação*, como forma específica de interação social, torna-se o *explicandum* da lingüística, de modo que a competência que constitui a base empírica da teoria de texto deixa de ser a competência textual, passando a ser a

competência comunicativa[1] (capacidade de o falante empregar adequadamente a linguagem nas diversas situações de comunicação). Com base nos *jogos verbais de* Wittgenstein (*Sprachspiele*) e na *lógica das ações* de von Wright, Schmidt projeta a teoria dos *jogos de ação comunicativa* (*kommunikative Handlungsspiele*), programa bastante ambicioso que transcende os limites da teoria lingüística *stricto sensu*.

Também Oller (1972: 43-55) postula um componente pragmático integrado à descrição lingüística. Propõe um modelo no qual considera o uso da língua como um processo que se realiza em três níveis ou dimensões indissoluvelmente integrados: a dimensão sintática, a semântica e a pragmática. Na dimensão sintática, dá-se o arranjo temporal dos elementos; na semântica, opera-se a contrastação e a seleção dos elementos em relação a outros do mesmo tipo (paradigmas); na pragmática, ocorre o relacionamento entre os diversos elementos sintático-semânticos e as informações veiculadas por meios não-verbais, bem como o conhecimento prévio disponível. Concebe o uso lingüístico em enunciados concretos sob a forma de um processo de decisão, que se realiza nas três dimensões citadas: "é a pragmática da geração de frases que determina a opção a ser feita em cada situação sintática e semântica". E continua: "... a pragmática é definida como a interação dinâmica entre o conhecimento do locutor a respeito do universo (incluindo as informações imediatamente percebidas) e as dimensões sintático-semânticas. Estas dimensões, entretanto, de nenhuma maneira são independentes".

A inserção da pragmática na teoria de texto elaborada por Petöfi apresenta-se de maneira bastante complexa, mas, também para ele, é impossível separar-se sintaxe, semântica e pragmática.

Desde 1973, Petöfi vem desenvolvendo uma teoria parcial do texto que denomina TeSWeST (*TextstrukturWeltstruktur-Theorie*) — Teoria da Estrutura de Texto-Estrutura do Mundo

1. A expressão competência comunicativa foi usada, inicialmente, por Campbell e Wales (1970), quando se referem aos fatores contextuais, de ordem verbal e não-verbal, envolvidos no processo de aquisição da competência lingüística; e por Wunderlich (1968), que considera a competência comunicativa "uma espécie de metacompetência", um componente a mais na constituição da competência lingüística, que designaria a potencialidade de modificar as regras vigentes da geração de frases, de inserir novos elementos dentro do vocabulário etc., e que explicaria o fato de que as línguas podem ser aprendidas, de que há diferenças sociológicas entre as competências dos usuários de uma língua, e, enfim, de que os sistemas lingüísticos são sistemas intercambiáveis.

— cujo objeto é a relação entre a estrutura de um texto e as interpretações extensionais (em termos de mundos possíveis) do mundo (ou do complexo de mundos) que é textualizada em um texto. O modelo de Petöfi também será exposto mais adiante.

Atualmente, nota-se que o desenvolvimento geral da lingüística textual — que se iniciou num estágio mais ou menos restrito e programático, inspirado, em grande parte, na teoria gerativa — vem ocorrendo dentro de um enfoque mais amplo, mais substancial e interdisciplinar.

1.4. CONCEITUAÇÃO E RELEVÂNCIA DAS GRAMÁTICAS TEXTUAIS

Uma gramática textual não é um tipo específico de gramática, como a estrutural, a gerativo-transformacional ou a funcional (embora fragmentos de gramáticas textuais possam, em princípio, ser formulados em termos de qualquer um destes modelos).

A gramática textual define-se em termos do tipo de *objeto* que se propõe descrever de maneira explícita — o "texto" ou "discurso".

Do mesmo modo, a lingüística textual não deve ser caracterizada em termos de certos métodos ou modelos, mas, sim, do seu escopo, ou seja, dos tipos de objetos e de problemas que constituem o seu campo de estudo. Assim sendo, diz van Dijk (1978), não teria sentido tentar provar que a gramática de texto ou a lingüística textual são "incorretas", já que elas resultam da decisão de se proceder a um estudo lingüístico (gramatical) do discurso, decisão esta que necessita de legitimação, mas não pode ser "refutada".

Desde o momento em que se reconheça também como tarefa própria da lingüística o estudo das estruturas do discurso, não será mais necessário falar em gramática e lingüística de texto: elas estariam englobadas na gramática e na lingüística.

Porém, como ainda hoje não se adota, de modo unânime, este ponto de vista, uma série de argumentos poderia ser levantada a seu favor (cf. Van Dijk, 1978):

1) às teorias lingüísticas e às gramáticas em particular cabe dar conta da estrutura lingüística de *enunciados completos*, isto é, também de enunciados constituídos de seqüências de frases.

2) existem propriedades gramaticais *além dos limites da sentença* — por ex., as relações semânticas entre sentenças.

3) o estudo do discurso permite chegar a *generalizações* sobre as propriedades de períodos compostos e de seqüências de frases.

4) certas propriedades lingüísticas fazem parte de *unidades supra-sentenciais* — por ex., fragmentos, parágrafos de um discurso, como também a noção de macroestrutura.

5) o relacionamento entre *gramática* e *pragmática* pressupõe uma descrição gramatical também de seqüências de frases e de propriedades do discurso como um todo — por ex., para dar conta das relações entre *atos de fala* e *macroatos de fala.*

6) uma gramática textual fornece uma base mais adequada para um relacionamento sistemático com outras teorias que se ocupam do estudo do discurso, como a estilística, a retórica, a poética etc.

7) uma gramática de texto oferece melhor base lingüística para a elaboração de *modelos cognitivos* do desenvolvimento, produção e compreensão da linguagem (e, portanto, do discurso).

8) uma gramática textual fornece melhor base para o estudo do discurso e da conversação em *contextos sociais interacionais e institucionais*, e para o estudo dos tipos de discurso e usos de linguagem entre *culturas.*

1.5. O CONCEITO DE TEXTO

Sobre o termo *texto*, diz Stammerjohann (1975: 490 ss.) que se trata do conceito central da Lingüística Textual e da Teoria de Texto, abrangendo tanto textos orais quanto escritos que tenham como extensão mínima dois signos lingüísticos, um dos quais, porém, pode ser suprido pela situação, no caso de textos de uma só palavra, como "Socorro!", sendo sua extensão máxima indeterminada. Assim, já se tentou conceber as enunciações de uma pessoa, limitadas por pausas mais ou menos longas (Harweg, 1970) ou mesmo todas as enunciações feitas em uma determinada língua (Hjelmslev, 1953) como um texto (descontínuo). De maneira geral, contudo, a lingüística textual trabalha com textos delimitados, cujo início e cujo final são determinados de um modo mais ou menos explícito. As demarcações mais evidentes são decorrentes de alterações na interação pragmática dos indivíduos que produzem ou recebem um texto. Um sermão,

um diálogo, um livro constituem textos devidamente delimitados. Partindo-se, pois, do pressuposto de que os limites pragmáticos podem ser estabelecidos de acordo com a situação de comunicação, os textos — *no plural* — podem ser considerados como dados primários da lingüística (Hartmann, in Stempel, 1971).

1.5.1. Como entroncamento da lingüística estrutural, a lingüística textual tentou encontrar, de início, regras para o encadeamento de sentenças, para, desse modo, poder conservar os métodos anteriores da análise frasal, ampliando-os, para chegar a uma análise de pares de frases. De acordo com este procedimento, a frase precedente constitui o contexto mínimo ao qual está ligada a estrutura gramatical da frase subseqüente (Isačenko, 1965). Todavia, as tentativas de desenvolver a lingüística textual como uma lingüística da frase ampliada ou corrigida foram sendo abandonadas, por se mostrarem pouco adequadas.

1.5.2. Outra corrente, com muitos adeptos, entende a lingüística textual como uma nova orientação da lingüística a partir da noção de texto. Inverte-se o método ascendente da frase para o texto, isto é, postula-se o método descendente, do texto para a frase e, deste, para as unidades menores. Por meio da segmentação, obtém-se, a partir da unidade mais altamente hierarquizada — o texto — as unidades menores que podem, então, ser classificadas. Porém, a segmentação e a classificação, operações fundamentais da lingüística estrutural, só podem ser efetuadas como operações da lingüística textual, se a função textual dos elementos individuais do texto não se perder, quer na segmentação, quer na classificação, já que o texto não é definível como simples seqüência de cadeias significativas. Os signos individuais que constituem uma seqüência textual são interligados por múltiplas relações de ordem semântica, sintática e fonológica. Os textos são seqüências de signos verbais sistematicamente ordenados. Como processos ordenados de complexidade relacional, eles permitem ser incluídos na noção de sistemas, no sentido da Teoria Geral dos Sistemas (Oomen, 1969, 1971). Por esta razão, também, um dado texto pode ser considerado como um signo lingüístico primário e global, de modo a atribuir-se a seus segmentos apenas o *status* de signos parciais (Hartmann, 1968b). Estas posições levam à conseqüência metodológica de que a análise de elementos isolados, como frases, palavras etc., só é possível se as condições de seu isolamento do conjunto do texto forem analisadas concomitantemente.

1.5.3. É discutível, no âmbito da lingüística textual, se, dentro do texto, a unidade *frase* deve ou não ter um estatuto especial. Há concordância, porém, em admitir que muitos elementos estruturadores do texto atuam como conectores além da fronteira da frase; ou, de maneira retroativa, sobre a informação anterior do contexto já enunciado (anafóricos), ou, de maneira projetiva, sobre a informação a ser veiculada no contexto subseqüente (catafóricos). Esses conectores tanto podem ser *acréscimos* (juntores, redundâncias, dêiticos etc.), como *reduções* (pronomes, pró-formas, elipses etc.). Caracterizam-se os textos não só por aquilo que neles ocorre, como pelo que deixa de ocorrer (Brinkmann, 1971).

1.5.4. No plano do conteúdo, os significados ordenados de todos os signos do conjunto do texto podem ser designados de *sentido* (*Sinn*). À semântica textual, como parte da lingüística textual, cabe indagar-se sobre as regras válidas para a determinação recíproca dos signos verbais no texto e a sua compatibilidade dentro do contexto.

A sintaxe textual inter-relaciona-se com essa semântica ao indagar-se sobre a contribuição, no texto, das instruções dos morfemas sintáticos à redução da complexidade da significação e à formação de um sentido global. Esses morfemas e sintagmas que, de maneira particular, trazem uma contribuição à formação do texto denominam-se *elementos constitutivos*. A uma descrição completa dos elementos constitutivos de que dispõe uma dada língua para a estruturação de textos denomina-se *gramática textual*. Depende, naturalmente, da teoria de texto adotada, quais requisitos de adequação, explicitude e formalidade tal gramática deverá possuir.

1.5.5. O escopo da descrição de uma gramática textual, que toma como ponto de partida *textos* (no plural), é o *texto* (no singular). Este é uma *entidade abstrata* (van Dijk, 1972), um *texto potencial* (Hartmann, 1968a e Dressler, 1970a) ou *texto "êmico"* em oposição à multiplicidade de textos empíricos, "*éticos*" (Harweg, 1968). Cabe à gramática textual explicar o que faz com que um texto seja um texto, propriedade esta que se denomina *textualidade*. Os textos empíricos individuais podem ser considerados como realizações verbais ("textualizações") de sua textualidade. Estas noções permitem adotar a posição de que os mídia da textualização podem adquirir formas variadas, de tal modo que não só os textos verbais, mas também pictóricos, arquitetônicos, fílmicos ou quaisquer outros podem

ser concebidos como "textos", isto é, como manifestações de uma textualidade.

1.5.6. Nos desenvolvimentos que se têm feito no campo da gramática gerativa, não se cogita tanto de textualidade, mas de uma *estrutura profunda textual*, de uma macroestrutura do discurso. Partindo-se de um símbolo inicial T (= *Text*), experiências estão sendo feitas no sentido de descrever a estrutura profunda textual como um plano semântico do texto (van Dijk, 1972). Discute-se se essa estrutura profunda deve ser linear (Rieser, 1971) ou não-linear (Petöfi, 1973). De qualquer modo, considera-se a existência de um componente gerador textual que, a partir da estrutura profunda, permite gerar textos superficiais de todos os tipos.

1.5.7. Lewandowski (1975: 734 ss.) ressalta que a caracterização, delimitação e determinação do que seja o texto (para ele, sinônimo de discurso) têm sido feitas adotando-se pontos de vista bastante diversos. Em algumas definições, procura-se caracterizar a sua essência, como por exemplo: "o signo lingüístico original, a possibilidade fundamental da ocorrência da língua" (Hartmann, in Stempel, 1971: 10). Outras vezes, leva-se em conta o aspecto funcional-intencional, por exemplo, "porção suficiente de discurso capaz de exercer funções, (. . .) no sentido e no quadro de uma função discursiva" (Hartmann, 1971: 10) e "unidade lingüisticamente completa, conforme a intenção do emissor e/ou do receptor, construída segundo as regras da gramática" (Dressler, 1972: 1). Há aquelas que têm caráter hierarquizador, por exemplo "unidade lingüística mais alta e mais independente" (Dressler, 1970a: 64); e aquelas que recorrem a elementos externos à língua (ou transcendentes ao texto), como "uma seqüência de manifestações dos mesmos objetos de comunicação em situações diversas, à qual não corresponde necessariamente um contexto lingüístico" (Figge, in Stempel, 1971: 181). Outras há que se orientam para a teoria da comunicação ou para a teoria dos atos de fala, por exemplo: "cada porção lingüística manifesta de um ato de comunicação em um jogo de ação comunicativa, tematicamente orientada e que preenche uma função comunicativa capaz de ser reconhecida" (Schmidt, in Althaus et al., 1973: 239).

Oomen (1972) conceitua os textos como sistemas complexos que podem preencher diversas funções comunicativas. Freqüentemente os textos são definidos (conscientemente) a partir de aspectos diversos. Assim, por exemplo, Weinrich (1971: 9,

11) ressalta: a) a seqüência coerente e consistente de signos lingüísticos; b) a delimitação por interrupções significativas na comunicação; c) o *status* do texto como maior unidade lingüística. De salientar-se, também, é a mais recente integração de componentes semântico-temáticos — os constituintes textuais (cf. Greimas — níveis isotópicos independentes).

Na trilha de Hjelmslev, de Hartmann e de Weinrich, Schmidt considera o recurso ao texto como à unidade fenomenológica e analítica inicial, como "recurso à plena realidade social da língua" (in Stempel 1971: 37). A introdução do conceito de texto demonstraria que os elementos lingüísticos só podem ocorrer interligados e dotados de significação e de sentido. O complexo informacional do texto seria mais dotado de intencionalidade que a frase ou a palavra. O interesse pelo texto como fato lingüístico primário fundar-se-ia sobretudo em reflexões de ordem semântica (loc. cit. 47). Coseriu (1967/68) havia chamado a atenção para o fato de que, no texto, se encontram não só procedimentos lingüísticos, ou sistemáticos da língua, mas também todas as possibilidades de utilização da fala; por esta razão, o texto não poderia ser examinado apenas por meio de métodos estruturais. Leontév (1969: 197) previne que, do ponto de vista da atividade lingüística, constitui atitude simplista adotar o texto como elemento primeiro de pesquisa, já que este não é um fato em si, colocado à disposição do pesquisador. "O texto não existe fora de sua produção ou de sua recepção".

Poder-se-ia afirmar, de modo geral, que foram, antes de tudo, os conhecimentos resultantes da análise semântico-sintática de frases que fortaleceram a convicção geral da necessidade de ultrapassar os limites destas, passando-se, assim, a uma lingüística textual.

1.5.8. Quanto à denominação Teoria de Texto, já foi assinalado que tem sido também usada em diversas acepções, entre as quais se podem citar: *a*) sinônimo de lingüística textual, de teoria da estrutura do texto ou da construção do texto, esclarecimento do conceito de "Texto em L", explicação da habilidade de produção e compreensão de textos; *b*) sinônimo de gramática textual; *c*) aplicação da teoria dos sistemas à análise de textos; *d*) lingüística orientada para a comunicação, numa pesquisa interdisciplinar com a filosofia da linguagem, a sociologia, a psicologia, a teoria da comunicação, em favor de cujo desenvolvimento podem ser aventadas razões quer lingüísticas, quer extralingüísticas e cujo objeto de pesquisa não é o texto como construção lingüística abstrata, mas o texto-em-função

(gramática dos atos de fala). Nesta acepção, cabe-lhe examinar a produção e a recepção de manifestações lingüísticas com funções comunicativas, sendo sua meta "desenvolver uma teoria bidirecional, que possa ser utilizada tanto para a geração como para a análise de textos comunicativos" (Schmidt); *e*) teoria ou ciência da literatura lingüística-semiótica-comunicativamente orientada (Liebfried, 1970); *f*) teoria de texto de Max Bense, que, com base na semiótica, inclui elementos da teoria da informação, da estatística, da lógica formal, da teoria dos autômatos, além de elementos topológicos (Bense, 1971).

1.6. TEXTO E DISCURSO

As diferentes concepções de *texto* e de *discurso* acabaram por criar uma confusão entre os dois termos, ora empregados como sinônimos, ora usados para designar entidades diferentes.

Uma das causas da confusão é o fato de, em algumas línguas, como o alemão, o holandês etc., só existir o termo *texto*, a partir do qual se criaram as denominações "gramática de texto" e "lingüística de texto", mesmo porque o inglês, a par do termo discurso, possui também o termo *texto*, embora mais usado para referir-se ao discurso escrito. Essa ambigüidade, que ocorre em todas as línguas românicas, levou ao estabelecimento de dois termos técnicos diferentes.

Desse modo, para van Dijk, o *discurso* é a unidade passível de observação, aquela que se interpreta quando se vê ou se ouve uma enunciação, ao passo que o *texto* é a unidade teoricamente reconstruída, subjacente ao discurso. Assim sendo, a gramática só pode descrever textos, de maneira que possibilita, apenas, uma aproximação com relação às estruturas discursivas atualizadas, empíricas, efetivamente produzidas. Postula, ainda, uma diferença entre o discurso como *type* e a enunciação do discurso como *token*, constituindo apenas este último o *evento* empírico imediato em um contexto particular e único.[2] O discurso-tipo

2. Esta posição tem fundamento no trabalho dos filósofos analíticos da Escola de Oxford que, com base na distinção introduzida inicialmente por Peirce, denominam as proposições da língua *sentenças-tipo* (*sentence-types*), que representam estados de coisas e cuja verdade ou falsidade constitui objeto de estudo da semântica pura, considerando cada enunciado efetivamente produzido uma *instância de uso* ou *ocorrência* ("*token*") da sentença-tipo, cujo sentido inclui a maneira como a coisa é significada, ou seja, a sua força pragmática.

seria uma abstração, que só pode ser descrita de maneira independente e correta se uma gramática (textual), ou outra teoria do discurso, levar em consideração, tão-somente, certas estruturas regulares, sistemáticas de cada tipo de discurso. O discurso-tipo pode ser determinado, empiricamente, por diversos critérios, tais como a continuidade do enunciado, produzido pelo mesmo locutor (ou por parceiros numa conversação) e a coerência semântica e pragmática avaliável pelos usuários da língua. Em um discurso, ocorrem, normalmente, incorreções gramaticais, falsas interrupções, incoerência parcial etc. O texto, por sua vez, é mais abstrato, produto de vários componentes, não só gramaticais como estilísticos, retóricos, esquemáticos (p. ex., a narrativa), além de outras estruturas não concernentes à lingüística propriamente dita.

No entanto, a distinção entre *texto* e *discurso*, tal como é feita por van Dijk, está longe de ser pacífica. Um e outro termo têm sido utilizados em acepções bastante diversas.

Do mesmo modo, as denominações *gramática textual* e *teoria do texto* têm sido empregadas para designar tipos de pesquisa bastante diferentes.

Para van Dijk, uma gramática de texto deve ser, realmente, uma *gramática*, e não, por exemplo, uma teoria do uso da linguagem. Isto significa que ela só deve levar em conta certas propriedades lingüísticas ("gramaticais") do discurso e não outras estruturas, como as retóricas e as narrativas, que requerem uma descrição em termos de regras e categorias de outras teorias.

Desse modo, propõe a denominação de *teoria do discurso* para o campo inteiro de pesquisas sobre o discurso, incluindo a lingüística de texto, a estilística, a retórica etc. (correspondente ao termo alemão *Textwissenschaft* e ao espanhol *ciencia del texto*).

Verifica-se, pois, que, enquanto alguns autores diferenciam *discurso* e *texto*, atribuindo-lhes conceituações diferentes, outros empregam esses termos como sinônimos ou "quase-sinônimos".

Para os partidários da *análise do discurso*, o termo *discurso* parece ter significado mais amplo que *texto*, visto englobar tanto os enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva como as suas condições de produção. O texto seria apenas a manifestação verbal resultante.

Para os lingüistas que seguem a linha de Hjelmslev, o *texto* equivale a todo e qualquer processo discursivo. É nesta linha que se pode afirmar que uma das aptidões específicas do ser humano é a da *textualidade*, ou seja, a capacidade de criar

textos, verbais e não-verbais. Essa capacidade textual é, portanto, a-linear e, no caso do discurso, verbaliza-se linearmente.

Numa linha semelhante de raciocínio, coloca-se a posição de Harweg, acima citada, de se postular para o texto a diferenciação *êmico-ético*. *O texto* (no singular) é *êmico*, pertence à estrutura subjacente textual que preside à superficialização dos infinitos textos (*éticos*) possíveis. Cada um desses textos (no plural) corresponderia a um discurso.

É lícito concluir, portanto, que o termo *texto* pode ser tomado em duas acepções: *texto*, em sentido *lato*, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano, (quer se trate de um poema, quer de uma música, uma pintura, um filme, uma escultura etc.), isto é, qualquer tipo de comunicação realizado através de um sistema de signos. Em se tratando da linguagem verbal, temos o *discurso*, atividade comunicativa de um falante, numa situação de comunicação dada, englobando o conjunto de enunciados produzidos pelo locutor (ou por este e seu interlocutor, no caso do diálogo) e o evento de sua enunciação. O discurso é manifestado, lingüisticamente, por meio de textos (em sentido *estrito*). Neste sentido, o texto consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se, pois, de uma unidade de sentido, de um contínuo comunicativo contextual que se caracteriza por um conjunto de relações responsáveis pela *tessitura* do texto — os critérios ou padrões de textualidade, entre os quais merecem destaque especial a coesão e a coerência.

Capítulo 2

PRECURSORES DA LINGÜÍSTICA TEXTUAL

2.1. PRECURSORES LATO SENSU

Três grandes linhas de pensamento podem ser citadas como precursoras da lingüística textual: a *retórica*, a *estilística* e o *formalismo russo*.

2.1.1. A Antiga Retórica

Roland Barthes, em seminário realizado em 1964-65, na École Pratique des Hautes Études, de Paris, atribui o aparecimento da Retórica a júris populares realizados em Siracusa, Itália, no século V a.C. Durante a colonização, a deposição de dois tiranos que haviam promovido divisão de terras e expropriações provocou litígios, para a solução dos quais foram instituídos esses júris, que consideravam vencedor o orador que defendesse a causa com maior eloqüência.

"Em seus primórdios, a Retórica é, acima de tudo, uma técnica que deve permitir, a quem a possua, atingir, dentro de uma situação discursiva, o objetivo desejado; ela tem, portanto, um caráter pragmático: convencer o interlocutor da justeza de sua causa" (Todorov, 1971: 81).

Os primeiros professores de Retórica de que se tem notícia foram: Empédocles, de Agrigento, e Córax e Tísias, de Siracusa, colônias gregas da Sicília. Em meados do séc. V a.C., a Retórica já estava incorporada à cultura ateniense em virtude de disputas jurídicas de comerciantes de Siracusa e Atenas, porém foi no séc. IV a.C. que o assunto ocupou a atenção de Aristóteles, que também considerava a Retórica como "... a faculdade de

descobrir especulativamente o que, em cada caso, pode ser apropriado à persuasão" (apud Osakabe, 1979: 140).

Na antigüidade clássica, a *techne rhetorike* compreendia cinco partes: a *inventio* (achar o que dizer), a *dispositio* (pôr em ordem o que se encontrou), a *elocutio* (acrescentar o ornamento das palavras, das figuras), a *actio* (tratar o discurso como um ator: gestos, dicção) e a *memória* (recorrer à memória). Destas, as três primeiras são as mais importantes, sustentando, cada uma, uma rede ampla e sutil de noções.

Essa concepção de Retórica viria a sofrer modificação, com o correr do tempo, afastando-se da posição de Aristóteles. A preocupação inicial — "descobrir especulativamente o que, em cada caso, pode ser apropriado à persuasão" — foi cedendo lugar ao estudo das figuras. Das cinco partes da Retórica, restou apenas a *elocutio*. A partir da Idade Média, e cada vez mais, passou a ocupar-se do "colorido" do discurso, ficando relegada, com a revolução cultural, no século XVII, sobretudo com o cartesianismo e o empirismo, a uma posição marginal. Começou a ressurgir no começo de nosso século e vem recebendo, finalmente, grandes atenções nestes últimos anos, a partir do trabalho do filósofo belga C. Perelman: *Traité de l'argumentation — La nouvelle Rhétorique* (1958).

Isso não significa que todo o complexo de disciplinas com as quais ela estava originariamente ligada tenha reatado os laços. A gramática, a poética e a retórica estiveram estreitamente ligadas. A primeira originou-se da descrição dos textos sagrados e poéticos: normas foram estabelecidas a partir do uso da língua nos autores "canonizados". A gramática antiga relacionava-se com a arte de "bem falar" e limitava-se à descrição dos textos[3], não estudando os mecanismos e as estruturas desse mesmo texto — função da retórica.

Das cinco partes da antiga retórica, duas têm interferência, pelo menos parcial, no campo do que hoje constitui a lingüística do texto: a *dispositio* (ordenação do pensamento) e a *elocutio* (sua formulação lingüística). Assim, pode-se afirmar que a importância da retórica se torna, atualmente, visível em dois aspectos:

— na definição precisa de operações lingüísticas subjacentes à produção do texto (microestrutura);

— na localização do texto no processo global de comunicação (macroestrutura).

3. O termo texto era desconhecido na Antigüidade e somente o conceito de "palavra" era usado.

2.1.2. A Estilística

A estilística, alimentada pela retórica, pela gramática e pela filosofia, surge como um segundo precursor. Até pouco tempo atrás, a frase era considerada a unidade lingüística mais alta e, assim, todas as relações acima do nível da frase deviam constituir objeto da estilística, isto é, o plano do texto ficava-lhe, pelo menos teoricamente, reservado.

Hoje, porém, a lingüística deve fornecer à estilística os fundamentos necessários tanto no plano da frase, como no do texto, para saber-se em que medida o uso de um elemento surge da liberdade do autor ou é exigido pela gramática do texto.

Porém, diversamente da retórica e da estilística, a lingüística textual não limita seu campo de atuação à análise de textos políticos, jurídicos ou literários. Seu objetivo é caracterizar as propriedades inerentes à estrutura dos textos em geral.

2.1.3. Os Formalistas Russos

Em nosso século, o primeiro passo para o estudo do discurso foi dado, na década de 20, pelo grupo de lingüistas pertencentes ao Círculo Lingüístico de Moscou, conhecidos como *formalistas russos*. Dentre eles, podem-se citar V. Propp (que se dedicou à análise estrutural do conto popular russo, especialmente na poesia e no mito), V. Sklovsky e R. Jakobson, os quais, rompendo com os padrões tradicionais de análise de texto então vigentes, colocam no centro de seus estudos o princípio da imanência; isto é, procuram estudar a estrutura do texto em si e por si mesmo, rejeitando toda e qualquer consideração exterior a ele, em busca da *literariedade* ("*literaturnost*").

2.1.4. Caberia citar, ainda, como prefigurações ou antecipações da lingüística textual, os trabalhos do estruturalista e etnólogo francês C. Lévi-Strauss e os do filósofo e lingüista russo M. Bakhtin.

2.2. PRECURSORES STRICTO SENSU

Entre os representantes da lingüística estrutural podem-se mencionar diversas reflexões voltadas para o texto, entre elas análises funcionais das frases e germes de análises do discurso. Lingüistas como Hjelmslev, Harris, Pike, Jakobson, Benveniste

e Pêcheux, além de outros, podem ser considerados precursores *stricto sensu* da lingüística do texto.

2.2.1. *Hjelmslev* foi, talvez, o primeiro a esboçar uma definição de texto. Texto, para ele, significa toda e qualquer manifestação da língua, curta ou longa, escrita ou falada, correspondendo, de certo modo, à *parole* de Saussure. Sendo todo e qualquer ato de linguagem um texto, qualquer língua é ela própria um texto, um texto ilimitado. Não se trata, assim, de uma unidade lingüística, mas de mera forma de existência da língua. Toda língua natural é, ao mesmo tempo, texto e sistema. O texto é uma estrutura sintagmática, ao passo que a língua é uma estrutura paradigmática.

Sobre o conceito de texto formulado por Hjelmslev não é possível fundar-se uma lingüística textual. Seu objetivo não era, propriamente, explicitar o que seja um texto, mas sim descrever o *sistema* lingüístico subjacente a ele: a todo processo (texto) subjaz um sistema que por meio dele se manifesta. Através do texto, passível de observação imediata, pode-se chegar à descoberta do sistema, para formular uma teoria da *langue*.

2.2.2. *Jakobson*, já como membro do Círculo Lingüístico de Praga, contribui eficazmente para conduzir a Lingüística ao estudo do discurso, ao redifinir e ampliar o estudo das funções da linguagem. Às três funções até então reconhecidas — referencial, expressiva e conativa — acrescenta três outras — fática, metalingüística e poética — relacionadas, respectivamente, ao contato (físico ou psíquico), ao código e à mensagem, no processo da comunicação:

"A linguagem deve ser estudada em toda a variedade de suas funções (. . . .). Embora distingamos seis aspectos básicos da linguagem, dificilmente lograríamos, contudo, encontrar mensagens verbais que preenchessem uma única função. A diversidade reside não no monopólio de algumas dessas diversas funções, mas numa diferente ordem hierárquica de funções. A estrutura verbal de uma mensagem depende basicamente da função predominante. Mas, conquanto um pendor para o referente, uma orientação para o contexto — em suma, a chamada função referencial, denotativa, cognitiva — seja a tarefa dominante de inúmeras mensagens, a participação adicional de outra função em tais mensagens deve ser levada em conta pelo lingüista atento" (Jakobson, 1969: 122-3).

2.2.3. *E. Benveniste* pode ser considerado um dos pioneiros nos estudos sobre o discurso, ao pôr em realce a intersubjetividade que caracteriza o uso da linguagem, ressaltando a necessidade de se incorporar aos estudos lingüísticos os fatos envolvidos no evento de produção dos enunciados.

Procura mostrar, através do estudo da natureza dos pronomes e da célebre distinção que estabelece entre *discurso* e *história*, que os aspectos discursivos da linguagem dizem respeito às relações que *na* e *pela* linguagem se estabelecem entre os interlocutores e lhes permitem fazer dela um uso referencial. Salienta que somente no quadro do discurso, isto é, da língua assumida pelo homem, e sob a condição da intersubjetividade, é que se torna possível a comunicação lingüística.

Assinala que a língua combina dois modos de significação distintos: o *semiótico* e o *semântico*. Enquanto o *semiótico* designa o modo de significação própria do *signo* lingüístico, constituindo-o como unidade, o *semântico* é o modo específico de significação engendrada pelo discurso. Ao definir a enunciação — apropriação da língua pelo indivíduo, colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização —, ressalta a diferença entre o *emprego das formas* e o *emprego da língua*, mostrando que as condições diferem em cada caso. O emprego da língua consiste em "um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira". Desse modo, torna-se necessário considerar a condição específica da enunciação: "é o ato mesmo de produzir um enunciado e não o texto do enunciado que é o nosso objeto". E este ato constitui a atividade do locutor que mobiliza a língua por sua conta, determinando os caracteres lingüísticos da enunciação (Benveniste, 1970: 12-13).

Visto que a enunciação supõe "a conversão individual da língua em discurso", processa-se uma atualização sobre o plano semântico, ou seja, a "semantização da língua". A partir da manifestação individual que a atualiza, é possível detectar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação, isto é, definir a enunciação no quadro formal de sua realização.

2.2.4. Outro precursor direto dos atuais estudos sobre o discurso é *M. Pêcheux*, cuja obra *Analyse Automatique du Discours* tem servido de ponto de partida para o trabalho de numerosos lingüistas que se dedicam hoje à *análise do discurso*. É o caso, entre nós, de Hakira Osakabe e Eni de Lourdes Pulcinelli Orlandi, da UNICAMP.

Orlandi (1979), discutindo a posição de Pêcheux, assinala que este, considerando a língua como *condição de possibilidade* do discurso, apresenta um quadro epistemológico, para a análise do discurso, em que se articulam três regiões do conhecimento científico:

a) ideológico-cultural — o materialismo histórico como teoria das formações sociais e suas transformações, compreendendo, pois, a teoria da ideologia;

b) lingüística — a lingüística como teoria, ao mesmo tempo, dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;

c) discursiva — a teoria do discurso como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Essas três regiões são atravessadas, segundo Pêcheux, por uma teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica, que estaria ainda por ser explicitada e que teria como uma das questões centrais a da *leitura*, do efeito-leitor, como constitutivo da subjetividade.

Enquanto, na teoria da enunciação, o que se tem em vista é a determinação existente entre o *funcional* (enunciação) e o *formal* (enunciado), na análise do discurso procura-se estabelecer essa relação de forma mais imanente, já que se consideram as *condições de produção* (exterioridade, processo histórico-social) como constitutivas do discurso.

O conceito de *condições de produção* é fundamental na análise do discurso. Se, para Benveniste, o falante se apropria da língua, num movimento individual, para a análise do discurso, devido à consideração que se faz das condições de produção, o que existe é uma forma social de apropriação da linguagem, na qual se encontra refletida a ilusão do sujeito, isto é, a sua interpretação feita pela ideologia.

Pêcheux fundamenta-se em Althusser ao postular que o discurso sofre injunções histórico-sociais:

"(. . .) Dada uma formação social num determinado momento de sua história, ela se caracteriza, através do modo de produção que a domina, por um determinado estado da relação entre as classes que a compõem; (. . .) a essas relações correspondem posições políticas e ideológicas, que não são obra de indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de domínio.

(. . .) As formações ideológicas assim definidas comportam, necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas, interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (. . .), a partir de uma dada posição, numa dada conjuntura: o ponto essencial aqui é que não se trata somente da natureza dos termos empregados, mas também (e sobretudo) das construções nas quais essas palavras se combinam, à medida que determinam o sentido que essas palavras tomam: como indicávamos no começo, as palavras mudam de sentido segundo as posições assumidas por aqueles que as empregam; pode-se precisar agora: as palavras 'mudam de sentido' ao passarem de uma formação discursiva para outra" (Pêcheux, 1971: 102).

É esta inter-relação entre *discurso, formação social* e *ideologia* que tem servido de base aos estudos sobre análise do discurso, tal como vem sendo feita atualmente.

2.2.5: *Zellig Harris* foi o primeiro lingüista moderno a considerar o discurso como objeto legítimo da lingüística e a realizar uma análise sistemática de textos. Quebrou definitivamente a tradição bloomfieldiana, segundo a qual somente uma expressão lingüística independente (*independent linguistic expression*) era relevante, enquanto o discurso era simplesmente um aspecto indefinido da linguagem. Segundo ele, a lingüística descritiva deve estender-se para além dos limites do enunciado e a oração não pode ser destacada da estrutura na qual está inserida e à qual chamou de *connected discourse*: "A linguagem não ocorre por palavras ou frases isoladas, mas em 'alocuções conectadas' — desde um enunciado de uma só palavra até uma obra de dez volumes, desde um monólogo a uma peroração na Union Square" (1952: 3).

Porém, seguindo Bloomfield, que influenciou consideravelmente os distribucionalistas, descreveu unicamente a estrutura fono-morfo-sintática do texto: ". . . pode-se descrever cada língua por uma estrutura distribucional, isto é, pela ocorrência das partes (e, em última análise, dos sons) relativamente umas às outras; e, por outro lado, esta descrição não exige que se faça apelo a outras características, tais como a história ou o sentido". E, mais adiante: "A distribuição de um elemento será definida como a soma de todos os contextos deste elemento. O contexto de um elemento A é a disposição efetiva de seus co-ocorrentes, cada um numa posição determinada, junto aos quais A aparece para produzir um enunciado. Os co-ocorrentes de A, numa posição determinada, são denominados seleção de A para esta posição (1970: 14).

Harris não nos oferece uma teoria do discurso, mas apresenta-nos um modelo de análise: *Discourse analysis* é por ele definido

como um "método de pesquisas, em qualquer material linear conectado discretamente, seja uma língua, seja algo semelhante a uma língua, que contenha mais de uma sentença elementar, alguma estrutura global que caracterize o discurso todo (o material linear) ou uma larga parte dele" (1963: 17).

O método da *discourse analysis* consiste em segmentar o texto em seqüências de proposições, e, com base em semelhanças semânticas ou formais, estabelecer equivalências entre elas, para, a seguir, por meio de transformações parafrásticas, ordenar as frases do texto em *classes de equivalência*.

O mais importante na definição da análise de discurso acima citada é a expressão "estrutura global que caracteriza o discurso inteiro", que será fundamental em análises de texto, como, por exemplo, nas de van Dijk. Ela expressa, porém, posições que limitam a análise de Harris:

1) o discurso é concebido como uma estrutura linear na qual, aparentemente, não podem ser descobertas relações hierárquicas;

2) parece excluir um grande número de textos, freqüentes na linguagem coloquial, formados de uma só oração.

Além disso, a possível coincidência entre texto e período será motivo para se tomar, mais tarde, a gramática de frase como modelo para o desenvolvimento de uma gramática de texto, já que parte do pressuposto de que texto e enunciado estão na mesma relação que sintagma e morfema, ou morfema e fonema, o que não é verdadeiro. A diferença entre enunciado e texto não é apenas uma diferença de nível — quantitativa — mas, sim, qualitativa, visto que se trata de unidades heterogêneas.

2.2.6. A tagmêmica, fundada por *Kenneth Pike*, na década de 50, foi a primeira "escola" lingüística a dar maior atenção à análise do discurso.

No dizer de van Dijk: (...) "em um estágio bastante precoce, esta escola adotou sempre um ponto de vista 'integral' no estudo da linguagem: não somente sentenças, ou mesmo enunciados ou discursos foram considerados objeto de uma teoria lingüística, mas o evento total de comunicação em que tais enunciados desempenham um papel" (1978: 2, 3).

A unidade mais alta é o behaviorema composto verbal-não verbal (*composite verbal-nonverbal behavioreme*), isto é, a unidade de comportamento por meio da qual se entende a relação

pragmáticas de uma situação (ex.: sala de jantar, café da manhã, férias escolares).

Opõe-se ao método de análise do discurso de Harris, considerando o texto não como um conjunto de orações, mas como uma estrutura *sui generis*. Assim como as palavras ocupam uma posição no sintagma, os sintagmas, nas orações e as orações, nos períodos, as orações ocupam uma posição nos parágrafos e estes, nos textos.

Rejeita, assim, também a tradição americana que restringe a gramática ao estudo formal das estruturas oracionais.

Afirma, diferentemente de Harris, que a análise das estruturas acima do nível da oração constitui objeto da estilística e da análise literária e que ao lingüista cabe fornecer a base para tais descrições, de modo que a tagmêmica de estruturas menores, como parágrafos e sentenças, pode preencher uma lacuna (1967: 484).

A tagmêmica serviu de fundamento a inúmeros trabalhos em várias línguas (cf. Longacre, 1970) como, por exemplo, análises de narrativas populares.

2.2.7. Não se pode deixar de assinalar que, na Europa, a lingüística do texto teve seu impulso inicial, de maneira explícita ou implícita, com os trabalhos desenvolvidos pelos membros da Escola Funcionalista de Praga, entre os quais Jakobson, a quem já se fez referência, e Daneš (1970). Procedendo à análise funcional dos enunciados, os lingüistas desta escola ressaltaram a importância da distinção entre *tema* (ou tópico) e *rema* (ou comentário[4]), que só se torna admissível levando-se em conta um contexto mais extenso que o da frase. Muitas de suas idéias foram posteriormente adotadas por outros estudiosos como Halliday, além de gerativistas como Sgall (1967), Isačenko (1965), Palek (1970) e outros.

Os gerativistas americanos, por sua vez, que a princípio haviam excluído o texto do âmbito da gramática (Chomsky, Katz, Fodor etc.), passaram, mais tarde, a preocupar-se com fenômenos como os da *correferência* e da *pressuposição*, que ultrapassam, também, os limites do enunciado.

Cabe, aqui, uma referência especial a C. J. Fillmore (1968, 1971), cuja Gramática dos Casos tem sido utilizada por vários adeptos da lingüística textual que empregam o modelo gerativo

4. A distinção tópico/comentário já se encontra em Bally (1944).

para a formalização da estrutura profunda do texto. Também autores da linha estrutural, como Pottier e Greimas adotam um esquema casual ou actancial semelhante em parte ao de Fillmore. Slakta (1971) propõe uma descrição do discurso em que recorre a três gramáticas casuais (Gramática dos Casos I, II e III), em diferentes níveis de análise. Fillmore foi, também, um dos primeiros a dedicar-se ao estudo dos dêiticos e dos fenômenos pressuposicionais, de modo que, na América do Norte, seus trabalhos podem ser considerados pioneiros na transição de uma lingüística do enunciado para uma lingüística do texto.

Capítulo 3

A LINGÜÍSTICA TEXTUAL NA EUROPA

Este capítulo tem por objetivo examinar os trabalhos que vêm sendo realizados por vários lingüistas no campo da gramática textual, surgida na Europa, onde vem tendo grande impulso nas últimas décadas, em diversos países, especialmente na Alemanha.

Filiam-se alguns destes autores à linha estruturalista, empenhando-se na descrição das propriedades específicas do discurso e/ou do texto, enquanto outros buscam, nos quadros da gramática gerativa, construir modelos de gramáticas textuais, através da pesquisa de macroestruturas semânticas subjacentes aos diversos tipos de textos.

Nestas pesquisas, há, conforme já se disse, os que partem das propriedades do enunciado para chegar à descrição do texto e os que fazem o percurso inverso, tomando o texto como unidade lingüística fundamental.

Focalizar-se-ão, portanto, daqui por diante, as obras de alguns destes autores.

3.1. HALLIDAY

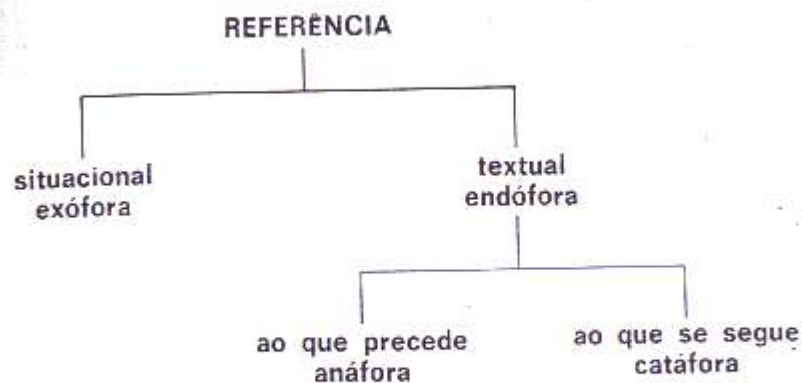
Seguindo a linha funcionalista introduzida na Inglaterra por J. Firth, M.A.K. Halliday (1970), em seu artigo "Language structure and language function", postula a existência de três *macrofunções*: a *ideacional*, a *interpessoal* e a *textual*. A primeira corresponde ao que se costuma chamar de função *cognitiva* ou *referencial* da linguagem; a segunda, ligada à posição que o locutor assume perante o ouvinte, no processo da enunciação,

diz respeito às diferenças de "modo" ou "modalidade", por exemplo, às diferenças entre asserções, perguntas, ordens, etc.; a terceira, finalmente, é aquela que permite a estruturação de textos de modo pertinente ao contexto, já que toda língua possui elementos capazes de justificar e explicar essa adequação.

Há duas estruturas na língua que intervêm na construção do texto: a *temática* — em que desempenham papel principal o *tópico* (ou *tema*) e o *comentário* (ou *rema*) — e a *informacional* — na qual se distingue o *dado* do *novo* —, sendo ambas de natureza claramente discursiva.

Essa função textual vai ser objeto de um estudo detalhado por parte de Halliday e Hasan (1973), que definem o texto como uma "realização verbal entendida como uma organização de sentido, que tem o valor de uma mensagem completa e válida num contexto dado". Assim, "o texto é unidade de língua em uso, unidade semântica (...) não de forma e sim de significado". Ele não consiste numa simples soma de períodos ou orações, mas é realizado por seu intermédio. A textualidade — aquilo que faz com que um texto seja um texto — depende, em grande parte, de certos fatores responsáveis pela *coesão textual*, conceito semântico que se refere às relações de sentido que se estabelecem entre os enunciados que compõem o texto, fazendo com que a interpretação de um elemento qualquer seja dependente da de outro(s). O que possibilita o estabelecimento das relações coesivas, como também de outras relações semânticas, é a organização do sistema lingüístico em três níveis: o semântico (significado), o léxico-gramatical (formal) e fonológico-ortográfico (expressões); os significados são codificados como formas, e estas são realizadas como expressões. Desse modo, a coesão é obtida parcialmente através da gramática e parcialmente através do léxico. Os principais fatores de coesão textual são: a *referência*, a *substituição*, a *elipse*, a *conjunção* (conexão) e a *coesão lexical*.

3.1.1. A Referência

Os elementos de *referência* são os itens da língua que, em vez de serem interpretados semanticamente pelo seu sentido próprio, relacionam-se a outros elementos necessários à sua interpretação. A referência pode ser *situacional* (extratextual) ou *textual*:

Existe a referência *pessoal*, feita por meio da categoria de pessoa do discurso, representada pelos pronomes pessoais e possessivos; a referência *demonstrativa*, efetuada através da situação, numa escala de proximidade, pelo uso dos pronomes demonstrativos e advérbios indicativos de lugar, e a referência *comparativa*, que se faz por via indireta, através de identidades ou similaridades.

3.1.1.1. Por meio da *anáfora* estabelece-se uma relação coesiva de referência que permite a interpretação de um item pela relação em que se encontra com algo que o precede no texto, como, por exemplo:

(1) *Paulo* é um amigo fiel. ELE sempre me deu provas disto.

(2) Viajarei amanhã para a *Europa*. Ficarei por LÁ durante uns três meses.

(3) Existe a *hipótese* de que os primitivos habitantes da América sejam originários da Ásia. ESSA hipótese parece bastante provável.

(4) *Jorge* e *Luís* são bons profissionais. ESTE é médico. AQUELE é engenheiro. AMBOS estudaram em São Paulo.

Um elemento anafórico pode fazer referência a todo o enunciado anterior:

(5) Pedro foi preso como estelionatário. ISTO não é de admirar.

(6) A crise econômica aumentará no próximo ano. ASSIM dizem os especialistas no assunto.

3.1.1.2. Um elemento de referência é catafórico, quando a sua interpretação depende de algo que se segue no texto:

(7) Estas foram suas últimas recomendações: *que não renunciemos nunca ao nosso ideal.*

(8) Só desejo *isto: que nunca te esqueças de mim.*

A referência quer anafórica, quer catafórica, quando estabelecida de maneira inadequada, pode dar margem à ambigüidade e prejudicar a legibilidade do texto.

3.1.2. A Substituição

A substituição consiste na colocação de um item no lugar de outro(s) ou até de uma oração inteira. Pode ser *nominal* (feita por meio de pronomes, numerais, indefinidos) ou de nomes genéricos (hiperônimos) como *coisa, gente, pessoa, criatura.* Funcionam também como substitutos, palavras como *respectivamente, o mesmo, também, sim, não*; o verbo *fazer* é substituto dos causativos e *ser* é substituto existencial. São casos de substituição:

(9) A jovem a *quem* o poeta dedicou seus versos é muito bonita.

(10) Paulo, Jorge e João compraram um Chevette, um Fiat e um Corcel, *respectivamente.*

(11) Quando o professor se retirou do recinto, os alunos *fizeram o mesmo.*

(12) Aquela *coisa* não está no seu devido lugar.

3.1.3. A Elipse

A elipse consiste na omissão de um item lexical recuperável pelo contexto, ou seja, a substituição por zero (Ø). Pode ocorrer a elipse de elementos nominais, verbais e, mesmo, de orações, como demonstram os exemplos:

(13) Esta decisão foi a Ø (decisão) mais acertada que se poderia tomar.

(14) Meu irmão gosta de esportes, e eu, Ø de leituras.

(15) Você estava terminando o trabalho? — Estava (Ø).

(16) Aceita um bombom? — Sim (Ø).

A referência, a substituição e a elipse assemelham-se sob certos aspectos. Poder-se-ia dizer que a substituição é um tipo particular de referência e a elipse, um tipo especial de substituição. A distinção entre substituição e referência é que aquela é uma relação mais gramatical (nível da palavra), enquanto a referência é mais semântica (nível do significado). Já no caso da elipse, deixa-se de dizer alguma coisa que fica, portanto, subentendida. Esses três fatores, até então estudados no nível intrafrasal, passam a ser examinados por Halliday (como também por outros lingüistas) no nível interfrástico.

3.1.4. A Conjunção

A conjunção apresenta natureza diferente das relações coesivas acima descritas, por não se tratar simplesmente de uma relação anafórica. Os elementos conjuntivos são coesivos não por si mesmos, mas indiretamente, em virtude das relações significativas específicas que se estabelecem entre as orações dentro do período, entre os períodos dentro de um parágrafo, entre os parágrafos no interior do texto. Essas relações possuem sempre uma série de equivalentes estruturais, como se verifica nos exemplos:

(17) Um trovão seguiu-se à ventania.

(18) Após a ventania, ouviu-se um trovão.

(19) Depois de ventar muito, trovejou.

(20) Ventou muito. Depois trovejou.

(21) Trovejou, depois de ter ventado muito.

Os principais tipos de elementos conjuntivos são: advérbios e locuções adverbiais; conjunções coordenativas e subordinativas; locuções conjuntivas; preposições e locuções prepositivas; itens continuativos como *daí, então, a seguir etc.*

Para se obter a coesão textual, ressalta a importância do emprego de elementos adequados para expressar as diversas relações semânticas. É preciso lembrar, também, que um mesmo

elemento de ligação pode expressar relações semânticas diferentes, conforme a estrutura e o contexto em que vier inserido. A omissão destes elementos, embora perfeitamente admissível — o que depende, inclusive, da função da linguagem e do tipo de uso (jornalístico, estilístico, publicitário etc.) — só deve ocorrer quando a relação semântica estiver bem clara, para evitar a ambigüidade (a não ser que esta seja intencional).

3.1.5. A Coesão Lexical

A coesão lexical é obtida através da reiteração de itens lexicais idênticos ou que possuam o mesmo referente, isto é, de termos sinônimos ou palavras afins, que pertençam a um mesmo campo lexical. Inclui-se, também, na reiteração, o uso dos *nomes gerais*, cuja função coesiva se situa no limite entre a coesão lexical e a gramatical, visto estarem estes nomes a meio caminho do item lexical, membro de um conjunto aberto, e do item gramatical, membro de um conjunto fechado. Gramaticalmente, os sintagmas formados de *determinante + nome genérico*, como *a gente*, *a pessoa*, *a coisa*, *o negócio*, funcionam como itens de referência anafórica; lexicalmente, são membros superordenados (hiperônimos) de conjuntos lexicais, agindo como sinônimos dos itens a eles subordinados (hipônimos). Todavia, deve-se dar preferência ao hipônimo, para que o enunciado não fique excessivamente vago.

3.1.6. Outro fator de coesão lexical é a *colocação*, resultante da associação de itens lexicais que regularmente co-ocorrem. Embora virtualmente não existam colocações impossíveis, há algumas melhores que outras, tendendo para o padrão. No caso de padrões muito fortes, têm-se os *clichés*. A colocação, quando feita de maneira indevida, dá lugar aos erros de seleção lexical, como ocorre em:

(22) Quando o avião *estacionou*, todos correram para a pista.

Dentro de uma gramática textual, a coesão lexical assume particular importância, a partir, inclusive, do próprio título do texto que fornece as palavras-chave para a redação de resumos e a confecção de esquemas.

Os trabalhos de Halliday têm servido de base para inúmeras pesquisas no campo da gramática de texto, especialmente

por parte daquelas que se orientam *do enunciado para o texto*, no dizer de Lang (1972).

3.2. WEINRICH

Embora não apresente propriamente um modelo de gramática textual, H. Weinrich é considerado um autor cuja obra, nesse campo, merece destaque especial.

Postula Weinrich a necessidade daquilo a que se poderia chamar "macrossintaxe do discurso", com base em diversos aspectos discursivos que examina em suas obras, tais como a *sintaxe dos tempos verbais*, a do *artigo*, a questão da *subordinação* e da *coordenação*, entre outros.

Quanto às informações trazidas pelas formas verbais utilizadas no discurso, ressalta, por exemplo: (...) "Não se pode deixar de ter presente que a situação comunicativa é a medida de todo o sintático. E, assim, a sintaxe pode ser definida como a parte da ciência da linguagem que estuda o enlace (direto ou indireto) da significação com a situação comunicativa" (Weinrich, 1964: 363).

3.2.1. Weinrich divide as formas verbais plenas em dois grandes grupos independentes, com limites bem definidos: as do "mundo comentado" e as do "mundo narrado". Essa divisão explicaria fenômenos sintáticos como a *consecutio temporum* e as mudanças que ocorrem na passagem do estilo direto (mundo comentado) ao indireto (mundo narrado). O emprego de um tempo verbal fora do grupo a que pertence explicar-se-ia como *metáfora temporal*: o uso de um tempo do relato dentro do comentário exprime um matiz de validez limitada, isto é, falta de compromisso, de engajamento por parte do locutor; por outro lado, o emprego de um tempo do comentário dentro do relato traz a este maior tensão, compromisso e seriedade, características do comentário, ampliando a validade do relato ou insistindo sobre ela. Exemplo do primeiro caso é o emprego do *futuro do pretérito* (condicional), muito comum no estilo jornalístico; e do segundo, o *presente narrativo ou histórico*.

Considera desnecessárias as noções de *modo* e de *aspecto verbal*, que se incluiriam dentro das *três dimensões do sistema temporal*, ligadas à situação comunicativa:

a) atitude comunicativa < narrativa / comentadora

b) perspectiva comunicativa < tempos de *grau zero*, sem perspectiva / tempos com perspectiva < retrospectiva / prospectiva

c) relevo < 1.° plano / 2.° plano > só aparecendo em alguns setores do sistema temporal. Por exemplo, o perfeito simples do indicativo indicaria o 1.° plano, ao passo que o imperfeito marcaria o 2.° plano.

A fórmula estrutural do verbo completo (tempo pleno) seria, pois:

L-*Pn* *A* *Pe* *R*

onde:

L designa a informação semântica propriamente dita, ou seja, o *lexema*, por isso separada da informação "sintática" por um hífen, visto ser esta de outra espécie, já que sedimenta a significação do verbo na situação comunicativa;

Pn representa a informação sobre a pessoa;

A indica a informação sobre a atitude comunicativa;

Pe representa a informação sobre a perspectiva; e

R, a informação sobre o relevo.

As formas a que falta uma ou algumas dessas informações denomina *semitempos* (incluindo-se, entre eles, os tempos do subjuntivo, o gerúndio, o particípio e o infinitivo), que se encontram em dependência de outras fontes ligadas ao contexto lingüístico para completar a sua informação[5].

3.2.2. Questionando as noções tradicionais de subordinação e coordenação sintáticas, como também a de oração principal, no capítulo "O Relevo na Oração", Weinrich afirma:

"(...) Um texto é, sem dúvida, uma totalidade em que tudo está relacionado. As orações seguem-se umas às outras numa ordem lógica, de forma que cada oração entendida ajuda a compreensão orgânica da seguinte. De outra parte, a oração seguinte, quando entendida, influi sobre a compreensão da precedente, de forma que esta se entende melhor quando se volta a pensar nela. É assim que alcançamos a compreensão de um texto. Por isso, toda oração está subordinada a outra na medida em que não só se não compreende por si mesma, mas também contribui para a compreensão de todas as outras. Isso demonstra que não só a oração isolada, como também o texto inteiro, é um andaime de determinações cujas partes são interdependentes."

3.2.3. Quanto aos *artigos*, afirma Weinrich (1976) que a sua distribuição em um texto é um aspecto importante de sua estrutura sígnica e textual, já que também eles são sinais que guiam o leitor/ouvinte a compreender os demais signos do texto e a sua interdependência. Emprega o conceito de *articulado* (*artikulat*) para denominar um monema ou um grupo de monemas em relação com o artigo que os precede. O articulado exige uma determinação no texto, visto que, como qualquer outro signo da cadeia textual, não é o único portador do seu próprio significado, por estar relacionado com todos os demais signos antecedentes ou subseqüentes que o determinam e modificam. Para este fim, o artigo definido guia o leitor/ouvinte para a informação precedente, levando-o a procurar nesta os determinantes adequados para o articulado; ao passo que o artigo indefinido remete à informação posterior, exigindo maior atenção do decodificador, já que, para compreender perfeitamente o articulado por ele introduzido, este não pode fiar-se na informação

5. Para uma aplicação ao português, consulte-se KOCH (1982). "Os tempos verbais do discurso". Revista *Angulo*, n.° 13/14. Faculdades Integradas Teresa D'Ávila, de Lorena, p. 14-17.

fornecida no texto antecedente, mas deve esperar novos determinantes no texto subseqüente. É por esta razão, por exemplo, que, nos textos, o artigo indefinido surge normalmente nos pontos decisivos em que a informação toma uma direção nova e inesperada. Todas estas considerações são estritamente lingüísticas, no sentido de uma sintaxe textual ou macrossintaxe.

3.2.4. Assim, para Weinrich, o texto é uma seqüência linear de lexemas e morfemas que se condicionam reciprocamente, e que, de modo recíproco, constituem o contexto: o texto é uma estrutura *determinativa* (*Determinationsgefüge*). Cabe à sintaxe textual (ou macrossintaxe) guiar o leitor/ouvinte dentro desta rede de relações, dando-lhe pistas quanto à decodificação por meio de instruções, ou seja, sinais particulares que o orientem, facilitando-lhe a compreensão global do texto. Entre estes sinais encontram-se os artigos, certos advérbios e as formas verbais.

Desse modo, um texto é "uma seqüência ordenada de signos lingüísticos, entre duas interrupções bem marcadas da comunicação", que tem por limite inferior a união de dois morfemas, enquanto seu limite superior é aberto. É pelo fato de todo signo lingüístico possuir um significado que os signos lingüísticos combinados fornecem o contexto um ao outro, vindo o seu valor semântico, de texto a texto, constantemente modificado mediante tais determinações recíprocas, que formam um tecido extremamente complexo. Para que o decodificador seja capaz de orientar-se no interior deste é que a linguagem fornece, na própria tessitura do texto, instruções que, metaforicamente, podem ser comparadas a sinais de trânsito para permitir-lhe o percurso adequado através do mesmo.

A lingüística de Weinrich se caracteriza, pois, por três atributos: ser *comunicativa*, *instrucional* e *textual*. Por esta razão, ele designa sua teoria como *CIT-Linguistik*, a qual tem por objeto atos de comunicação concretos, que se realizam em textos (*in Texten*), transmitindo ao destinatário instruções destinadas a orientá-lo quanto à maneira de se comportar para acompanhar adequadamente o processo de comunicação. Os textos — "textos em situação" — são os dados primários, que podem segmentar-se em unidades cada vez menores, todas elas interdependentes.

3.3. DUCROT

3.3.1. Entre o posicionamento de Weinrich e o de Oswald Ducrot[6], há vários pontos de contato, embora, evidentemente, existam também pontos de vista divergentes. Ambos empenham-se no estudo dos *elementos constitutivos* do texto, isto é, dos morfemas e sintagmas que, de maneira particular, trazem uma contribuição à formação do texto, por meio de instruções que levam à redução da complexidade da significação e à formação de um sentido discursivo global (cf. capítulo 1, item 1.5.4.).

Do mesmo modo que Weinrich, Ducrot adota uma linha estruturalista na abordagem do discurso. Diz ele: "Ser estruturalista, no estudo de um domínio qualquer, é definir os objetos desse domínio uns em relação aos outros, ignorando voluntariamente aquilo que, na sua natureza individual, se define apenas em relação a objetos de outros domínios. Admite-se, assim, que algumas de suas relações mútuas não são uma conseqüência da sua natureza, mas que elas a constituem".

3.3.2. Ducrot e também Carlos Vogt[7], seu amigo e colaborador, introdutor da semântica argumentativa no Brasil, sustentam a necessidade de se partir para um *estruturalismo do discurso*, o que implica admitir que a noção de sentido de um enunciado deve ser entendida, por um lado, como função de suas combinações possíveis com outros enunciados da língua capazes de lhe darem continuidade no discurso, isto é, como função de sua orientação discursiva, do futuro discursivo que se abre no momento de sua enunciação; e, por outro lado, como função das relações que o enunciado estabelece com outros pertencentes ao mesmo paradigma argumentativo, ou seja, que apontam para o mesmo tipo de conclusão: em suma, de um lado, as relações sintagmáticas, de outro, as relações paradigmáticas. Esse estruturalismo do discurso abre a perspectiva para um estudo macrossintático ou semântico-argumentativo da língua. Portanto, o que caracteriza a obra de ambos é o fato de consi-

6. Ducrot vem desenvolvendo sua teoria em uma série de obras, muitas delas com a colaboração de Anscombre, entre as quais se podem citar as de 1970, 1972, 1973, 1976, 1977, 1978, 1980 e 1981, citadas na bibliografia deste livro.

7. Entre os principais trabalhos de Vogt destacam-se *O Intervalo Semântico* e *Linguagem, Pragmática, Ideologia*.

derarem o *ato de argumentar* como o ato lingüístico fundamental, isto é, postularem que a argumentatividade se acha inscrita sistematicamente no interior da própria língua.

3.3.3. Como também o faz Weinrich, colocam-se no ponto de vista do alocutário, atribuindo às *frases* — entidades construídas para dar conta dos *enunciados* — ou, pelo menos, à maioria delas, uma orientação argumentativa, calculável de acordo com regras explícitas, de tal modo que essas orientações permitam prever o valor argumentativo contido nos enunciados pelos quais se realizam. A versão mais recente de sua teoria postula que a significação das frases, bem como dos morfemas que as compõem, contém instruções sobre a maneira como os enunciados que as atualizam devem ser interpretados com referência a tal ou qual situação discursiva, por meio da utilização de uma ou de outra maneira de reconstruir o sentido objetivado pelo locutor, já que a compreensão do enunciado implica a descoberta dessa conclusão precisa visada pelo locutor. Pelo fato de possuírem valor argumentativo, as frases têm por característica obrigar o intérprete a determinar a conclusão "x" para a qual apontam. É por esta razão que o valor semântico de uma frase argumentativa contém, entre outros elementos, o conjunto de instruções concernentes às estratégias a serem seguidas para a decodificação de seus enunciados.

Essas instruções, freqüentemente, são veiculadas através de certos morfemas do tipo *ainda, aliás, também, mesmo, até* etc., pelo fato mesmo de as relações argumentativas entre enunciados não serem dedutíveis apenas de seu conteúdo informativo. O segundo tipo de instruções é dado por meio de conectivos como *mas, embora, já que, logo, porque* etc., cujo papel habitual é o de estabelecer relações entre entidades semânticas (P mas Q, P embora Q etc.). O problema, no uso normal da língua, é justamente o de determinar quais são essas entidades, que nem sempre consistem em segmentos materiais do texto: um conector tanto pode ligar duas proposições, estabelecendo entre elas relações de inferência ou dedução, como relacionar um enunciado com a sua enunciação; pode ligar segmentos sucessivos, mas também segmentos mais ou menos afastados dentro do período, ou até mesmo um parágrafo a outro do texto. Ora, a instrução que a frase dá ao intérprete é a de que ele deverá procurar duas entidades semânticas P e Q, ligadas mais ou menos diretamente a duas proposições gramaticais sucessivas X e Y, segundo as modalidades a serem definidas para cada conector e entre as quais seja possível existir a relação que o conector implica.

Deve, ainda, estabelecer as condições específicas a cada um, indicando o que podem e o que não podem ligar.

A frase, portanto, diz unicamente aquilo que se deve fazer para descobrir o sentido dos enunciados que a podem atualizar. Desse modo, a significação da frase *não deve* ser confundida com o que se costuma chamar de *sentido literal* — espécie de elemento semântico mínimo que estaria contido em todos os enunciados de uma mesma frase, como se se tratasse de um ingrediente comum, ao qual cada um acrescentaria algo de particular, de conformidade com as condições de emprego. O sentido seria, nesse caso, a significação mais alguma outra coisa.

3.3.4. Esse é um dos pontos em relação aos quais Ducrot reformula os seus modelos anteriores, especialmente o de 1972, em que apresentava como componentes da descrição semântica o *componente lingüístico* (C.L.) *e o componente retórico* (C.R.), o primeiro responsável pelo cálculo do sentido literal do enunciado (que denominava *significação*) e o segundo, operando sobre esse sentido literal já calculado pelo primeiro, relativamente à determinada situação, por meio da aplicação *de leis do discurso*, como o da *exaustividade*, a *da litotes* etc. (correspondentes, de certo modo, às máximas conversacionais de Grice). Assim, todos os usos "não sérios" da linguagem, todos os usos "desviantes", deveriam ser explicados pelo componente retórico.

A partir do momento, porém, em que passa a atribuir uma significação à própria frase, significação que consiste em instruções concernentes às estratégias a serem usadas na decodificação de seus enunciados possíveis, nega a existência de um sentido literal — já que todas as interpretações que podem ser implicadas de maneira "pública" pelos enunciados, estarão previstas, de certa forma, na significação da frase.

Isso não significa, contudo, que as instruções devam ser necessariamente recuperadas pelo discurso, pelo fato de não terem caráter obrigatório. Há um nível semiológico de instruções de funcionamento e há um mecanismo de interpretação daquilo que, no discurso, é concernido pelo próprio discurso, de modo que é este que vai construir a sua própria pertinência.

Assim sendo, postula a existência de uma dinâmica entre a língua e as utilizações que ela permite, cuja explicitação deve ser buscada, na medida do possível, nos textos, já que, em certos momentos, os mecanismos de descrição são modificados pelos mecanismos de interpretação. É por esta razão que não se deve falar em *desvios*, mas em *utilizações* diversas, umas mais crista-

lizadas que outras. Desse modo, no caso de o discurso não vir a obedecer às instruções, não se tratará de usos desviantes, mas sim de interpretações construídas no interior do próprio discurso: isto é, o discurso — objeto a ser explicado — pode fornecer, por sua vez, explicações para a própria utilização da frase.

A natureza das instruções contidas nas frases é que elas dizem respeito ao sentido do enunciado, às combinações possíveis entre um enunciado e outros que podem continuá-lo de modo a virem a constituir um discurso: trata-se de um código de comportamentos discursivos. Sob esse aspecto, a significação da frase comporta não só a indicação de vazios a serem preenchidos, como também a indicação de todo um leque de possibilidades quanto à maneira de preenchê-los, o que permite chegar, nos textos, a uma multiplicidade de sentidos possíveis.

Renunciando à noção de sentido literal e concebendo as significações das frases como instruções para a decodificação de seus enunciados, por meio da exploração das indicações fornecidas pela situação do discurso, a semântica lingüística poderá desempenhar o papel de verdadeiro *guia de leitura*. Entendendo-se a significação como um conjunto de diretrizes sobre a maneira como a situação deve ser levada em conta, é todo o sentido do enunciado que se vê influenciado pela estrutura semântica da frase; ou, pelo menos, há um grande número de aspectos semânticos ligados à situação cuja integração ao sentido é imposta pela significação atribuída à frase.

3.3.5. Considerando, por outro lado, como constitutivo de um enunciado, o fato de se apresentar como orientando a seqüência do discurso, é preciso admitir também que existem enunciados cujo traço constitutivo é o de serem empregados com a pretensão de orientar o interlocutor para certos tipos de conclusões, com exclusão de outras. Ao descrevê-los, faz-se necessário dizer qual a orientação discursiva para a qual apontam, ou seja, a favor da qual eles podem servir de argumento (embora haja conclusões que se podem tirar deles não deduzíveis diretamente de seu valor argumentativo).

Argumentar, para Ducrot, significa *apresentar A em favor da conclusão C, apresentar A como devendo levar o destinatário a concluir C*. Daí decorre a necessidade de incluir, na descrição semântica das frases, as indicações relativas à sua orientação argumentativa (Anscombre e Ducrot, 1976: 13; e 1978).

Essa descrição, feita pelo componente lingüístico, divide-se em três cálculos. O primeiro atribui a cada frase uma significação, sob forma de um conjunto de conteúdos, cada um dos

quais afetado por um marcador de ato ilocucionário. Dentre estes conteúdos, há alguns puramente informativos e cuja interpretação fornecerá a base para os fenômenos inferenciais; mas há também aqueles que se apresentam como relações entre outros conteúdos, como a *de ser argumento para* (—3), que farão intervir operações particulares — operações argumentativas — e cuja interpretação servirá de fundamento aos fatos discursivos. É nesse sentido (restrito) que se pode afirmar a existência de frases não-argumentativas, cuja significação consiste apenas em instruções para um uso puramente descritivo (embora, evidentemente, este uso descritivo possa ocultar intenções argumentativas veladas). O segundo cálculo destina-se a deduzir novos conteúdos a partir daqueles que constituem a significação das frases, por meio de certos axiomas — as leis do discurso —, tais como a Lei da Negação, a Lei da Inversão e a Lei do Abaixamento. O terceiro, finalmente, utilizando-se dos resultados dos dois primeiros, determinará a orientação argumentativa das frases, combinando os conteúdos, levando em conta os atos que lhes estão afetos e dando estatutos diferentes ao que é posto e ao que é pressuposto.

Ao descrever dessa forma o funcionamento do componente lingüístico, este passa, portanto, a incorporar o que, anteriormente, Ducrot considerava o componente retórico, introduzindo, pois, dentro de uma pragmática integrada à descrição lingüística, uma retórica também integrada, e evidenciando, como já se disse, a existência, na língua, de uma série de operadores (operadores argumentativos ou discursivos) responsáveis pelas relações argumentativas.

Uma parte significativa da obra de Ducrot — como também da de Vogt — tem sido dedicada ao estudo desses operadores[8].

3.4. ISENBERG

Horst Isenberg pertence à Arbeitsstelle Strukturelle Grammatik da Academia de Ciências de Berlim-Oriental, um dos mais importantes centros de gramática gerativa da Europa, onde trabalham também Bierwisch, Hartung, Heidolph, Steinitz, Lang, além de outros.

8. Para uma visão mais aprofundada das obras desses autores, consulte-se KOCH (1981): *Aspectos da Argumentação em Língua Portuguesa*, tese de doutorado, PUC/SP.

Dois de seus principais trabalhos são: *Überlegungen zur Texttheorie* (1968b) e *Der Begriff Text in der Sprachtheorie* (1970).

Seu objetivo primordial é construir, ainda que parcialmente, um mecanismo apto a engendrar textos — isto é, uma gramática de texto, que deve ser um modelo da competência lingüística do falante (no sentido chomskyano) e não dos processos postos em ação na construção de um enunciado em situações concretas de discurso. Assume, também, para chegar à explicação da estrutura textual, que, enquanto a sintaxe é gerativa, a semântica é interpretativa, operando sobre as estruturas profundas sintáticas, de modo a eliminar os enunciados que contenham propriedades textuais incorretas, pelo recurso a informações semânticas já dadas na estrutura profunda.

Define a gramática textual como um mecanismo finito capaz de gerar um conjunto potencialmente infinito de textos, com suas propriedades formais e semânticas. Portanto, as propriedades reconhecidas para textos possuem implicações ligadas ao domínio da competência, tais como reconhecer se um texto é "completo" ou "incompleto". Parte dos postulados de que: *a*) existe uma série potencialmente infinita de textos; *b*) não há textos infinitos; *c*) um texto de uma língua dada pode ser percebido como desviante ou não-desviante; *d*) há "graus de desvio" dos textos; *e*) existem textos agramaticais.

Percebe-se, assim, que Isenberg procura fundamentar sua gramática de texto na teoria padrão gerativa, postulando, porém, como unidade básica de estudo, o texto e não o enunciado. Segundo o autor, esta postura deverá permitir uma melhor compreensão da estrutura interna do próprio enunciado e fornecer a base para a solução de muitos problemas até agora explicados de maneira bastante insatisfatória.

3.4.1. Em seu artigo "Uberlegungen zur Texttheorie" (1968b), apresenta treze motivações empíricas para se estender ao texto o domínio da gramática — ou seja, fenômenos somente explicáveis no âmbito da estrutura textual: *1*) a anáfora; *2*) a seleção do artigo; *3*) a ordem dos sintagmas no enunciado (permutações); *4*) a pronominalização e os elementos pró-adverbiais; *5*) a posição do acento do enunciado; *6*) a entonação; *7*) a ênfase e o contraste; *8*) as relações entre enunciados sucessivos, não ligados por conjunção; *9*) a assimilação da aplicação de regras entre enunciados de um texto; *10*) as restrições contextuais com relação a morfemas ou unidades lexicais singulares, não limitadas ao domínio do enunciado; *11*) a "marca de objeto" (*objekt-Marker*) para o complemento direto (*direktes Objekt*) em albanês, além de caracterizações morfológicas do objeto direto em espanhol (e provavelmente em persa moderno, em bengalês e em outras línguas); *12*) a propriedade referencial dos nomes; *13*) a sucessão dos tempos.

3.4.1.1. Isenberg volta sua atenção para alguns destes itens, como, por exemplo, o problema da interpretação de seqüências de enunciados, só explicável por uma teoria lingüística do texto. Distingue, entre outros, os seguintes tipos de textualização (*Vertextung*), ou seja, relações entre enunciados assindeticamente conjugados:

1. *Tematização de objetos não novos*

(1) *In der Garage stand ein Auto. Der Wagen war frisch gelackt.*
(Na garage havia um carro. O veículo estava pintado de novo.)

"Veículo" refere-se ao mesmo objeto que "carro". Este objeto que, no segundo enunciado, não é novo, constitui justamente o seu tema.

2. *Conexão causal*

(2) *Die Lampe brennt nicht. Die Stromleitung ist unterbrochen.*
(A lâmpada não funciona. A corrente elétrica está interrompida.)

O segundo enunciado descreve um estado de coisas que é interpretado como causa daquele descrito no primeiro.

3. *Conexão de motivos*

(3) *Hans ist in den Keller gegagnen. Er will kohlen holen.*
(João foi à adega. Ele foi buscar carvão.)

(4) *Komm her. Hier liegt ein Brief für dich.*
(Venha cá. Aqui está uma carta para você.)

Em (4), o segundo enunciado encerraria apenas uma *parte* do motivo, visto que a pessoa a que se destina é solicitada a fazer alguma coisa com a carta.

4. *Interpretação diagnóstica*

(5) *Es hat Frost gegeben. Die Heizungsröhren sind gesprungen.*
(Geou. Os canos de aquecimento racharam.)

Neste exemplo, haveria entre os enunciados uma relação do tipo: "isto se pode verificar pelo fato de...".

5. *Especificação*

(6) *Gestern ist ein Unglück geschehen. Peter hat sich den Arm gebrochen.* (Ontem houve um acidente. Pedro quebrou o braço.)

O segundo enunciado especifica "o acidente de ontem": "este consistiu no fato de...".

6. *Agrupamento metalingüístico* ("metatematização")

(7) *Mein Bruder hat sich ein Anzug gekauft. Peter ist die Treppe heruntergefallen. Meine Tante hat sich den Arm gebrochen. Dies alles erfuhr ich gestern morgen.*
(Meu irmão comprou um terno. Pedro caiu da escada. Minha tia quebrou o braço. Fiquei sabendo de tudo isso ontem pela manhã.)

Os vários enunciados que precedem o último ligam-se apenas metalingüisticamente. É somente este que fornece o ponto de referência comum, e sem ele não se teria um texto bem formado[9].

7. *Conexão temporal*

(8) *Der Mittelstürmer läuft nach vorn. Ein gegenrischer Verteidiger nimmt ihm den Ball ab ...*
(O centro-avante avança. Um defensor contrário tira-lhe a bola ...)

(9) *Peter verliess um 3 Uhr das Haus. Dann klingelte es und ein Man kam herein.*
(Pedro saiu de casa às 3 horas. A seguir, a campainha soou e entrou um homem.)

8. *Conexão de pressupostos*

(10) *Der Junge ist ins Kino gegangen. Irgendjemand hat ihm Geld gegeben.*
(O menino foi ao cinema. Alguém lhe deu o dinheiro.)

Do ponto de vista semântico, trata-se aqui de uma relação do tipo "isto foi possível porque...".

9. Cf. o que Lang (1971) (mais adiante) chama de "indicação de um denominador comum".

9. *Contraste adversativo*

(11) *Peter ist ein netter Mensch. Sein Bruder dagegen ist ein Lügner.*
(Pedro é uma pessoa simpática. Seu irmão, pelo contrário, é um mentiroso.)

10. *Correspondência questão-resposta*

(12) *Was hast Du gestern abend gemacht? — Ich bin ins Kino gegagnen.*
(Que fez você ontem à noite? — Eu fui ao cinema.)

11. *Confronto*

(13) *Peter hat einen langen Mantel. Einen etwas längeren Mantel besitzt sein Bruder.*
(Pedro tem um casaco comprido. Seu irmão possui um um pouco mais comprido.)

O meio principal de textualização, no caso, é o confronto do comprimento dos casacos.

12. *Correção de asserções precedentes*

(14) *Hans hat Maria gesehen. Nein. Peter hat Maria gesehen.*
(João viu Maria. Não, foi Pedro que viu Maria).

A listagem, segundo Isenberg, não é exaustiva, embora o número de esquemas previsíveis seja limitado. Além de se tratar de um rol bastante heteróclito de relações, pode-se afirmar, com Duhen e Bourdin (1972), que alguns desses esquemas são aparentemente conversos uns dos outros, como, por exemplo, especificação e agrupamento metalingüístico. Conte (1977), chama a atenção para a ausência, nessa enumeração, da textualização de tipo comentário (*kommentierung*), como:

(15) Estamos novamente sem governo. É um escândalo.

3.4.1.2. Ao tratar da questão da referência, Isenberg faz distinção, primeiramente, entre referência explícita e implícita.

Partindo de:

(16) *Gestern fand eine Hochzeit statt. Die Braut trug dabei ein langes weisses Kleid.*
(Ontem houve um casamento. A noiva usava um longo vestido branco.)

(17) *Peter hat mich nassgespritzt. Die Flüssigkeit lief mir vom Körper herab.*
(Pedro me molhou todo. O líquido corria-me pelo corpo abaixo.)

mostra que, em (16), "casamento" contém uma referência implícita a "noiva" (a existência de uma noiva vem pressuposta), ao passo que o nome "noiva" contém uma referência explícita a um indivíduo, que é uma noiva; do mesmo modo, em (17), "molhou" contém referência implícita a um "líquido" (que vem pressuposto no processo) e o termo "líquido" refere-se explicitamente ao líquido correspondente.

No texto (16), portanto, "noiva" retoma uma referência contida implicitamente em "casamento" e "líquido", uma referência contida implicitamente em "molhou". Contudo, uma referência implícita não pode ser retomada por um demonstrativo ou por um pronome pessoal:

(18)* *Gestern fand eine Hochzeit statt.* DIESE *Braut trug dabei ein langes weisses Kleid.*
(Ontem houve um casamento. ESTA noiva ....)

(19)* *Peter hat mich nassgespritzt.* SIE *lief mir vom Körper herab.*
(Pedro me molhou todo. ELE me escorria....)

3.4.1.3. Passando à análise da referência explícita, Isenberg estabelece *traços específicos de referência*, isto é, *marcadores referenciais* que vão contribuir a *autorizar ou interditar certos tipos de textualização*, além de intervir no tratamento de questões como: os anafóricos, a seleção dos artigos, as permutações de membros de frases e o uso de pronomes e pró-adverbiais. Entre esses marcadores, podem-se citar:

(+ n) "objeto novo": faz-se referência, pela primeira vez, no texto, ao objeto designado pelo membro da frase que contém esse marcador;

(+ id) "idêntico": o objeto é idêntico a outro a que já se fez referência;

(+ k) "conhecido": o falante pressupõe ser o objeto conhecido do interlocutor, isto é, que pode ser identificado por ele;

(+ i) "identificável": o falante pode identificar o objeto ao qual se refere explicitamente;

(+ g) "genérico": a referência é mediata, indireta, pois o nome não se refere diretamente a indivíduos determinados;

(+ c) "contrastivo": [por ex., o texto (13) citado anteriormente];

(+ d) "diretamente identificável": que se encontra dentro do campo visual dos interlocutores.

A partir desses marcadores, passa ao exame de elementos de referência anafórica, como, por ex., o pronome *ele*, que pressupõe a possibilidade de identificação direta. Daí ser desviante o texto (20):

(20)* *Gestern haben mich Hans und Peter besucht. Er war sehr freundlich zu mir.*
(Ontem João e Pedro me visitaram. Ele foi muito gentil comigo.)

e não o texto (21):

(21) *Gestern haben mich Peter und Maria besucht. Er war sehr freundlich zu mir.*
(Ontem Pedro e Maria me visitaram. Ele foi muito gentil comigo.)

É, portanto, a presença ou ausência de determinados traços que vai permitir ou impedir o emprego dos elementos anafóricos. Para um aprofundamento maior do assunto, remetemos o leitor ao artigo de Isenberg (1968) (embora este, de acordo com Conte, não possa ainda ser considerado uma gramática de texto, e sim uma contribuição à análise transfrástica).

3.4.1.4. A hipótese apresentada nesse trabalho é, pois, que a gramática gera textos. Possui regras de base, entre elas, as *regras textuais*, parte das quais constituem *regras de eliminação de enunciados*. Existem, também, regras de transformação — as "G-regras" — que não recorrem a contextos que não façam parte de indicadores sintagmáticos generalizados.

As regras textuais empregam informação semântica e sintática; juntamente com os demais componentes da gramática, elas tornam explícito o conceito de "texto bem formado de uma língua L".

3.4.2. No trabalho *"Der Begriff 'Text' in der Sprachtheorie"* (1970), Isenberg reconhece as limitações do trabalho anterior, quando escreve: "A correferência de constituintes superficiais . . . em verdade não reflete, no sentido exato, propriedades estruturais primárias de textos e, em razão de existirem também

seqüências coerentes de enunciados sem constituintes de superfície correferenciais, não contribui nem mesmo para a caracterização de um aspecto de coerência de *todos* os textos".

O autor passa, agora, a indagar-se não mais a respeito das relações sintáticas e semânticas entre enunciados, mas sim da *função comunicativa global de um texto*, examinando a estruturação global dos textos a partir de um ponto de vista pragmático. Trata-se, pois, de um estudo pré-teórico da pragmática, em que Isenberg chega, de maneira autônoma, a alguns pontos da teoria dos atos de fala, introduzida na filosofia da linguagem por J. Austin (1962).

Isenberg apresenta, assim, uma tentativa de pesquisar a estruturação do texto a partir de *funções*, procurando formalizar dados já obtidos em outras pesquisas desenvolvidas nesse sentido e estabelecendo, também, uma ponte entre a lingüística gerativa e os trabalhos de teóricos da literatura e de lingüistas da linha funcionalista.

Em sua opinião, a competência do falante nativo de uma língua permite-lhe distinguir textos completos de textos incompletos. Isso possibilita uma cisão do domínio textual em duas partes: *a*) textos (completos) de uma só frase; *b*) textos de várias frases.

3.4.2.1. Textos de Uma Só Frase

São os textos "elementares", nos quais é possível distinguir as "funções da comunicação". Destas, que, segundo ele, constituem um conjunto limitado, limita-se a enumerar cinco (aliás, bastante heterogêneas), sem explicitar o que possuem em comum: *ordem, mensagem, dêixis, expressão* e *participação*. São exemplos de cada uma:

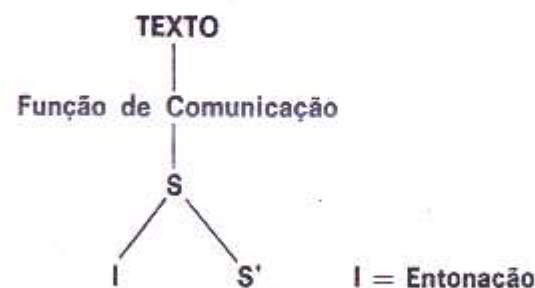
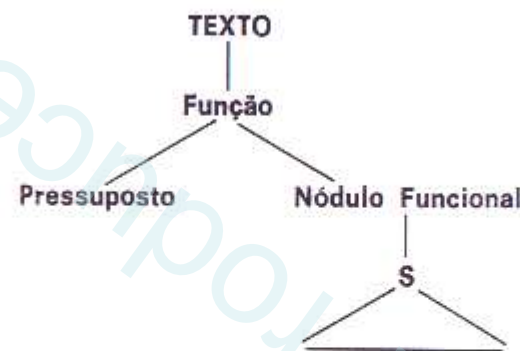
(1) a. Fora!
    b. Você quer me trazer o casaco, por favor?

(2) a. Amanhã haverá salada de pepino no cardápio.
    b. Terminado!

(3) a. Lá!
    b. Ao ponto!

(4) a. Estou com dor de cabeça.
    b. Este homem é louco!

(5) Deixe, isto já não importa mais agora.

Isenberg ressalta que (1b), embora formalmente idêntica a qualquer outra frase interrogativa (não iniciada por partícula de interrogação), é, funcionalmente, uma ordem. Por esta razão, torna-se necessário um mecanismo capaz de explicar o fato de que a estrutura interna de uma frase não define, de maneira autônoma, a utilização que o locutor pode fazer dela[10]. Propõe, assim, uma "árvore" com três níveis:

O autor afirma: "Todo texto de uma frase T possui uma função de comunicação e uma frase (S') que contém, por sua vez, o nódulo semântico propriamente dito (. . .)". Toda função de comunicação consiste, por seu turno, em duas partes: um *pressuposto* e um *nódulo funcional*, o que pode ser representado do seguinte modo:

10. É, justamente, o caso dos atos de fala indiretos ou derivados, dos filósofos analíticos de Oxford.

Por exemplo, a função "Mensagem" pressupõe que o(s) interlocutor(es) tenha(m) um interesse suficiente na comunicação contida na mensagem.

Isenberg formula os conceitos de *boa formação* e de *utilização* adequada, que implicam o de *situação de discurso*. "Compreendemos por 'situação de discurso' a situação que é dada no momento do ato de fala, no lugar em que se encontram o locutor e/ou o ouvinte. Os elementos da situação de discurso são dados espácio-temporais que podem ser observados, como também dados psíquicos do locutor e do ouvinte (...)"

Um texto de uma só frase T é *bem formado* quando:

(i) a função comunicativa de T não pressupõe a presença de outras funções comunicativas no mesmo texto;

(ii) a estrutura dominada pelo nódulo funcional:
 a) é, em si mesma, bem formada;
 b) não contém pressupostos em relação a contextos textuais realizados;
 c) possui um liame semântico possível com a função comunicativa dominante.

Um texto de uma só frase T é *utilizado de maneira adequada* quando:

(i) T é bem formado;

(ii) a situação de discurso preenche todas as condições de pressuposição da função comunicativa.

3.4.2.2. **Os Textos de Várias Frases**

Com base no trabalho de Labov-Waletzky (1967), Isenberg destaca cinco elementos estruturais "que se assemelham muito às funções comunicativas que descrevemos nos textos de uma só frase. Nos dois casos, trata-se de elementos da comunicação que não fazem parte diretamente da estrutura propriamente semântica das frases de superfície, mas que aparecem como nódulos que as dominam". Esses elementos (que, segundo Labov-Waletzky, entram na constituição das narrativas orais) são: *Orientação*, *Complicação*, *Avaliação*, *Resolução* e *Moral*. Em textos complexos, essas funções comunicativas organizam a sua estrutura global.

Dentro desse esquema, Isenberg apresenta uma "redação escolar":

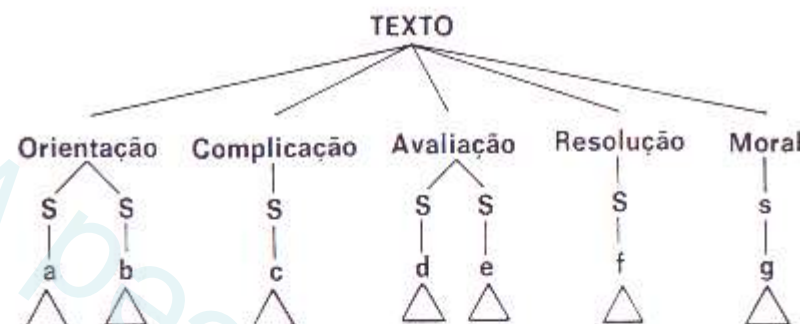
(6) *Orientação*
 a) Há três anos, fui passear com meu irmão.
 b) Perambulávamos pelas ruas de Leipzig, sem prestar muita atenção ao trânsito.

 Complicação
 c) De repente, meu irmão me puxou violentamente para o lado.

 Avaliação
 d) Num cruzamento, nós íamos atravessar sem prestar atenção.
 e) O sinal estava verde.

 Resolução
 f) Meu irmão e eu mal conseguimos chegar a tempo do outro lado da rua.

 Moral
 g) Desde esse dia, eu não atravesso mais a rua quando o sinal está verde.

O texto narrativo (6) teria uma estrutura global como:

Pode-se perceber, por meio dessa estrutura, que existe manifestamente um sistema de restrições contextuais das funções de comunicação. A partir desse fato, Isenberg estabelece a distinção entre textos de uma só frase e textos de diversas frases: "existe uma classe de funções comunicativas sem restrições contextuais que define automaticamente os textos de uma só frase possíveis. As funções comunicativas que possuem restrições contextuais definem os textos de várias frases" (p. 12-5).

O autor procura, em seguida, aprofundar o estudo das restrições contextuais, deixando entrever uma sintaxe das funções de comunicação, que seria também a sintaxe dos textos e que teria relações com a sintaxe das frases, embora estas ainda não estejam totalmente explicadas.

3.4.2.3. Lang (1971), cujo trabalho será examinado a seguir, critica Isenberg pelo fato de serem as funções acima enunciadas de naturezas bastante diversas. Assim, funções como "Mensagem", "Expressão", estão ligadas ao próprio ato de comunicação, ao passo que aquelas emprestadas a Labov-Waletzky possuem estatuto bem diverso, isto é, são funções parciais de uma estrutura textual que servem para especificar os gêneros, não sendo, pois, lingüísticas propriamente ditas. Prova disso é que podem dominar as outras ou vice-versa.

A opinião de Lang é compartilhada por Bourdin e Duhen, segundo os quais Isenberg emprega ambiguamente o termo "função", ora no sentido das "funções da linguagem" (tal como descritas por Bühler, Jakobson e outros), ora referindo-se às unidades funcionais, dentro das estruturas narrativas (como as descreve, por ex., Bremmond).

A importância deste trabalho de Isenberg é que ele tematiza enunciações textuais com função comunicativa, isto é, preocupa-se com o *texto-em-funções*. Já não se trata, como no artigo de 1968, de uma simples expansão do domínio da gramática para além dos limites da frase, ou seja, de uma extensão meramente quantitativa; o que se tem, agora, é uma mudança qualitativa — a modificação do próprio objeto da lingüística — o que permite afirmar que se trata de uma obra preparatória para uma teoria pragmática do texto.

3.5. LANG

Ewald Lang, no artigo "Quand une 'grammaire de Texte' est-elle plus adequate qu'une 'grammaire de phrase'?" (1972: 75-80), examina a tendência muito difundida na época (Isenberg, Stempel, Petöfi etc.) de se postular a necessidade de estender ao texto o campo da lingüística porque "há fatos lingüísticos cuja explicação exige que se recorra a um contexto exterior às fronteiras da frase" (p. 75).

Pergunta inicialmente quais são os fatos que não podem ser descritos por uma gramática de frase e o que significa estender ao texto o campo da gramática. Para responder a essas questões, apresenta as acepções mais comuns do termo *texto*, afirmando que cada uma contém pelo menos um aspecto interessante, embora nenhuma delas possa servir de base a uma teoria.

a) Texto: forma lingüística de certa complexidade, sendo a frase a medida desta complexidade.

b) Texto: material verbal distinto do não-verbal, num sentido lógico e não apenas lingüístico.

c) Texto: forma de existência dos elementos lingüísticos no ato de comunicação.

A maior parte das tentativas de estender ao texto o campo da gramática parte da concepção de texto (a), porque se pretende dar conta de fenômenos que implicam mais do que a frase (referentes textuais, tema/rema, acentos ligados ao contexto transfrástico etc.) e que derivam da competência. Porém, objeta Lang, é necessário distinguir entre a descrição da estrutura superficial de frases (podemos examinar as relações entre as frases sem denominar texto à entidade superior da qual estas relações seriam elementos constitutivos) e a colocação das frases numa estrutura complexa (este ponto relaciona-se com a coerência e é, indubitavelmente, textual).

"Verificar que a estrutura superficial das frases depende de elementos contextuais e produzir textos são coisas diferentes que não se implicam necessariamente" (p. 77).

Para ele, o significado de um texto (ou a informação que ele traz) é um todo que é mais do que a soma (ou a lista) dos significados das frases que o constituem e tem propriedades que justificam que se estenda ao texto o campo da gramática. Essas propriedades são:

a) o texto é o quadro no interior do qual as frases se desambigüizam;

b) o texto contém outros pressupostos e implicações além daqueles das frases que o constituem;

c) o texto apresenta possibilidades de paráfrase diferentes da frase (por exemplo, a possibilidade de redução até o resumo mínimo).

A construção do significado de um texto obtém-se pelas operações lógicas abaixo citadas (segundo a *Natural Logic* de Lakoff):

a) integração numa superestrutura semântica das interpretações semânticas das frases que o constituem;

b) estabelecimento das condições de compatibilidade entre seus pressupostos e postos e os pressupostos e postos das frases isoladas;

c) estabelecimento de relações de equivalência (entre outras) entre fragmentos de extensão variável até a compreensão da coerência do texto (compreensão — capacidade de condensar).

Nos exemplos:

(1) *Peter apprend le français, Suzanne ne fume que des Gitanes, et Rudi veut absolument épouser BB. Toute la famille est francophile.*
(Pedro estuda francês, Suzanne só fuma Gitanes, e Rudi quer de qualquer maneira desposar BB. Toda a família é francófila.)

(2) *Peter apprend le français, Rudi veut épouser BB. C'est ainsi que nous passons la soirée.*
(Pedro estuda francês, Rudi quer desposar BB. Assim passamos a noite.)

observa-se que em (1) podemos extrair, das três primeiras frases, os elementos semânticos que possibilitam a coerência confirmada pela última frase, porém as operações não se fazem somente sobre o material semântico; há um conjunto de conhecimentos necessários — Gitanes são um produto francês, BB é francesa — o que não ocorre em (2), em que não podemos destacar nenhum ponto em comum.

Conclui afirmando não haver até então uma definição precisa de *texto* e que uma gramática de texto não poderá estabelecer-se senão progressivamente, pela integração sucessiva de todos esses aspectos; ela não substituirá a gramática de frase, porém originará um setor particular da lingüística onde se operará a junção com outras ciências (p. 80).

3.5.1. No ensaio "Über einige Schwierigkeiten beim Postulieren einer Textgrammatik", publicado em 1971[11], Lang retoma e aprofunda os argumentos apresentados anteriormente, reafirmando:

"Falta ainda uma determinação precisa do objeto; os limites e os laços com a chamada gramática do enunciado são incertos, a argumentação é baseada em heterogeneidades particulares ou em ambiciosos esquemas globais" (p. 86).

11. As citações serão feitas a partir da tradução italiana (1977).

E mais adiante:

"Estamos ainda muito longe, na minha opinião, de um conceito de texto que reconstrua, de maneira satisfatória, ao menos alguns dos numerosos juízos intuitivos sobre aquilo que faz de uma conformação lingüística um texto" (p. 88).

Distingue dois enfoques parciais (*Teiltheorien*) da lingüística textual que individuam e isolam dois diferentes conceitos de texto:

1.º) Teoria 1: do enunciado ao texto.

2.º) Teoria 2: do texto ao enunciado, considerando-o sob dois aspectos: *a*) do texto ao enunciado do ponto de vista pragmático; *b*) do texto ao enunciado do ponto de vista tipológico.

3.5.1.1. Do Enunciado ao Texto

Parte-se do enunciado e o texto é "uma sucessão de enunciados" (1977: 91). O texto vem comumente definido, desde Harris (*Discourse Analysis*), como "tudo o que vai da sucessão de dois enunciados ao romance, ao tratado, ao código e assim por diante".

A legitimidade de uma gramática de texto estaria na descoberta de fatos inexplicáveis numa gramática do enunciado e somente seria possível postular essa gramática, partindo, do ponto de vista metodológico, de três pressupostos:

1) há diferença entre texto e enunciado;

2) o texto é a unidade lingüística com propriedades estruturais que ultrapassam os limites do enunciado;

3) o conceito de texto é preordenado ao conceito de enunciado, isto é, uma descrição e uma explicação satisfatórias do conceito de enunciado podem ocorrer somente em termos de texto.

Assim sendo, uma "gramática do enunciado" e uma "gramática do texto" teriam de ser modelos de descrição qualitativamente diferentes.

Por esta razão, Lang refuta Isenberg, examinando as propostas deste autor sobre a distribuição da preposição *a* em espanhol e objeta que os fatos apresentados são explicáveis também em termos de gramática do enunciado e não legitimam uma gramática de texto; levanta fatos que podem, a seu ver, constituir realmente objeto de uma gramática de texto e dizem respeito à coerência semântica e que não são relações entre constituintes do enunciado (como a correferência apontada por Isenberg), mas relações entre os enunciados cujos significados se integram na unidade maior: o texto.

E aqui está o primeiro argumento de Lang a favor de uma gramática de texto:

"O texto é o resultado da integração dos significados do enunciado que cria uma unidade semântica".

"Os significados do enunciado", continua Lang, "representam estados de coisas: sua manifestação lingüística está sujeita (pelo menos parcialmente) às regras de cada idioma."

"(...) As operações que se devem aqui exprimir com regras são em geral de natureza cognitiva, portanto universais" (p. 106-7).

Apresenta, à guisa de exemplificação, o mecanismo de integração na interpretação de enunciados coordenados, atribuindo às conjunções o estatuto de operadores do enunciado, governando as "relações" com os significados, ligados mediante operações como: descoberta de estruturas paralelas, dedução dos componentes dos significados do enunciado, indicação de pressuposições, e que constituem o que ele chama de superestrutura semântica que pode (não necessariamente) aparecer num enunciado — contexto no qual esteja verbalizado o nexo. O texto será, assim, o *resultado da integração das significações do enunciado*.

Assim, nos exemplos abaixo (os enunciados-contexto vêm separados por uma barra transversal):

(3) *Peter lernt Französisch, Susi verehrt Balzac und Rudi ist Romanist./ Die ganze Familie ist FRANCOPHIL.*
(Pedro estuda francês, Susi adora Balzac e Rudi é filólogo romântico./ Toda a família é FRANCÓFILA).

(4) *Peter lernt Französisch, Susi wischt ab und Rudi sitzt vorm Fernseher./ Die Kinder sind IM MOMENT BESCHÄFTIGT.*
(Pedro estuda francês, Susi lava a louça e Rudi está sentado diante da televisão./ Os jovens estão ocupados neste momento.)

o 1.º enunciado de (3) é idêntico ao 1.º de (4) se considerarmos estes enunciados como absolutos. Mas não são idênticos se considerados em seus respectivos textos (textos nos quais o enunciado final funciona como denominador comum dos três enunciados precedentes).

No texto (3), diz Lang, o 1.º enunciado — Paulo estuda francês — tem o caráter habitual, enquanto no texto (4) tem o caráter atual e o enunciado vem "desambigüizado" contextualmente."[12]

12. Segundo Conte (1977: 38) não se trata de desambigüização (que pressupõe uma ambigüidade que na realidade não existe), mas de "determinação no (e da parte do) texto"; o texto é, afirma ela, retomando Weinrich, uma estrutura determinativa, "uma estrutura de determinação (*Determinationsgefüge*)".

O segundo argumento de Lang em favor de uma gramática de texto é que, em alguns casos, a interpretação de um texto somente é possível, considerando-se a existência de um elo, não explícito no texto, mas explicitável a partir dele.

Partindo dos exemplos:

(5) *Es hat Frost gegeben und die Blumen sind erfroren.*
(Geou e as flores estão congeladas.)

(6) *Die Blumen sind erfroren, denn es hat Frost gegeben.*
(As flores estão congeladas, pois geou.)

(7) *Es hat Frost gegeben, denn die Blumen sind erfroren.*
(Geou, pois as flores estão congeladas.)

afirma que os enunciados depois de *denn* têm a pressuposição *factivo* (no sentido que deram a esse termo Paul e Carol Kiparsky[13]), mas em (7), em que o primeiro enunciado contém uma inferência indutiva ("interpretação diagnóstica"), a forma lingüística explícita para a interpretação se obtém, inserindo um *elo: concluo que*, que é um hiperenunciado performativo (*performativer Hypersatz*).

A forma lingüística explícita seria:

As flores estão congeladas. Concluo que deve ter geado.

Em outro exemplo de Lang:

(8) *Verschwinde jetzt, denn ich bin müde!*
(Suma daqui, que estou cansado.)

o enunciado causal não dá a razão da ordem; ele modifica não o imperativo, mas um hiperenunciado performativo implícito: ordeno-te.

A forma explícita seria:

Porque estou cansado, ordeno-te que sumas daqui.

E conclui Lang:

"O objetivo geral da descrição (...) é a representação de tais complexos de enunciados que deve dar-lhes uma interpretação como relação entre estados de coisas, como integração de significados do enunciado" (p. 110).

13. Para uma aplicação dessa proposta dos Kiparsky ao português veja-se FÁVERO (1974). "Complementação de Predicado em Português". Tese de Doutorado, PUC/SP; e FÁVERO (1982). "Considerações em torno da Problemática do modo Verbal na Oração em Língua Portuguesa". *Revista Brasileira de Lingüística*, vol. 6, n.º 1, Ano 5, 5-16.

3.5.1.2. Do Texto ao Enunciado do Ponto de Vista Pragmático

Nesta perspectiva, que ele diz não ser nem inversa nem oposta à primeira, o texto é considerado não mais em termos de enunciado (*Satz*), mas em termos de enunciação (*Äusserung*) que desenvolve uma função comunicativa.

Parte da hipótese de que o texto é o modo de ser próprio de todas as formas de enunciação da comunicação lingüística, isto é, o texto é o denominador comum para a enunciação.

As enunciações, no que diz respeito à sua estrutura gramatical, são conformações comunicativas em cuja base estão enunciados (relação *type-token*).

As enunciações vêm, todavia, caracterizadas também por outros fatores de comunicação, como o objetivo da comunicação, as relações entre os participantes de comunicação, o motivo ou objeto de comunicação (tema ou tópico). Assim se podem constituir diferentes tipos de enunciação (notícia, apelo, manifestação) que caracterizam todos os gestos comunicativos e as atitudes comunicativas fundamentais são distinguíveis. As enunciações formam, correspondentemente, um texto de notícia, de apelo, de manifestação e assim por diante.

Texto entra como termo indefinido no vocabulário auxiliar da teoria, porque é somente um constituinte de formação de conceitos que devem ser precisamente explicitados, como um texto de notícia etc.

3.5.1.3. Do Texto ao Enunciado do Ponto de Vista Tipológico

O texto, sob este enfoque, não é mais considerado em termos de enunciado ou em termos de funções comunicativas da enunciação; é uma sucessão de funções no interior de um texto [refere-se ao esquema de Labov Waletzky (1967), retomado por Isenberg (1968b) para textos de mais de um enunciado, de tipo narrativo oral].

O objetivo da análise é o esquema de composição de um tipo de texto e não a função global de uma enunciação. Este tipo de esquema é apresentado por Labov e Waletzky como oposto a outros tipos de esquemas de composição como, por exemplo, a fábula, a anedota.

3.5.2. Perspectiva para uma Teoria de Texto

Lang delineia uma perspectiva para uma teoria de texto que procura integrar os três enfoques, afirmando que esta interpretação se torna possível na medida em que se podem "instituir conexões entre os fatos apreendidos das teorias parciais" (1977: 116). Esta perspectiva é a seguinte:

1. Sejam A e B fatos, ou domínios de fatos, representados adequadamente sob forma de enunciados declarativos, no nosso conjunto de conhecimentos. A e B estão em uma conexão teoricamente explicitável desde que haja uma teoria $\mathfrak{A}$ sobre A e $\mathfrak{B}$ sobre B, em relação tal que valha o que se segue:

1.1. Partindo-se de A chega-se, em termos de $\mathfrak{A}$, a um enunciado declarativo P sobre A no conjunto $P_1, \ldots, P_n$ de $\mathfrak{A}$.

1.2. Partindo-se de B chega-se, em termos de $\mathfrak{B}$, a um enunciado declarativo Q_j no conjunto $Q_1, \ldots, Q_n$ de $\mathfrak{A}$.

1.3. P_i relativamente a A torna-se verdadeiro em $\mathfrak{A}$ se, e somente se, Q_j tornar-se verdadeiro sobre $\mathfrak{B}$ em B.

Exemplifica:

Suponha-se que A seja o fenômeno das marés e B, a manifestação do movimento da Lua em volta da Terra, e suponha-se que a teoria das marés contenha o enunciado declarativo P_i:

(i) no momento t_k, na área com as coordenadas geográficas (L, B), produz-se maré alta

e que a teoria sobre o movimento da Lua contenha o enunciado declarativo Q_j:

(ii) no momento t_i a Lua está no ângulo de incidência alfa em relação à área (L, B)

Ora, diz Lang, se (i) é verdadeiro se, e somente se, (ii) também é verdadeiro, com esta equivalência se estabelece a base para uma teoria que tenha determinado teoricamente uma relação entre as marés e o movimento da Lua e pode ser estendida a uma teoria explicativa desta conexão.

Procurando justificar em termos de uma teoria integrativa de texto, supondo que o fenômeno geral de "transmissão de notícias" apareça uma vez como A (como objeto de uma teoria do texto ao enunciado sob o aspecto tipológico) e uma vez como B (como objeto de uma teoria 1 — "texto como resultado de integração") e sendo P_i um enunciado declarativo sobre transmissão de notícias em termos de teoria do texto ao enunciado sob o aspecto tipológico, temos o seguinte esquema de composição:

(iii) ORIENTAÇÃO (anúncio do início da comunicação) — COMUNICAÇÃO 1 — . . . COMUNICAÇÃO n — FIM (anúncio do fim da comunicação). ORIENTAÇÃO, COMUNICAÇÃO, FIM são conceitos que compõem os papéis já discutidos acima.

A especificidade deste esquema, diferente, por exemplo, dos esquemas do conto, consiste no fato de que uma parte central (COMUNICAÇÃO 1 — . . . — COMUNICAÇÃO n) vem delimitada por anúncios "token-reflexivos" do início e do fim.

A ordenação da sucessão de comunicações numa transmissão de notícias com base numa outra dimensão — por exemplo, a "importância propagandística" — é um aspecto que está nos limites entre a teoria pragmática e a teoria da conotação.

Sendo agora Q_j um enunciado declarativo sobre a transmissão de notícias, em termos da teoria 1 ("texto como resultado de uma integração"):

(iv) Um enunciado inicial ou final como RÁDIO-JORNAL (*Sie hören Nachrichten*) ou ACABAMOS DE TRANSMITIR O RÁDIO-JORNAL (*Das waren die Nachrichten*) representa a redução a um denominador comum, pela integração dos enunciados sucessivos (ou precedentes), alinhados assindeticamente num texto coerente do tipo "transmissão de notícias".

A textualização do conjunto de enunciados de uma transmissão de notícias (compreendendo comunicações sem relações de ordem linear e sem dependência semântica), em que as partes vêm coordenadas assindeticamente, faz-se pela redução ao denominador comum: "notícias".

Quanto ao fenômeno "transmissão de notícias" como objeto da teoria de texto, justifica-se o enunciado declarativo (iii) na teoria do texto ao enunciado sob o aspecto tipológico, somente se (iv) é justificado na teoria 1. "Esta relação entre (iii) e (iv) é a base, diz Lang, para uma teorização da conexão dos aspectos [analisados em (iii) e (iv)] do fenômeno 'transmissão de notícias'".

Graças às coordenações entre as unidades de análise de (iii) — orientação — e de (iv) — notícias —, em uma *teoria geral*, opera-se a integração da perspectiva "do enunciado ao texto" [representada por (iv)] e da perspectiva "do texto ao enunciado [representado por (iii)]; essas coordenações, conclui, permitem estabelecer uma função de transporte que torna possível interpretar enunciados declarativos da teoria do texto ao enunciado sob o aspecto tipológico, na teoria 1" (1977: 119).

3.6. DRESSLER

Wolfgang Dressler, em 1970 (*Towards a Semantic Deep Structure of Discourse Grammar*), afirma que os fenômenos mais freqüentemente apresentados para justificar uma gramática de texto provêm do domínio do sistema de determinações ou, de uma forma mais geral, do domínio das relações de referência. Os efeitos de tais relações sobre a interpretação semântica dos enunciados e sobre a organização de sua estrutura superficial não são completamente analisáveis em uma gramática do enunciado — esse o motivo para se postular uma extensão do domínio.

Dressler tem por principal objetivo construir um mecanismo apto a engendrar textos, isto é, uma gramática de texto que deve ser um modelo da competência lingüística do falante. Percebe-se que, à semelhança de van Dijk, procura fundamentar sua teoria de texto na teoria gerativa, tomando como ponto de partida o significado, mas propondo, como unidade básica de estudo, o texto e não o enunciado.

3.6.1. Na obra *Einführung in die Textlinguistik* (1972), define texto como uma enunciação lingüística formada segundo as regras gramaticais de uma língua particular, que as intenções dos interlocutores retêm como lingüisticamente completa (*eine abgeschlossene sprachliche Äusserung*).

O texto é o signo lingüístico primário, a unidade fundamental da língua, e o homem fala ou escreve não por meio de frases, mas de textos. E ainda: "Um texto 'êmico' ("textema") deverá servir, sobretudo, como ponto de partida indefinido do processo lingüístico, isto é, como um símbolo T de uma representação gerativa, da qual deriva um componente semântico completo de base que, por sua vez, constitui a entrada do conjunto de regras da sintaxe do texto e da frase" (1974: 25).

Considera, também, arbitrário estabelecer limites precisos entre sintaxe e semântica, afirmando, porém, que o significado deve ser o ponto de partida: cabe à semântica do texto "a representação da estrutura do significado de um texto ou de um segmento deste, e, particularmente, das relações semânticas que vão além da estrutura do significado de cada frase". É este o problema fundamental da coerência semântica do texto, que permite distinguir os textos dos pseudotextos, como vocabulários,

coletâneas de citações, manuais de conversação, ou mesmo frases alinhadas sem nenhum nexo semântico ("pseudotextos a-semânticos").

Ressalta que entende por "significado" um conteúdo abstrato, sem levar em conta a pragmática de seu uso, visto que, por motivos de exposição, não considera a pragmática como parte da gramática textual. A pragmática aparece, assim, como um componente adicional, acrescentado a um modelo preexistente. O objetivo do componente pragmático é dar conta da situação comunicativa na qual o texto está inserido.

Para explicar seu modelo de geração de textos, estuda, primeira e primordialmente, o tema do texto.

O emissor, diz ele, tem, antes da efetiva geração do texto, um programa semântico, pelo menos rudimentar: ele sabe do que quer falar e aproximadamente como vai começar. Mas não precisa saber necessariamente como vai terminar, podendo, no curso da produção, haver mudanças no programa semântico. Assim, se, no ato da primeira formulação de um texto, o emissor não tem diante de si toda a base semântica (isto é, todo o conteúdo semântico do texto a produzir), sabe ao menos o tema ou os temas sobre os quais quer expressar-se. Assume, desse modo, que o tema é o núcleo da base semântica de um texto ou de um segmento de texto.

Um tema pode ser representado, da melhor forma, por meio de uma frase-base simples ou complexa. Por exemplo, o tema de seu livro seria:

"Os principais problemas da lingüística do texto são a semântica do texto, a sintaxe do texto, a pragmática do texto, e, além disso, as suas conexões com outras ciências."

Para derivar o texto, a partir do tema, podem-se considerar como elementos da frase-base também os temas parciais do texto — por exemplo, os temas dos vários capítulos — de maneira a se obter uma espécie de índice do conteúdo. Inserindo-se tais frases de base também para cada um dos temas parciais, pode-se chegar, com relativa facilidade, do tema do texto considerado como um todo aos temas de cada frase, através dos temas dos capítulos, dos parágrafos, dos períodos complexos.

É possível, também, derivar o texto do tema por meio do princípio da paráfrase, que Dressler considera um dos problemas centrais da semântica e da lingüística textuais.

"O tema do texto está em relação com o significado global do texto (base T-semântica) mediante um desenvolvimento temático e mediante uma coesão semântica (no sentido estrito)" (p. 34).

Dressler passa a examinar, então, os meios de coesão semântica: recorrência e paráfrase, correferência, anáfora, inclusão lógica e implicação, contigüidade semântica e outros. Como elementos da base temática e semântica do texto, aponta:

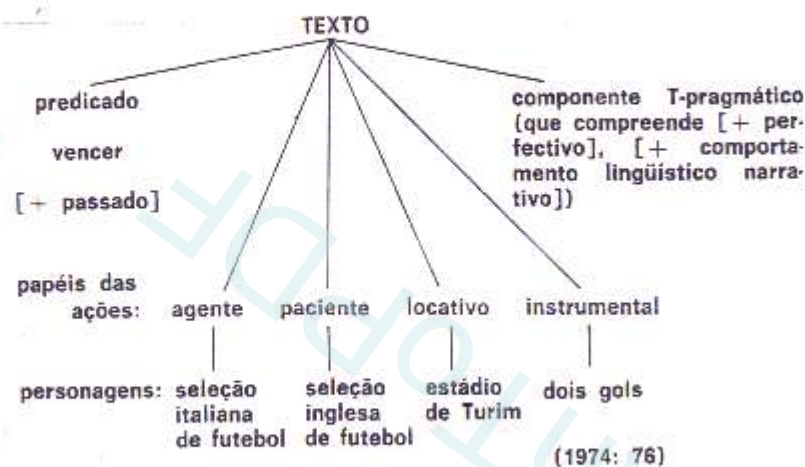
a) elementos do campo nominal: os papéis (*roles*) e os personagens da ação (*dramatis personae*), salientando que, para se obter uma estrutura de base bem formada, faz-se necessária uma listagem completa e universal dos papéis dos participantes da ação, cuja relação deve ser bem motivada e cujo conteúdo semântico precisa ser bem delimitado. Considera adequados para esse fim os casos profundos da estrutura da frase (ou argumentos de proposição), apresentando um elenco desses casos segundo a formulação de Fillmore (1970);

b) elementos do campo verbal: modo, tempo e aspecto, que permitem esclarecer, além de outras coisas, o ponto de vista e a atitude comunicativa assumida pelo autor de um texto com relação ao seu conteúdo, o seu comportamento lingüístico e a forma que elege para representá-lo.

Retoma a distinção feita por Weinrich (cf. item 3.1) entre "mundo comentado" e "mundo narrado", para estudar, além da atitude comunicativa do autor do texto, as questões da perspectiva e do relevo. Conclui que, na estrutura semântica do texto, podem-se distinguir as categorias de determinação temporal, comportamento lingüístico para efeito pragmático (a atitude comunicativa de Weinrich) e o aspecto verbal.

Tomando como exemplo o título de uma reportagem futebolística:

A Itália venceu a copa da Europa

propõe o seguinte tema do texto (apontando que o título poderia consistir também numa outra redução do tema, por exemplo: "Itália-Inglaterra: 2 a 0"):

Por meio de reprodução e desenvolvimento semântico, dá-se a derivação, a distribuição e o relacionamento de: cada um dos jogadores com relação aos personagens; cada uma das ações (atacar, defender, marcar, passar, tirar etc.), com relação ao predicado *vencer*.

Cada um dos predicados recebe um tempo efetivo; a sucessão deles produz a linha da ação, que é mais importante que a linha de cada um dos papéis singulares (por exemplo, seqüência dos agentes) e de sua identificação com os personagens.

Dressler ressalta a importância de se verificar como ocorre o desenvolvimento da base temática para a base semântica de um texto. Para tanto, passa a examinar os aspectos seguintes:

1) o início e a conclusão do texto (o horizonte de espera do receptor é particularmente importante para se estabelecerem os limites externos do texto, sendo a expectativa dos interlocutores um conceito de extrema relevância para toda a gramática textual);

2) o desenvolvimento semântico e a delimitação (em confronto com o tema, um texto deve conter também algo de novo, isto é, é preciso ampliar o material semântico; por outro lado, o desenvolvimento semântico é, ao mesmo tempo, um meio de delimitação);

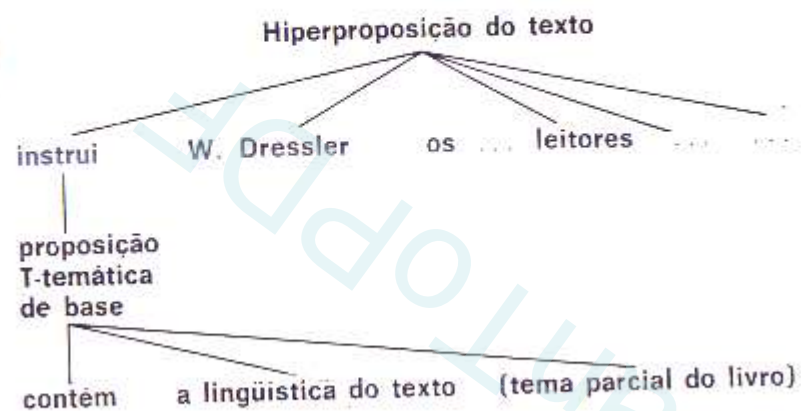
3) a ligação (nexo) entre frases;

4) a hipotaxe e a parataxe;

5) na estrutura superficial, a ordem e a sucessão das palavras.

3.6.2. A Pragmática do Texto

No capítulo introdutório, Dressler afirma que "um texto não pode ser suficientemente definido nem sintática nem foneticamente, mas sim semântica ou comunicativamente (pragmaticamente)" (p. 26). Logo a seguir, ressalta que a classificação dos tipos de texto está na estrita dependência da situação pragmática, sociológica e histórico-cultural (p. 27). Conclui mostrando que o desenvolvimento da lingüística do texto vem assumindo duas direções: *1*) da frase em direção a unidades cada vez maiores, até se chegar ao texto; *2*) da sintaxe à semântica e, atualmente, desta à pragmática. Tendo em vista, porém, que muitos lingüistas do texto ainda não levam em consideração a pragmática e que, por esta razão, "uma verdadeira pragmática do texto ainda não se encontra constituída" (p. 28), decide postergar o seu estudo para os capítulos finais do livro, como se se tratasse de um componente adicional, a ser acrescentado aos demais, embora, no decorrer de todo o trabalho, se veja obrigado a fazer-lhe referência e a reconhecer que só a pragmática pode apresentar soluções para uma série de problemas. Inclusive, no esquema da base temática de um texto (cf. p. 74 deste capítulo), inclui um componente T-pragmático, que compreende, no caso, os traços [+ perfectivo] e [+ comportamento lingüístico narrativo] (p. 76). Também quando trata do conceito de pressuposição, reconhece que já se encontra no domínio da pragmática (p. 122). Finalmente, no capítulo terceiro, após haver examinado todos os demais componentes textuais, Dressler passa a cuidar especificamente da pragmática do texto, afirmando que ela "trata das relações de um elemento lingüístico com os seus produtores, usuários e receptores na situação comunicativa" (p. 131). Assim, no caso de um livro, interessa à pragmática aquilo de que o autor pretende tratar, a quem se dirige, com qual intenção, em que situação o faz, quais os pressupostos implícitos assumidos, qual o canal selecionado etc. Estes elementos estariam contidos

numa hiperfrase executiva do texto, que, de modo simplificado, seria assim representada:

(1974: 131)

Este esquema permitiria analisar também textos orais e diálogos e essa representação seria complementada à medida que, na hiperfrase executiva ulterior, fossem inseridos casos profundos, ou papéis da ação, como o escopo (*goal*, *purpose*) e o instrumental (canal e ação de acompanhamento não-verbal), a par de outros personagens.

Lembra, porém, que, segundo Wunderlich (1971: 177 ss.), a situação comunicativa contém um número muito maior de elementos: emissor, receptor, momento da emissão, lugar e âmbito de percepção do emissor, o enunciado na sua forma sintático-fonológica, o conteúdo cognitivo, pressuposições sobre o conhecimento e a capacidade do emissor, sobre a sua opinião com respeito à opinião do receptor e ao lugar e espaço de percepção deste, as relações sociais entre os interlocutores e, ainda, as intenções do emissor e o relacionamento que se estabelece entre emissor e receptor. Dressler conclui que, a se adotar tal posição, ter-se-á de admitir: *a*) que a pragmática contém em si a semântica; esta, por sua vez, a sintaxe, e a sintaxe contém a fonologia; *b*) que tem lugar aqui a classificação dos predicados comunicativos (executivos): o emissor informará o receptor através do texto (função representativa), obrigando-o a uma avaliação ou a um comportamento (função provocativa) ou a

uma avaliação espontânea de alguma coisa (função avaliativa), ou, ainda, a exprimir seus sentimentos (função expressiva); destes predicados comunicativos é que derivam as modalidades.

Contestando a afirmação de Wunderlich de que a compreensão dos enunciados precedentes faz parte das pressuposições dos enunciados subseqüentes — o que levaria a considerar o texto como a soma de suas frases — ressalta que um texto está, em seu conjunto, em relação com o seu autor e o seu receptor, possuindo um determinado escopo (a força ilocucionária de Austin), sendo a sua codificação e produção uma ação destinada a um fim intencional e comunicativo.

A adequação T-pragmática consiste em uma concordância do texto como um todo, quanto ao tipo e à forma efetiva, com as restrições pragmáticas gerais e específicas. Assim, uma situação "fixa", com restrições pragmáticas e sociais, é válida para uma conversação inteira entre os mesmos interlocutores. O *status* social relativo dos interlocutores, por exemplo, interfere nas fórmulas de cortesia. Também o emprego das modalidades que derivam de hiperfrases performativas diferentes em cada caso está na dependência da situação. As modalidades transformam as frases em fragmentos de texto.

As intenções comunicativas do emissor e do receptor são, na maioria das vezes, coincidentes. A intenção unificadora do autor leva-o a decidir quais as frases que se podem combinar de modo adequado em um texto: embora, por vezes, as frases singulares não estejam suficientemente bem relacionadas ou pareçam até contradizer-se, uma só frase final da cadeia pode deixar claro o tema do conjunto. É neste ponto que entram as intenções do receptor, já que este espera que as frases que lhe são oferecidas em um texto estejam conectadas de algum modo. Cabe ao autor apresentar-lhe o conjunto do texto de modo a satisfazer tal expectativa.

O início do texto constitui parte especialmente importante nas relações emissor-receptor, fazendo surgir, no segundo, expectativas específicas e traçando os seus contornos pragmáticos.

"Já na primeira frase do texto, o ouvinte cria certas expectativas sobre a prossecução do mesmo, que o falante poderá satisfazer ou frustrar" (p. 83).

"Um texto que não permite um progresso na informação é na realidade inaceitável, mas são possíveis, certamente, textos que preenchem plenamente as expectativas semânticas que o ouvinte criou no fim da primeira frase.

"O outro extremo é dado por textos nos quais cada frase desmente as expectativas semânticas que a frase ou as frases precedentes haviam feito surgir" (p. 84).

Também desempenham papel extremamente importante as pressuposições, já que existem aquelas que valem para o texto todo, constituindo, portanto, um fator de coerência.

Enfim, cabe à pragmática do texto inseri-lo na sua situação comunicativa. Para tanto, segundo Dressler, torna-se necessário o recurso a outras ciências, como, por exemplo, a teoria da comunicação, a sociologia, a psicologia, visto que existe uma série de problemas que, por enquanto, ainda não vêm encontrando soluções satisfatórias, exigindo, portanto, uma abordagem interdisciplinar.

3.7. VAN DIJK

Teun Adrianus van Dijk, holandês, professor de teoria da literatura em Amsterdã, pesquisa há vários anos a possibilidade de construir uma gramática gerativa de texto e, baseada nesta, uma gramática gerativa do texto poético.

3.7.1. Em obras escritas entre 1971 e 1973, procura demonstrar que a análise de um texto não é redutível a uma análise frasal, pois o falante de uma língua conhece as regras subjacentes às relações interfrásticas (anáforas, pronomes, tempos verbais, definitivização, tópico, comentário, foco, ênfase, pressuposição, implicação etc.), sem as quais não poderia produzir enunciados coerentes: "Já que o falante pode produzir/interpretar um número infinito de discursos diferentes, sua competência é necessariamente textual" (1977: 208). É praticamente impossível que a produção e a percepção de enunciados textuais se operem por uma concatenação não regrada de frases isoladas e existem seqüências frasais não redutíveis a frases compostas, o que mostra que "a diferença entre seqüência (ou texto) e frase (longa) não é simplesmente uma diferença de realização estilística" (1977: 206); essa redutibilidade pressupõe relações de paráfrase em que o sentido permanece idêntico. Em grande número de frases compostas, as diferenças são de fato apenas estilísticas, porém textos dialogados, por exemplo, não podem reduzir-se a uma única frase, como em:

(1) "Que horas são? São cinco horas."

(2) "Faz frio aqui. Podes ligar o aquecimento?"
(1977: 206)

E ainda:

"... é mesmo improvável que um texto seja simplesmente uma seqüência de frases (ou de pares, triplos, n-tuplos de frases) ou que uma frase seja ela própria uma simples seqüência linear de palavras" (1977: 204).

O objeto de uma gramática de frase não constitui o "domínio natural da teoria lingüística"; e "já que a frase é uma parte do texto e que o texto é objeto legítimo da lingüística, toda descrição de frases deve ser integrada numa descrição de textos. Tanto mais que se verifica que numerosas propriedades de uma frase são funções das relações interfrásticas de um texto. É, pois, o conjunto infinito dos textos coerentes que constitui o domínio natural de uma gramática adequada" (1977: 205).

3.7.2. Estrutura Profunda do Texto: Macroestruturas

Van Dijk esclarece que a maior parte dos trabalhos no âmbito da gramática textual trata dos diferentes aspectos interfrásticos, porém deixa claro que esta é apenas uma parte da gramática de texto e que é improvável que a coerência textual seja determinada somente nesse nível.

Seu modelo de gramática textual apresenta três características principais:

a) insere-se no quadro teórico gerativo;
b) usa instrumentos conceituais e operativos da lógica;
c) integra a gramática do enunciado na gramática textual.

Assinala, também, que: ..."uma gramática estendida de frase (*extended S-grammar*) não é equivalente a uma gramática de texto, apesar de grande parte das propostas recentes de gramáticas textuais limitarem-se a estruturas superficiais tais como seqüências (de enunciados). Postulamos, pois, que estes tipos de gramáticas textuais, isto é, gramáticas que não especificam estruturas profundas ou macroestruturas textuais, são descritivamente inadequadas" (1972: 19).

É aqui que se coloca a hipótese central do autor: ao texto subjazem estruturas peculiares — as macroestruturas textuais. Mas o que entende van Dijk por macroestrutura textual?

A macroestrutura do texto (ou estrutura profunda textual) é aquela que explicita a coerência do texto, a estrutura temático-

-semântica global. É distinta quer da estrutura profunda dos enunciados simples que constam dos textos, quer da estrutura superficial dos textos singulares:

"A macroestrutura é considerada como a estrutura subjacente abstrata ou 'forma lógica' de um texto e pode ser identificada com a *estrutura profunda do texto*. Consiste na representação semântica global que define a significação do texto 'como um todo'.

"Correspondentemente, a microestrutura é considerada a *estrutura superficial do texto*, que consiste em um n-tuplo ordenado de sentenças subseqüentes. A estrutura de superfície textual não é idêntica à estrutura superficial morfológico/sintática de suas sentenças. Estas possuem os seus próprios níveis de estrutura profunda e superficial, que, por questões de clareza, serão denominadas, respectivamente, estrutura profunda e estrutura de superfície sentenciais (*sentential deep and surface structure*)" (1972: 17).

Tem-se, assim, que uma gramática textual gerativa é um algoritmo que gera infinitas estruturas textuais profundas.

3.7.3. Um Modelo de Macroderivação

Para a representação formal da macroestrutura dos textos, van Dijk recorre à mesma formalização lógica usada para a representação da estrutura profunda dos enunciados; isto é, para ele, a macroestrutura do texto pode ser considerada isomorfa à estrutura semântica dos enunciados, embora, naturalmente, a diferença no nível de abstração exija certos ajustamentos formais. Utiliza-se da lógica dos predicados, à maneira de Gruber e, especialmente, de Fillmore. As categorias são predicados, argumentos, conectivos, quantificadores, além dos modais e performativos.

Propõe as seguintes regras para formalizar a macroestrutura textual:

(1) T → Tql Prop., sendo que $T \rightarrow T\ (\&\ T)^n$ em que $n \geqslant 0$
e & → { ∧ (conjunção) / ∨ (disjunção) / ⊃ (implicação) / ≡ (equivalência) }

(2) Tql → Perf. Mod.

(3) Perf. → { Af. / Quest. / Imp. }

(4) Mod. → M (Qu)

(5) M → { Neg. / Fact. / Prob. / Poss. }

(6) Qu → { ∀ / E / W / ∃ / ℩ / η / λ / ε }

(7) Prop. → Pred. Arg.

(8) Pred. → { St (atus) / Proc (ess) / Obj (ect) / Instr. (ument) / Source / Goal }

Tql — *Text-qualifier*, categoria que domina a dos performativos e a dos operadores modais (modalidades e quantificadores), separando-as do conjunto de categorias que compõem a proposição nuclear, em analogia com a de *sentence-qualifier* usada por Seuren (1969).

Prop — proposição.

Perf — performativos (*sentential attitudes*, atitude do locutor com relação ao enunciado que produz).

Mod — operadores modais.

M — *modalidades* que afetam os predicados ou a proposição nuclear como um todo. Entre as modalidades aléticas (*possibilidade* e *probabilidade*), inclui a *negação*, afirmando que, embora não se trate propriamente de uma categoria modal, considera-a como um modificador proposicional e não apenas como uma das constantes lógicas do mesmo nível dos demais conectivos sentenciais. A nega-

ção, precedendo outros operadores, vai dar origem a operadores complexos como "improbabilidade", "impossibilidade", "não-factualidade". Usa *Fact* (factual ou atual) como um operador "neutro", que indica o caráter "factual" ou "atual" do estado de coisas designado pela sentença. Todos esses operadores podem combinar-se uns com os outros.

Qu — quantificadores (semelhantes aos da lógica)

$\forall$ — todos (universal)

$\exists$ — existencial (existe um x tal que . . .)

W — a maioria

Ǝ — poucos

ʅ — predicação sobre indivíduos únicos

η — descrição de indivíduos não-especificados, descrições indefinidas

λ — "sub-ramificação terminal" semântica abstrata

ε — relação de tipo lógico

Pred — predicado

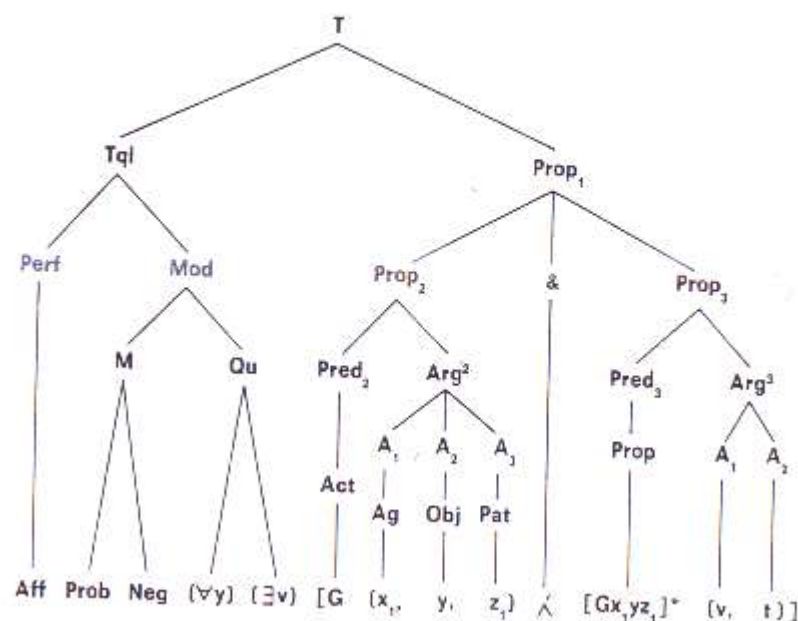
Arg — argumentos

A propósito do termo *argumento*, propõe ainda que, seguindo a terminologia proposta por Tesnière (1959), substitua-se a noção tradicional de argumento pela noção funcional de actante (1972: 147).

O uso de uma vírgula sobre um conector lógico destina-se a indicar que não se trata de proposições lógicas, mas de sentenças (por exemplo, $\acute{\supset}$, $\acute{\vee}$, $\acute{\equiv}$).

Para uma oração como

(3) *John probably will not give all books to Peter* (1972: 155)
(João provavelmente não dará todos os livros a Pedro)

propõe a seguinte estrutura profunda:

onde $t_i > t_0$ (t_0 representando o tempo zero da ocorrência).

3.7.4. Exemplo de descrição

Apresenta, também, de acordo com as regras acima, uma derivação das macroestruturas de um texto do livro *Mythologies* de Barthes, que transcrevemos a seguir, indicando, ainda, possíveis relações de suas macroestruturas com a estrutura superficial (1972: 157-9):

Critique muette et aveugle

Les critiques (littéraires ou dramatiques) usent souvent de deux arguments assez singuliers. Le premier consiste à décréter brusquement l'objet de la critique ineffable et par conséquent la critique inutile. L'autre argument, qui reparaît lui aussi

périodiquement, consiste à s'avouer trop bête, trop béotien pour comprendre un ouvrage réputé philosophique: une pièce d'Henri Lefebvre sur Kierkegaard a ainsi provoqué chez nos meilleurs critiques (et je ne parle pas de ceux qui font ouvertement profession de bêtise) une feinte panique d'imbécillité (dont le but était évidemment de discréditer Lefebvre en le reléguant dans le ridicule de la cérébralité pure).

Pourquoi donc la critique proclame-t-elle périodiquement son impuissance ou son incompréhension? Ce n'est certainement pas par modestie: rien de plus à l'aise qu'un tel confessant qu'il ne comprend rien à l'existentialisme, rien de plus ironique et donc de plus assuré qu'un autre avouant tout penaud qu'il n'a pas la chance d'être initié à la philosophie de l'Extraordinaire; et rien de plus militaire qu'un troisième plaidant pour l'ineffable poétique.

Tout cela signifie en fait que l'on se croit d'une intelligence assez sûre pour que l'aveu d'une incompréhension mette en cause la clarté de l'auteur, et non celle de son propre cerveau: on mime la niaiserie, c'est pour mieux faire le public se récrier, et l'entraîner ainsi avantageusement d'une complicité d'impuissance à une complicité d'intelligence. C'est une opération bien connue des salons Verdurin: "Moi dont c'est le métier d'être intelligent, je n'y comprends rien; or vous non plus vous n'y comprendriez rien; donc, c'est que vous êtes aussi intelligents que moi."

Le vrai visage de ces professions saisonnières d'inculture, c'est ce vieux mythe obscurantiste selon lequel l'idée est nocive, si elle n'est contrôlée par le "bon sens" et le "sentiment": le Savoir, c'est le Mal, tous deux ont poussé sur le même arbre: la culture est permise à condition de proclamer périodiquement la vanité de ses fins et les limites de sa puissance (voir aussi à ce sujet les idées de M. Graham Greene sur les psychologues et les psychiatres); la culture idéale ne devrait être qu'une douce effusion rhétorique, l'art des mots pour témoigner d'un mouillement passager de l'âme. Ce vieux couple romantique du coeur et de la tête n'a pourtant de réalité que dans une imagerie d'origine vaguement gnostique, dans ces philosophies opiacées qui ont toujours formé finalement l'appoint des régimes forts, où l'on se débarrasse des intellectuels en les envoyant s'occuper un peu de l'émotion et de l'ineffable. En fait, toute réserve sur la culture est une position terroriste. Faire métier de critique et proclamer que l'on ne comprend rien à l'existentialisme ou au marxisme (car par un fait exprès ce sont surtout ces philosophies-là que l'on avoue ne pas comprendre), c'est ériger sa cécité ou son mutisme en règle universelle de perception, c'est rejeter du monde le marxisme et l'existentialisme: "Je ne comprends pas, donc vous êtes idiots."

Mais si l'on redoute ou si l'on méprise tellement dans une oeuvre ses fondements philosophiques, et si l'on réclame si fort le droit de n'y rien comprendre et de n'en pas parler, pourquoi

se faire critique? Comprendre, éclairer, c'est pourtant votre métier. Vous pouvez évidemment juger la philosophie au nom du bon sens; l'ennui, c'est que si le "bon sens" et le "sentiment" ne comprennent rien à la philosophie, la philosophie, elle, les comprend fort bien. Vous n'expliquez pas les philosophes, mais eux vous expliquent. Vous ne voulez pas comprendre la pièce du marxiste Lefebvre, mais soyez sûrs que le marxiste Lefebvre comprend parfaitement bien votre incompréhension, et surtout (car je vous crois plus retors qu'incultes) l'aveu délicieusement "inoffensif" que vous en faites.

O texto é uma combinação de três proposições textuais:

Proposição n.º 1: *The critics say that if they don't understand a difficult philosophical work, this work is bad.* (Os críticos dizem que, se eles não entendem um trabalho filosófico difícil, este trabalho é ruim.)

Proposição n.º 2: *This argument is based on a general 'terrorist myth' for masking one's own ignorance.* (Este argumento é baseado num 'mito terrorista' geral para mascarar a própria ignorância.)

Proposição n.º 3: *But the philosophers understand the ignorance of the critics.* (Mas os filósofos entendem a ignorância dos críticos.)

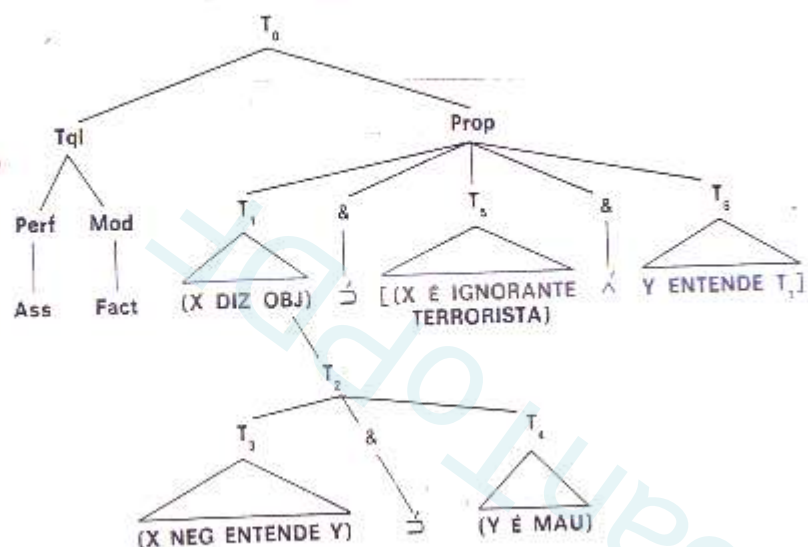
O texto como um todo, diz van Dijk, pode ser considerado, como muitos ensaios deste tipo, um argumento completo, tendo uma estrutura silogística, e a representação de sua estrutura semântica profunda pode ser formalizada de acordo com as relações lógico-semânticas entre suas proposições.

Prop 1 Se X (críticos) dizem: Prop 1'

Prop 1' Se (X neg (entendem Y (filosofia))) então (Y é mau)

Prop 2 Então (Prop 1' significa ((X é ignorante) e (X é terrorista)))

Prop 3 E eles (Y entendem (Prop 1'))

E a estrutura textual pode finalmente ser representada num marcador de frase:

Esta derivação global pode ser reduzida à estrutura: SE (X NEG (ENTENDE Y)) ENTÃO (Y ENTENDE X).

Pergunta van Dijk, como pode esta estrutura relacionar-se com a superfície do texto? Observa que as três proposições básicas representadas por T_1, T_5 e T_6 coincidem com três parágrafos do texto, estando o primeiro subdividido em dois parágrafos, que correspondem a T_3 e T_4.

Dever-se-ão, então, reescrever as categorias terminais macrolexicais CRITICAR, DIZER etc., como séries de possíveis lexemas, ou seja, lexicalizações diversas que podem ser usadas nas respectivas orações do texto.

CRITICAM ⟶ [os críticos, a crítica . . .]

DIZEM ⟶ [argumentar, decretar, criticar, confessar-se, professar, proclamar, confessar . . .]

NEG (ENTENDEM) ⟶ [inefável, inútil, muito estúpido, não compreender, estupidez, imbecilidade, impotência, incompreensão . . .]

Ainda nesta obra, afirma que as macroestruturas lingüísticas têm uma realidade psicológica em forma de planos (*plans*). No artigo "A Note on Linguistic Macro-Structures" (1973), apresenta argumentos empíricos oriundos da psicolingüística e da psicologia cognitiva para sustentar sua hipótese sobre a prioridade gerativa da macroestrutura:

"(. . .) as razões principais que deram a certeza de que a gramática deveria conter um macrocomponente, provêm da psicolingüística e da psicologia cognitiva. Na verdade, há um certo número de capacidades lingüísticas que não podem propriamente ser explicadas com base nas gramáticas de seqüência linear de enunciados. O principal argumento em favor desta hipótese é de tipo cognitivo: a organização do comportamento complexo (mais alto) e, *a fortiori*, de todos os tipos de comportamento verbal, não tem caráter linear ou transicional (*transitional*), mas é essencialmente baseado em estratégias globais, governadas por regras ou programas. Isto é verdade quer para processos de produção, quer para processos de percepção (1977: 189).

3.7.5. Macroestruturas e Superestruturas

Em trabalhos mais recentes (p. ex., 1978), van Dijk fala de macro e de superestruturas. As macroestruturas semânticas "são a reconstrução teórica de noções como tema ou tópico do discurso" e a microestrutura, "a estrutura local de um texto, isto é, a estrutura das orações e sua relação mútua de conexão e coerência" (p. 39).

Apresenta, também (p. 44), as macro-regras (*macro-rules*) que têm por função transformar a informação semântica e que são:

1) *Apagamento* (*Deletion*) — dada uma seqüência de proposições, eliminar todas as proposições que não constituam pressuposição para as proposições subseqüentes.

2) *Generalização* (*Generalization*) — dada uma seqüência de proposições, constituir uma proposição que contenha conceitos transmitidos na seqüência de proposições e substituir, pela proposição assim constituída, a seqüência original.

3) *Construção* (*Construction*) — dada uma seqüência de proposições, construir uma proposição que denote o mesmo fato denotado pela união das proposições e substituir, pela nova proposição, a seqüência original.

Embora as macro-regras tenham caráter geral, definindo princípios gerais de informação semântica, nem todos os usuários aplicam as regras do mesmo modo. Falante e ouvinte podem, intuitivamente, achar relevantes aspectos diferentes do mesmo texto, dependendo dos interesses, desejos, conhecimentos, valores, definindo juntos o jogo cognitivo contextual.

A aplicação das macro-regras depende também do tipo de texto. Uma mesma informação pode ser mais importante num texto do que em outro.

Uma história, além de várias estruturas textuais, como uma série de seqüências com uma estrutura profunda de proposições coerente, uma macroestrutura etc., "tem também um outro tipo de estrutura, por exemplo, uma estrutura esquemática que chamamos de superestrutura. Uma superestrutura pode ser caracterizada como a forma global de um texto, definindo a organização global do texto e as relações (hierárquicas) de seus respectivos fragmentos. Assim, uma superestrutura, mais do que a 'forma' sintática de uma oração, é descrita em termos de *categorias* e de *regras de formação*" (p. 49).

Cita, como exemplo de categorias de uma história: a orientação, a complicação, a resolução, a avaliação e a moral[14].

As regras definem em que ordem estas categorias ocorrem, porém a ordem natural é a mencionada acima e a estrutura assim obtida chama-se esquema narrativo ou superestrutura narrativa, que é mais ou menos abstrata, porque não diz nada ainda sobre o conteúdo e expressa-se, também, numa linguagem mais ou menos independente, porque o mesmo esquema pode ser aplicado a uma seqüência de cenas (*pictures*).

3.7.6. A Pragmática do Discurso

Para van Dijk, a teoria do desempenho verbal ou da comunicação precisa incluir um componente pragmático, isto é, precisa incluir uma gramática gerativa, necessariamente de texto, com uma série de regras pragmáticas e categorias; somente então ela poderá fornecer uma base sólida para teorias psico e sociolingüísticas do desempenho verbal e também poderá ser construída uma sólida teoria literária.

14. Essas categorias se encontram também em Isenberg (cf. p. 60 deste capítulo) e são baseadas em Labov e Waletsky, já citados.

Na obra *Some Aspects of Text Grammar* afirma que a teoria do desempenho não pode ser considerada "como uma série de fatores não teorizáveis e a grande lata de lixo da descrição gramatical. Qualquer teoria do USO de um sistema lingüístico e seus enunciados, ou melhor, ocorrências no processo de comunicação, pressupõe uma gramática. Porém, muitos aspectos formais desses enunciados só podem ser descritos e explicados quando são levados em conta aspectos da situação comunicativa" (1972: 314).

Da mesma maneira como é necessário estabelecer as estruturas semânticas globais de um texto, torna-se preciso determinar as estruturas globais do ato para um ato de fala ou seqüência.

Assim é que propõe a macroestrutura textual para todas as espécies do complexo processo de informação e a macroestrutura pragmática, cuja unidade será o macroato de fala, para um ato de fala ou seqüência.

Um macroato de fala é um ato de fala concretizado pela realização de uma seqüência de atos de fala linearmente conectados, isto é, coerentes e satisfazendo a condições seqüenciais (apresentar-se-ão exemplos destas condições no decorrer desta exposição).

Ao escrever-se uma petição, ela conterá asserções e outros atos de fala, mas será, no todo, uma petição. A importância da noção de macroato de fala para uma gramática de texto e para uma teoria mais geral do discurso reside no fato de que ele torna possível falar das funções globais de um discurso ou de uma conversação; isto é, paralelamente à noção semântica de tema ou tópico, tem-se um meio de tornar explícita a questão pragmática do discurso.

O interlocutor deve ter condições de avaliar as funções pragmáticas e estratégicas dos atos de fala individuais de uma seqüência. Ele deve saber o que o falante está insinuando, o que afinal ele quer com seu enunciado. O macroato de fala tem também as funções cognitivas de informação, redução e organização: o interlocutor não precisa se lembrar de todos os atos de fala individuais, mas pode simplesmente selecionar alguns deles que serão os mais relevantes para a posterior (inter)ação.

Assim, os macroatos provêem a necessária contraparte pragmática das macroestruturas semânticas: sem eles não haveria uma função contextual e, inversamente, eles também motivam a existência das macroestruturas semânticas, porque cada um deles necessita de uma base semântica (proposicional), o seu *conteúdo*.

Deste modo, os mesmos princípios básicos são encontrados nos vários níveis de descrição, e unidades ou categorias de um

nível são sistematicamente relacionadas com unidades semelhantes de outros níveis.

Como ilustração, citem-se os seguintes exemplos de van Dijk:

(1) *What do you want to drink? You want some red wine? Or don't you want alcohol right now?*
(O que você quer beber? Quer vinho tinto? Ou você não quer nada de álcool agora?)

(2) *Shut up, will you. I have to finish this paper.*
(Fique quieto, por favor. Preciso terminar este trabalho.)

(3) *O. K., let's go. I'm tired.*
(Vamos. Estou cansado.)

(4) *Yes, I see you need some money. I'll send you some tomorrow.*
(Sim, vejo que você precisa de dinheiro; mando-lhe algum amanhã.)

Nos exemplos (1), (2) e (4), um ato de fala constitui preparação, condição, motivação ou explicação para o ato de fala seguinte, significando que tais atos funcionam como *atos auxiliares*. Eles tornam o ato seguinte possível ou possivelmente mais efetivo. Tem-se a intuição de que o ato de fala seguinte é o mais importante. É o principal da seqüência. Há uma distinção entre atos de fala super e sub-ordenados, isto é, há uma estrutura hierárquica. Se se aplicar um tipo de macro-regra como a *construção*, pode-se substituir uma série de atos por um ato global que seria:

— em (2) — solicitação
— em (3) — exortação
— em (4) — promessa

Nestes casos, os microatos de fala são também realizados na seqüência, por exemplo, como o ato principal da fala (no micro-nível).

Tanto no micro como no macronível podemos ter o chamado *ato indireto* de fala que é o ato realizado através de outro. Pode-se dizer: — Estou cansado — que é uma asserção, para fazer um pedido (por exemplo: deixe-me só).

Assim as condições normais para um pedido podem ser realizadas indiretamente e uma das mais importantes funções estratégicas de tais atos é a aparente possibilidade deixada ao interlocutor de tomar o ato literalmente, isto é, como um ato direto e não precisar assim reagir ao pedido, recusando-se, por exemplo, a aceder.

O mesmo acontece no macronível: é possível, numa seqüência assertiva global de atos da fala, falar a alguém de nossas dificuldades financeiras, funcionando indiretamente como um pedido global. O exemplo de van Dijk:

(5) *Hi John. I have had some troubles repairing my house and I badly need a new car. But they won't let me have that personal loan at the bank. So, I wonder if you could help me (...).*
(Ih, John! Tive problemas na reforma de minha casa e necessito de um carro novo. Mas no banco não me querem dar um empréstimo. Gostaria que você me ajudasse (...),

apresentado na forma de uma conversação, pode dar idéia de como uma seqüência de enunciados, sendo cada um uma asserção, pode globalmente transmitir o macroato de fala de um pedido. Os atos de fala individuais constituem uma introdução à conversação e uma asserção sobre a situação atual do interlocutor, funcionando como uma preparação para o pedido de ajuda.

Os macroatos têm, para van Dijk, funções conversacionais, intencionais e cognitivas. Em primeiro lugar, organizam e reduzem os atos individuais do texto; em segundo, permitem ao falante fazer um plano pragmático global de seu discurso, isto é, que espécie de ato global de fala ele quer realizar, ato que ele pode mudar se o interlocutor mostrar que as condições para o pedido global não estão preenchidas; em terceiro lugar, o interlocutor percebe, pelas manobras preparatórias do falante, qual ato global de fala está sendo realizado.

E conclui van Dijk:

"O modelo para a análise gramatical e pragmática do discurso parece ter a vantagem de não somente apreender sistematicamente as respectivas propriedades das estruturas e funções do discurso, mas também de prover as bases para um sério modelo para o estudo do discurso, da cognição, da comunicação e da interação social" (1978: 75).

3.8. PETÖFI

János Sándor Petöfi dedica-se, há cerca de dez anos, à elaboração de uma teoria do texto. Tendo iniciado seu trabalho em Budapeste, na Hungria, transferiu-se, a seguir, para Göteborg, na Suécia, vindo a estabelecer-se, posteriormente, na Alemanha, a princípio em Constanza e, depois, em Bielefeld, onde se encontra atualmente.

O objetivo constante de suas pesquisas tem sido o de construir uma teoria semiótica dos textos verbais, capaz de explicar simultaneamente os aspectos *co-textuais*, isto é, intratextuais (internos ao texto) e os aspectos *con-textuais*, ou seja, extratextuais (externos ao texto), compreendendo estes não apenas as condições externas de produção e recepção de textos, como também o componente semântico-extensional — a interpretação, no sentido lógico do termo.

O modelo de Petöfi — que vem recebendo há algum tempo a contribuição de Rieser, pode ser assim esquematizado:

Teoria de Texto	*Componente co-textual* (*Ko-text*: regularidades internas ao texto.)	*subcomponente gramatical* — *Gramática Textual*
		subcomponente não-gramatical — metro, rima, eufonia etc.
	Componente con-textual (*Kon-text*: conjunto de condições, externas ao texto, de produção, recepção e interpretação textual).	*subcomponente semântico co-extensional* — *interpretação semântica extensional* (mundos possíveis, modelos)
		subcomponente pragmático — *relativo às questões de produção e recepção do texto* (contexto pragmático de ocorrência)

Em sua obra, distinguem-se dois grandes momentos: o primeiro em que se dedica à elaboração de uma *gramática de texto*, elemento fundamental do componente co-textual; o segundo, em que tem por escopo elaborar uma *teoria parcial do texto*, que denomina TeSWeST (*Textstruktur-Weltstruktur-Theorie*, Teoria da Estrutura do Texto-Estrutura do Mundo), cujo objeto é o

relacionamento entre a estrutura de um texto e a interpretação extensional (em termos de mundos possíveis) do mundo (ou do complexo de mundos) que é textualizado em um texto. Trata-se de uma teoria lógica do texto, ou melhor, segundo suas próprias palavras, "logicamente-orientada" (*logic-oriented*).

3.8.1. No primeiro momento, a gramática textual postulada por Petöfi integra, de certa forma, as duas principais concepções da gramática do enunciado: a *teoria gerativa padrão* (Chomsky, Fodor, Katz), que considera a sintaxe como gerativa e a semântica como interpretativa, e a *teoria da semântica gerativa* (Postal, McCawley, G. Lakoff), que gera diretamente representações semânticas. O autor procura combinar as principais características de ambas, com o intuito de criar uma gramática apta a dar conta tanto da síntese como da análise de textos. Sua gramática tem como propriedade essencial a de ter uma base textual fixada não-linearmente (*Text-grammatik mit nicht-linear festgelegter Textbasis*), o que significa que a base textual consta de uma representação semântica indeterminada com respeito à manifestação linear das seqüências de enunciados, sendo a manifestação linear do texto determinada pela parte transformacional. Cabe a essa gramática tornar possível a análise de textos, isto é, a atribuição de todas as bases textuais possíveis a uma manifestação linear; a síntese de textos, ou seja, a geração de todas as possíveis bases textuais; e, finalmente, a comparação de textos. A propriedade de ter uma base não-linearmente fixada permite-lhe apreender a estrutura hierárquica do texto, bem como explicar as possíveis paráfrases e resumos (*abstracts*) de textos.

Definindo-o como "uma unidade constituída de mais de um enunciado", Petöfi considera o texto a unidade de base da gramática, à qual cabe estudar e descrever todos os aspectos das relações que podem existir entre os enunciados de um texto, o que exige, necessariamente, que se ultrapassem os limites do enunciado. Além disso, do ponto de vista da comunicação, a troca e o registro de informações ocorrem quase sempre por meio de unidades compostas de mais de um enunciado, isto é, por meio de textos. Assim, em resposta às objeções que têm sido feitas à necessidade de se postular uma gramática textual e que têm como ponto comum a asserção de que o "texto" não representa uma categoria diversa do enunciado, podendo, pois, ser reduzido a enunciados complexos, o autor tenta mostrar que uma análise aprofundada das conexões entre enunciados, em diversos textos ou tipos de textos, evidencia a insustentabilidade de tais objeções.

já que o único dispositivo teórico adequado a esse fim é a gramática textual.

3.8.2. No artigo *Semantics, Pragmatics, Text Theory*, Petöfi discute como se deve interpretar o termo gramática e o que se deve entender por *aspectos gramaticais* da língua. Em primeiro lugar, aponta quatro grandes classes em que se podem dividir as unidades pertencentes ao domínio da lingüística:

1) aspectos que podem ser descritos usando-se apenas categorias *internas à lingüística*, como, por exemplo, a distribuição de elementos verbais de diversos graus de complexidade;

2) aspectos que só podem ser descritos por meio de categorias interdisciplinares: aspectos lógicos, aspectos inerentes à teoria da comunicação e à teoria da informação, aspectos psicológicos e tecnológicos dos elementos lingüísticos ou das relações entre estes;

3) aspectos da *mutação histórica* dos elementos lingüísticos ou das relações entre eles;

4) aspectos da *aplicação* do conhecimento das relações entre elementos lingüísticos.

Diz Petöfi que, interpretando-se o termo *gramática* em sentido suficientemente amplo, pode-se dizer que os *aspectos gramaticais* desempenham um papel fundamental em todas as classes: a primeira contém somente aspectos gramaticais; a segunda comporta os aspectos gramaticais e todas as interpretações lógicas, sociológicas etc.) que se lhes possam atribuir; à terceira pertence a mutação histórica dos elementos e das relações gramaticais; a quarta comporta a aplicação do conhecimento que se tem destes. É por esta razão que a pesquisa sobre aspectos gramaticais é fundamental.

Ressalta, ainda, que o aspecto da aplicabilidade é de extrema relevância. Se é verdade que a lingüística pura — isto é, o conhecimento e a descrição de um sistema verbal, que não leva em conta os aspectos da aplicação extralingüística — encontra justificativas indiscutíveis, é muito importante, por outro lado, analisar e descrever esses aspectos, visto que os elementos verbais têm uma função essencial em todos os tipos de registro e elaboração da informação. Assim, postula o desenvolvimento de uma única gramática capaz de dar conta, simultaneamente, de todos

esses aspectos — e, posteriormente, de uma teoria geral que contenha essa gramática — e aponta o quadro semiótico como o mais abrangente para a sua análise.

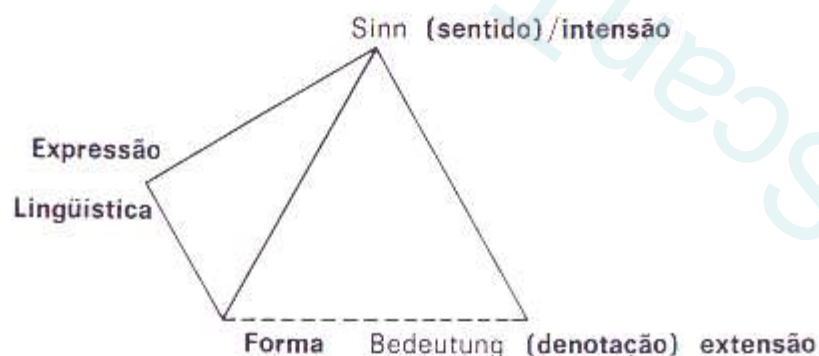
Dentro desse quadro, o autor discute a questão das relações entre *sintaxe*, *semântica* e *pragmática*, que, para ele, estão necessariamente interligadas, não podendo ser separadas uma da outra. É o que procura demonstrar a partir do texto de Montague (1968) em que este retoma a divisão da semiótica proposta por Morris:

"O estudo da linguagem (ou semiose ou semiótica) foi dividido por Morris em três ramos — sintaxe, semântica, pragmática — que podem ser assim caracterizados: a sintaxe concerne unicamente às relações entre expressões lingüísticas; a semântica concerne às relações entre as expressões e os objetos aos quais estas se referem; a pragmática concerne às relações entre as expressões, os objetos a que estas se referem e os usuários ou os contextos de uso das expressões".

Começa por analisar a asserção de que "a sintaxe concerne unicamente às relações entre expressões lingüísticas", cuja interpretação depende do sentido que se atribui aos termos "expressões lingüísticas" e "relações". Interpretando-se o termo "expressões lingüísticas" como unidades elementares, ou complexos de unidades elementares, elas abrangeriam: *a)* morfemas/palavras/formas lexicais; *b)* categorias semânticas; *c)* traços semânticos. O termo "relações", por sua vez, poderia ser interpretado: *a)* como elementos de uma combinatória interna a cada uma das unidades anteriores, isto é, elementos de um nível superior, recuperáveis a partir de elementos do nível inferior; *b)* como combinatórias entre os elementos que constituem cada uma das unidades citadas, podendo ocorrer entre unidades elementares, entre combinações de unidades elementares, ou entre unidades elementares e combinações de unidades elementares.

Assim sendo, os limites da sintaxe não se encontram bem delineados, nem na direção da fonologia, nem na direção da semântica. Isto porque, considerando-se os morfemas como unidades elementares, em uma parte da combinatória dos morfemas — quando se formam palavras ou formas lexicais — os limites da combinatória são traçados com base em critérios fonológicos operando com traços, de modo que não há uma linha de demarcação definida entre sintaxe e fonologia. Por outro lado, a limitação da combinatória de morfemas/palavras/formas lexicais — se é que tem relevância empírica — efetua-se não somente através de regras concernentes às categorias sintáticas, mas tam-

bém com base em critérios semânticos (operando com traços). Portanto, sintaxe e semântica não se separam nitidamente uma da outra. Conclui, assim, que a única sintaxe autônoma bem definível é a das categorias sintáticas, enquanto sintaxe formal, e que a lingüística das línguas naturais, sendo uma ciência empírica, deve estabelecer conexão entre essa sintaxe puramente formal e os elementos verbais, enquanto elementos que representam objetos de realidade extralingüística.

Quanto à asserção "a semântica concerne às relações entre as expressões e os objetos aos quais estas se referem", salienta que a interpretação do termo "objeto" tem dado origem a inúmeras controvérsias. Petöfi, utilizando a terminologia de Frege e de Carnap, e partindo do triângulo semântico proposto por Lyons, constrói a figura seguinte:

Postula, de acordo com Carnap, a existência de dois tipos de "objetos" ("intensão" e "extensão") e dois tipos de "relações" (a relação "forma"-"intensão" e a relação "forma"-("intensão")-"extensão"), havendo, portanto, dois modos de constituir uma semântica (semântica intensional e semântica extensional). Formula, a partir daí, a questão basilar da semântica, qual seja: como se pode definir a intensão de uma expressão lingüística (atômica ou complexa)? E como é possível, conhecendo a intensão, determinar a extensão de uma expressão lingüística?

Finalmente, a asserção "a pragmática concerne às relações entre as expressões, os objetos a que estas se referem e os usuários ou os contextos de uso das expressões" sugere uma seqüência na seguinte ordem: sintaxe—semântica—pragmática, em que cada elemento compreenderia a totalidade do elemento precedente. Petöfi aceita essa interpretação no caso da semântica e da sintaxe, pois não se pode realmente obter nenhuma expressão lingüística sem sintaxe e, muito menos, imaginar, sem sintaxe, uma semântica superior ao nível de palavra. Aliás, segundo Carnap, isto não é possível nem mesmo ao nível da palavra, já que a representação da intensão de uma palavra é sempre um texto. No que diz respeito, porém, à semântica e à pragmática, Petöfi ressalta a necessidade de examinar, primeiramente, as interpretações possíveis do termo "contexto":

a) no sentido mais amplo de contexto extralingüístico de uma língua natural, ou seja, o ambiente socio-físico no qual ela é usada. Nesta acepção, é claro que a representação das "relações entre as expressões, os objetos aos quais estas se referem e os usuários ou o contexto de uso das expressões" deve fazer parte da semântica, ao passo que a pragmática se torna equivalente à teoria da construção dos léxicos (quer da linguagem comum, quer da linguagem técnica);

b) no sentido de contexto (comunicativo) extralingüístico de uma expressão verbal. Neste caso, as relações pragmáticas apresentam uma dupla conexão com as relações semânticas: a intensão de uma expressão verbal complexa decorrente de determinada comunicação não é necessariamente idêntica à combinação das intensões de seus elementos armazenados no léxico, que podem ser modificadas implicitamente pelo contexto extralingüístico;

c) no sentido mais restrito, de contexto verbal de uma expressão verbal. Neste caso, uma parte das relações pragmáticas (por exemplo, as relações dêiticas decodificáveis num texto de modo interno ao próprio texto) podem ser parcialmente reduzidas simplesmente a relações sintáticas.

Já no caso da interpretação (b), que contém implicitamente (c), as relações pragmáticas são estreitamente conexas, em parte, com as relações sintáticas e, em parte, com as semânticas. Conclui, portanto, que não se pode falar de relações "de inclusão" entre pragmática e semântica, nem traçar uma delimitação nítida entre ambas. Numa gramática do texto, como em toda e qualquer teoria lingüística de uma língua natural, os aspectos

sintáticos, semânticos e pragmáticos estão necessariamente interligados.

3.8.3. Petöfi ressalta, também, que, na maior parte das pesquisas voltadas para a construção de gramáticas, o enunciado (*sentence*) aparece como a unidade lingüística mais alta. Duas tendências principais podem ser caracterizadas nessas pesquisas: a) da *gramática gerativa transformacional*, associada ao nome de Chomsky (e, ainda, de Fodor, Katz e Postal), como também dos chamados semanticistas que tentaram corrigir alguns de seus defeitos (Lakoff, McCawley, Postal); e as pesquisas que se desenvolveram a partir da obra de Montague (que elaborou uma gramática categorial sem transformações) e Lewis (autor de um esquema de gramática categorial com transformações).

Petöfi considera mais adequadas as pesquisas de gramáticas categoriais do tipo de Montague e de Lewis, além de outras pesquisas lógicas orientadas para a linguagem natural. Na segunda fase de seu trabalho — a da elaboração de uma teoria parcial de texto — Petöfi praticamente abandona a semântica gerativa e integra em seu modelo a semântica extensional postulada por Montague e Lewis. Por esta razão, no seu modelo de gramática textual, o léxico, com suas representações semânticas intensionais, exerce função de relevância.

Salienta que, em todas as gramáticas baseadas no enunciado, a tônica recai sempre sobre a sintaxe (as regras da sintaxe, as regras-sintáticas - da semântica e seu homomorfismo), tendo sido o léxico, de modo geral, relegado a segundo plano. Recebe-se, assim, uma imagem de certo modo deformada da construção da gramática e pode-se presumir que a estrutura das operações gramaticais será totalmente modificada no momento em que a intensão das palavras singulares vier a ser fornecida explicitamente pelo léxico e não mais apenas indicada por meio de símbolos auxiliares. Para Petöfi, a operação com intensões explicitamente apresentadas mudará totalmente a forma da gramática, que se tornará, necessariamente, uma gramática do texto. Afirma que, também nas pesquisas lógicas, a sintaxe tem predominado, visto terem por escopo, de modo geral, tornar a sintaxe mais articulada, incorporando-lhe informações semânticas-extensionais, como especificações *selecionadas* (*sortal specifications*). Desta maneira, os elementos lexicais que desempenham um papel nas lógicas não-clássicas, são examinados, em primeiro lugar, do ponto de vista sintático.

Levanta, também, uma série de críticas a uma parte dos trabalhos que tem sido elaborados no campo da gramática textual, semelhantes em parte às que se podem fazer às gramáticas centradas nos enunciados: *1*) a gramática de texto, na maior parte dos trabalhos, tem sido interpretada como uma gramática do enunciado integrada de um modo ou de outro. Isto significa que, nestas pesquisas, não se fala de uma representação canônica *sui generis* do texto: sua representação é entendida como uma seqüência logicamente ordenada de representações canônicas de enunciados, o que leva a graves limitações de caráter operacional, excluindo, por exemplo, qualquer possibilidade de paráfrase textual na qual a ordem linear dos enunciados se desvie da ordem originariamente representada; *2*) em qualquer destas tentativas de elaboração de gramáticas textuais, a construção do léxico tem sido descurada, por mais que se insista sobre a sua necessidade.

O escopo desta pesquisa lógica tem sido, de um lado, tornar as representações lógicas — formas canônicas — mais diferenciadas e, de outro, desenvolver os cálculos lógicos não-clássicos existentes, além de criar outros novos.

3.8.4. Petöfi postula que, nas pesquisas lingüísticas empíricas, distinga-se entre o estudo das unidades idealizadas (*I*) da língua-objeto, isto é, das unidades verbais teóricas fora do seu contexto comunicativo, e o estudo das unidades reais da língua-objeto (*O*), ou seja, das unidades verbais dentro de seu contexto comunicativo. No primeiro caso, os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos são inter-relacionados, tendo a pesquisa por escopo global descrever o maior número possível desses aspectos por intermédio de uma teoria formal. Para tanto, Montague propõe usar o instrumental de uma língua pragmática e Lewis o de uma "semântica geral", consistindo o problema do estudo empírico das unidades em saber se é possível descrever a totalidade de uma língua natural por meio de um instrumental meramente formal, já que todo instrumental se constitui de um sistema de regras e de um léxico dificilmente separáveis. O problema da construção do léxico, por sua vez, já está intimamente ligado aos problemas da pesquisa acerca das unidades *O*, sendo o próprio problema fundamental, nesse caso, saber em que medida a descrição explícita das intensões das palavras deve ser particularizada. A semântica dos traços, tanto quanto a lógica, está à procura de limites econômicos, permanecendo no interior da sintaxe. É na filosofia da linguagem ordinária e nas pesquisas dela oriundas que se encontram verdadeiras análises de semân-

tica intensional, particularmente no que diz respeito aos elementos performativos.

Outro aspecto extremamente complexo relativo às unidades *O* é o da determinação das intensões que não se podem derivar daquelas armazenadas no léxico e que dependem das intenções comunicativas do momento, cuja análise sistemática se encontra ainda em um estágio inicial.

A interpretação das "extensões" cabe ao componente semântico extensional, não podendo, também, fundar-se em cálculos estritamente lógicos. Sendo o texto a unidade de base de qualquer teoria adequada, e sendo a extensão de um texto uma configuração admissível dos enunciados avaliáveis do texto, uma semântica extensional constitui uma combinatória bastante complexa (que se torna ainda mais complexa quando se tenta englobar textos pertencentes à comunicação metafórica).

3.8.5. De todo o exposto, Petöfi resume as principais características de uma teoria do texto:

a) o objeto fundamental da pesquisa lingüística deve ser o texto;

b) uma teoria que tenha como unidade de base o texto deve ser empiricamente motivada, inclusive no sentido de poder ser aplicada também a fins extralingüísticos;

c) visto que somente as recentes pesquisas baseadas na lógica tentam analisar e descrever também o aspecto semântico-intensional, uma teoria centrada no texto deve levar em conta os métodos e os resultados dessas pesquisas e integrar seus resultados.

Na elaboração dessa teoria, deve-se estar atento às seguintes considerações: *a*) sua tarefa principal deve ser a de descrever o conhecimento concernente à estrutura textual, de modo a permitir a aplicação desse conhecimento à produção e recepção de textos; *b*) embora seja importante examinar e descrever todas as funções da linguagem, deve-se dar prioridade à função referencial; *c*) convém, no início, limitar o exame e a descrição a textos escritos. É a uma teoria construída com base nessas considerações que o autor considera uma "teoria parcial do texto" empiricamente motivada e logicamente orientada — a sua TeSWeST ("Teoria da Estrutura do Texto-Estrutura do Mundo"), que tem por objetivo precípuo analisar, sintetizar e com-

parar textos. Para atingir tal objetivo, ela deve ser específica com relação a um *corpus* (*corpus specific*), o termo *corpus* significando um *corpus* infinito de textos possuidores de características estruturais particulares. Por esta razão, quando se descreve um texto dado por meio da teoria textual, não se torna possível pretender tratar apenas daqueles elementos para cuja descrição já dispomos de uma teoria lógica totalmente desenvolvida. Deste modo, a TeSWeST ocupa uma posição intermediária entre as diversas teorias filosóficas e estruturalistas que se preocupam com a descrição dos textos, e as teorias centradas no enunciado fundadas na lógica. Se, em confronto com as primeiras, ela pode parecer "pouco técnica", em confronto com as segundas, ela não é "suficientemente exata". A TeSWeST surgiu da convicção de que se deve buscar, dentro da ótica do texto, uma reconciliação entre as metodologias atuais da lingüística e da lógica, "que, evidentemente, exigirá uma modificação parcial destes métodos". Por exemplo, poder-se-á chegar a um novo tipo de lógica — uma "quase-lógica"?

3.8.6. A teoria de Petöfi compõe-se, como já se disse, de um componente gramatical e de um componente semântico-extensional. O primeiro constitui um componente co-textual, ou seja, opera dentro de um sistema fechado, composto do léxico, do sistema de regras gramaticais e do texto a ser analisado (ou da parte do texto que já foi gerada). Sendo este componente uma gramática textual, é possível fornecer, no interior desta gramática, uma descrição inteiramente contextual dos índices ou elementos dêiticos (tarefa que costuma, em outras concepções teóricas, ser atribuída à pragmática), descrição que poderá levar em consideração todos os aspectos do uso anafórico e do uso catafórico de todos esses elementos, mesmo porque trabalha com os elementos da semântica intensional.

O componente semântico-extensional, por sua vez, é con-textual, operando nos quadros de um sistema aberto, e parte de suas regras são, na verdade, meta-regras. A este componente cabe dar conta de aspectos pragmáticos, como os índices con-textuais (exofóricos); parâmetros dependentes do contexto (definições abertas, em que o *definiens* contém parâmetros não definíveis no léxico, já que dependem do ponto de vista adotado — caso de adjetivos, como *bom*, por exemplo); elipses con-textuais (que só podem ser recuperadas pelo recurso a informações con-textuais), intensões específicas ao contexto não deriváveis das intensões fixadas no léxico (como o uso metafórico/metonímico dos elementos verbais), entre outros.

Uma teoria do tipo postulado por Petöfi — teoria semiótica integrada — tem, pois, por escopo, a reconstrução racional (formulação explícita em forma de regras) de todas as convenções sintáticas, semânticas e pragmáticas presentes numa comunidade lingüística — ainda que nem todas essas convenções possam ser consideradas lingüísticas, na acepção comum do termo. É por esta razão que a TeSWeST é uma teoria empiricamente motivada e logicamente orientada, destinada a fornecer a descrição gramatical (semântico-intensional) dos textos e a atribuir as possíveis interpretações semântico-extensionais às estruturas do texto descritas da maneira semântico-intensional. Essas descrições e essas interpretações permitem também a descrição do aspecto pragmático. No artigo *Some Remarks on the Grammatical Component of an Integrated Semiotic Theory of Texts*, Petöfi amplia para três o número de componentes principais de sua teoria: além do componente gramatical e do semântico-extensional, aparece o léxico, antes incluído no primeiro.

O componente gramatical possui dois subcomponentes:

a) o que contém as regras de formação que geram as representações canônicas (não-linearmente fixadas);

b) o que compreende as regras de correspondência (*mapping-rules*) que coordenam, de modo não ambíguo, os textos da língua objeto (ou as manifestações lineares aceitáveis como textos desta) e as representações canônicas. O componente semântico-extensional é, no caso da análise textual, um sistema de regras interpretativas que, com base na representação fornecida pela descrição semântico-intensional, atribui, no texto a ser analisado, um complexo de mundos (*world-complex*) como interpretação semântica. O léxico é um conjunto de informações sintáticas e semânticas, sendo estas últimas representadas sob a forma de um sistema de definições que estrutura tanto o saber ordinário quanto o científico. As regras de formação e de informação semântica armazenadas no léxico visam a reconstruir o que de "universal" existe nas línguas naturais, ao passo que as regras de correspondência e a informação sintática armazenada no léxico dizem respeito ao que é "específico a cada língua". É o componente semântico-extensional que desempenha o papel mais importante, determinando, direta ou indiretamente, a estrutura de todos os demais componentes.

3.8.7. Petöfi propõe que a interpretação se faça em termos da teoria dos modelos e utiliza para a descrição das línguas

naturais uma metalinguagem baseada em Partee (1975). Assim, o autor tenta inserir na TeSWeST a gramática de Montague, incorporando um fragmento de semântica-extensional elaborado por Partee, com base naquela. A principal indagação de Petöfi diz respeito às condições que a parte gramatical da teoria deve satisfazer para ser interpretável pela semântica extensional. Por esta razão, considera tarefa básica do componente sintático de TeSWeST construir uma linguagem formal: *a*) que permita fornecer uma representação não ambígua dos textos em língua natural; *b*) que permita traduzir as representações textuais por ela fornecidas em fórmulas de uma futura sintaxe de tipo lógico; *c*) que contenha todos os elementos necessários para a interpretação semântica dos textos. Para tanto, é preciso determinar: *a*) as expressões de base dessa linguagem; *b*) as regras de formação por meio das quais se podem construir expressões complexas a partir das expressões de base; *c*) o que, nesta linguagem, pode ser considerado universal, é o que é peculiar a cada língua.

Petöfi postula como estruturas elementares dessa linguagem sintática *esquemas de função predicativa* [estruturas functor-argumento(s)], nas quais elementos semelhantes aos da *gramática dos casos* indicam o papel que as variáveis individuais/constantes individuais desempenham no esquema de função predicativa dado. Por exemplo:

AMAR (a:x, e:y) / = x ama y/ em que *a* — agente, *e* — experienciador
CONHECER (a:x, o:y) / = x conhece y/ em que *a* — agente, *o* — objeto

As *expressões de base* dessa linguagem são:

a) *expressões individuais*
(aa) nomes (constantes individuais)
(ab) descrições individuais
(aba) descrições individuais definidas
(abb) descrições individuais indefinidas

b) *esquemas de função predicativa*
c) *esquemas de função de modificador*
d) *esquemas de função conectiva* (uma das mais importantes tarefas da gramática textual é, justamente, a de caracterizar a maneira de preencher os "postos" dos esquemas de função conectiva)

Todo texto atômico possui uma estrutura hierárquica que pode ser representada, de modo simplificado, da maneira seguin-

te: superordenadas ao núcleo proposicional, têm-se uma proposição constitutiva de mundos, uma proposição performativa modal e uma proposição metacomunicativa:

(1) proposição metacomunicativa:	No lugar D_1^c, ao tempo D_t^c *A comunica a B.*
(2) proposição performativa modal:	(Que) no lugar D_1^p, ao tempo D_t^p Eu (=A) *pergunto* a você (=B), se
(3) proposição constitutiva de um mundo:	no lugar D_e^w, ao tempo D_t^w tu (=B) *sabes* que
(4) proposição estratificada:	Carla decide que
proposição:	no lugar D_e, ao tempo D_t ela (=Carla) se ocupa seriamente de semântica lógica.

"Carla se ocupa seriamente de semântica lógica."

A representação de um texto atômico deve conter todas as informações necessárias para a derivação não ambígua de uma manifestação linear do texto derivável da representação dada (e necessárias para a interpretação semântica), incluindo a topicalização e a especificação não ambígua do escopo (*scope*) da negação.

A interpretação semântica dos textos em língua natural é muito mais complexa que a de enunciados, pois, ao se interpretarem textos, ocorre não só que à descrição sintática completa de um texto se podem atribuir diversos tipos de modelos, como também — na maioria dos casos — acontece que a interpretação das diversas partes do texto abrange modelos diversos.

Os elementos constitutivos do mundo, ou melhor, indicativos de mundos destinam-se a indicar/nomear os diversos modelos (mundos) requeridos, visto que os objetos e/ou situações derivadas de *conhecer, crer, sonhar, imaginar, desejar,* ou, ainda, *ser possível, necessário* etc., constituem cada um, um mundo diferente. Estes mundos são ulteriormente especificados por diferentes tipos de circunstâncias espaciais e temporais. A descrição sintática completa de um texto exige a representação de todo esse complexo de mundos.

Os elementos performativos modais, por seu turno, operam com estes mundos e com o conjunto das proposições, indicando a que mundo a proposição (conteúdo proposicional), asseverada, ordenada, prometida pertence ou deverá pertencer.

As condições de verdade relativas a cada mundo são funções dos elementos performativos e dos elementos constitutivos de mundos (e também das circunstâncias espacio-temporais). Estas condições de verdade vão especificar também as regras de inferência semântica válidas no interior de cada mundo. Cada um dos mundos que podemos atribuir a um texto como interpretação semântica é determinado pelo conjunto das proposições que são verdadeiras nesse mundo, e pelas inferências que delas se podem derivar.

Os trabalhos de Petöfi atingem elevada complexidade, visto que têm por objeto não apenas os fenômenos textuais, mas a própria lingüística textual, cujos fundamentos o autor vem pesquisando e questionando continuamente e para a qual vem tentando forjar um instrumental adequado.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALTHAUS, H. P. et al. (1973). *Lexicon de Germanistischen Linguistik.* Niemeyr, Tübingen.

ANSCOMBRE, J. C. e DUCROT, O. (1976). "L'Argumentation dans la langue". *Langages* 42, Didier-Larousse, Paris, 5-27.

———. (1978). *Échelles Argumentatives, Échelles Implicatives et Lois du Discours.* Mimeografado.

AUSTIN, J. (1962). *How to do Things with Words.* Oxford University Press. Londres.

BALAU, V. L. (1981). *Texto Didático: Reflexões sobre Análise de Conteúdo e Análise do Discurso.* Diss. de Mestrado, PUC/SP.

BALLY, Ch. (1944). *Linguistique Générale et Linguistique Française.* A Franke, Berna, 4.ª ed., 1965.

BARTHES, R. (1957). *Mythologies.* Seuil, Paris.

———. (1966). "Introduction à L'Analyse Structurale des Récits". *Communications* 8, Paris, 1-27.

———. (1975). "A Retórica Antiga". In: COHEN, J. et al. *Pesquisas de Retórica.* Trad. bras. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro.

BELLERT, I. (1970). "On a Condition of the Coherence of Texts". *Semiótica* 2, 335-363.

BENSE, M. (1962). *Theorie der Texte.* Kiepenhauer & Witsch, Colónia.

———. (1971). *Einführung in die informationstheoretische Asthetik.*

BENVENISTE, E. (1966). *Problèmes de Linguistique Générale I.* Trad. bras. Nacional, São Paulo.

———. (1970). "L'Appareil Formel de l'Enonciaiton". *Langages* 17, Didier-Larousse, Paris, 12-18.

———. (1974). *Problèmes de Linguistique Générale II,* Gallimard, Paris.

BRINKMANN, H. (1962). *Die Deutsche Sprache. Gestalt und Leistung.* Düsseldorf, 2. ed., 1971.

———. (1965). "Die Konstituierung der Rede". *Wirkendes Wort* 15 157-172.

CAMPBELL, R. e WALES, R. (1970). "The Study of Language Acquisition". In: LYONS, J. (ed.). *New Horizons in Linguistics,* Harmondsworth, 242-260.

CHOMSKY, N. (1965). *Aspects of the Theory of Syntax.* Trad. port. Ed. Almedina, Coimbra, 1978.

CONTE, M. E. (1977). *La Linguistica Testuale.* Feltrinelli Economica, Milão.

COSERIU, E. (1955). "Determinación y Entorno. De los problemas de una lingüística del habiar". *Romanistisches Jahrbuch,* 7, 29-54.

———. (1968). "Les Structures Lexématiques". In: *Zeitschrift für französische Sprache und Literatur, Cad.* 1, 3-16.

DANES, F. (1970). "Zur Linguistischen Analyse der Textstruktur". *Folia Linguistica,* 4, 64-71.

DIJK, T. A. van (1971). "Models for Text Grammars". In: BOGDAN et al. (org.) *Logic, Language and Probability.* Reidel, Dordrecht, 1973.

———. (1972). *Some Aspects of Text Grammars.* Mouton, The Hague, Paris.

———. (1973). "A Note on Linguistic Macro-Structures". Trad. ital. in CONTE (1977). *La Linguistica Testuale.* Feltrinelli Economica, Milão.

———. (1977). "Gramáticas Textuais e Estruturas Narrativas". In: CHABROL, C. et al. *Semiótica Narrativa e Textual.* Trad. bras. Cultrix, São Paulo.

———. (1978). *The Porto Rico Lectures on the Structures and Functions of Discourse.* Amsterdã. Mimeografado.

DRESSLER, W. (1970a). "Modelle und Methoden der Textsyntax". *Folia Linguistica* 4, 64-71.

———. (1970b). "Towards a Semantic Deep Structure of Discourse Grammar". *Papers from the Sixth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society,* 202-209.

———. (1972). *Einführung in die Textlinguistik.* Neimeyer, Tübingen. Trad. ital. *Introduzione alla Linguistica del Testo.* Officina Ed., Roma, 1974.

———. (1977). *Textlinguistik.* Wissenschaftliche Buchgesellschaft Darmstad.

DUCROT, O. (1968). "Le Structuralisme en Linguistique". In: DUCROT et al. (1968). *Qu'est que le Structuralisme.* Paris, 14-96.

———. (1972). *Dire et ne pas Dire.* Trad. bras. Cultrix, São Paulo, 1977.

———. (1973). *La Preuve et le Dire.* Repères, Mame, Paris.

———. (1976). "L'Argumentation dans la Langue". *Langages* 42, Didier-Larousse, Paris, 5-27.

———. (1977). "Illocutoire et Performatif". *Linguistique et Sémiologie* 4, Lyon, 17-53.

———. (1978). "Structuralisme, Enonciation et Sémantique". *Poétique* 33, Seuil, Paris, 5-27.

———. (1980). *Les Mots du Discours*. Minuit, Paris.

DUHEM, P. e BOURDIN, J-F. (1972). "La Grammaire de Texte en Pays de Langue Allemande". *Langages* 26, Didier-Larousse, Paris, 59-74.

FAVERO, L. L. (1974). *Complementação de Predicado em Português*. Tese de doutorado. PUC/SP.

———. (1982). "Considerações em torno da Problemática do Modo Verbal em Língua Portuguesa". *Revista Brasileira de Lingüística*, vol 6, n.º 1, Ano 5, 1982, p. 5-16.

FILLMORE, Ch. J. (1968). "The Case for Case". In: BACH & HARMS (eds.). *Universals in Linguistic Theory*. Holt, Rinehart and Winston, 1-88.

———. (1970). "Subjects, Speakers and Roles". *Synthese* 21. 251-274.

———. (1971). "Some Problems for Case Grammars". Monograph Series on Language and Linguistics, 24. Trad. franc. in *Langages* 38, Didier-Larousse, Paris, junho de 1975.

GREIMAS, A. J. (1966). *Sémantique Structurale*. Larousse, Paris.

———. (1970). *Du Sens*. Seuil, Paris.

GRUBER, J. S. (1965). *Studies in Lexical Relations*. MIT. Tese de doutorado.

HALLIDAY, M. A. K. (1970a). "Functional Diversity in Language". In: *Foundations of Language* 6. 322-361.

———. (1970b). "Language Structure and Language Function". In: LYONS, J. (org.). *New Horizons in Linguistics*. Trad. bras. Cultrix, São Paulo, 1976.

HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, R. (1973). *Cohesion in Spoken and Written English*. Longman, Londres.

HARRIS, Z. S. (1952). "Discourse Analysis". Trad Fr. *Langages*, 28. Didier-Larousse, Paris. 1-30.

———. (1954). "Distributional Structure". *World* 10, 1963, 597-616. Trad. fr. "La Structure Distributionnelle". *Langages* 20. Didier-Larousse, Paris. 1970.

———. (1963). "Discourse Analysis Reprints". *Papers in Formal Linguistics* 2, Haia, Mouton.

HARTMANN, P. (1964). "Text, Texte, Klassen von Texten". *Bogaurus. Zeitschrift für Literatur, Kunst, Philosophie* 2, 15-25.

———. (1968a). "Zum Begriff des Sprachlichen Zeichens". *Zeitschrift für Phonetic, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung* 21, fasc. 3/4. 205-222.

———. (1968b). "Textlinguistik als neue Linguistische Teildisziplin". *Replik*, ano 1, fasc. 2; 2-7.

———. (1971). "Text als Linguistisches Object". In: STEMPEL, W. D. (ed.). *Beiträge zur Textlinguistik*. Fink, Munique, 2-29.

HARWEG, R. (1968). *Pronomina und Textkonstituition*. Fink, Munique.

———. (1970). "Phrasale *Und*-Koordination in der Generativen Grammatik". *Zeitschrift für Phonetik* 23, 192-214.

HJELMSLEV, L. (1953). *Prolegomena to a Theory of Language*. Trad. bras. Perspectiva, São Paulo.

ISACENKO, A. V. (1965). "Kontextbedingte Ellipse und Pronominalisierung im Deutschen". *Beiträge zur Sprachwissenschaft, Volkskunde und Literaturforschung*. Fr. Steinitz, Berlin, 163-174.

ISENBERG, H. (1968a). "Das Direkte Objekt im Spanischen". *Studia Grammatica* 9, Akademie Verlag, Berlin.

———. (1968b). "Überlegungen zur Texttheory". In: IHWE, *Literaturwissenschaft und Linguistik. Ergebnisse und Perspektiven*. Athenäum Verlag, Frankfurt am Main, 1971, 155-172. Trad. it. in CONTE, *La Linguistica Testuale*, Feltrinelli Economica, Milão, 1977.

———. (1970). *Der Begriff "Text" in der Sprachtheorie*. Deutsche Akademie der Wissenschaften, Berlin, Arbeitsstelle Strukturelle Grammatik, ASG-Bericht 8, 1-21.

JAKOBSON, R. (1963). *Essaies de Linguistique Générale*. Trad. bras. parcial *Lingüística e Comunicação*, Cultrix, São Paulo, 1969.

KALLMEYER, W. et al. (1974). *Lektürekalleg zur Textlinguistik*, 2 vol. Frankfurt.

KARTUNNEN, L. (1968). *Discourse referents*. Trad. ital. in CONTE 1977, *La Linguistica Testuale*, Feltrinelli Economica, Milão.

KOCH, I. G. V. (1981). *Aspectos da Argumentação em Língua Portuguesa*. Tese de Doutorado, PUC/SP.

———. (1982). "Os Tempos Verbais do Discurso". *Revista Ângulo*, n.º 13/14, Faculdades Integradas Teresa D'Ávila, Lorena, 14-17.

KOCH, W. A. (1966). "Einige Probleme der Textanalyse". *Lingua* 16.

——— (Org.). (1972). *Strukturelle Textanalyse*. Hildesheim, New York.

LABOV, W. e WALETSKY, J. (1967). "Narrative Analysis: Oral Versions of Personal Experience". In: June Helm (ed.). *Essays on the Verbal and Visual Arts*, Seattle and Condon, 12-44.

LANG, E. (1971). "Über Einige Schwierigkeiten beim Postulieren einer 'Textgrammatik'". In: CONTE (1977). *La Linguistica Testuale*, Feltrinelli Economica, Milão, 86-120.

———. (1972). "Quand une 'Grammaire de Texte' est-elle plus adequate qu'une Grammaire de Phrase?" *Langages* 7, 75-80.

LEONT'EV, A. A. (1969). *Sprache-Sprechen-Sprechtätigkeit*. Trad. alemã Kholhammer, Stuttgart, 1971.

LEWANDOWSKI, Th. (1975). *Linguistisches Wörterbuch*. U. T. B., Quelle & Meyer, Heidelberg.

LEWIS, D. (1972). "General Semantics". In: DAVIDSON & HARMAN ed.). *Semantics of Natural Language*. Dordrecht: 169-218.

LIEBFRIED, E. (1970). *Kritische Wissenschaft von Text*.

LONGACRE, R. E. (1970). *Discourse, Paragraph and Sentence Structure in Selected Philippine Languages*. Summer Institut of Linguistics, Santa Ana, Califórnia.

MONTAGUE, R. (1968). "Pragmatics". In: Klibansky (ed.). *Contemporary Philosophy*. Florença, La Nuova Italia.

———. (1970). "Pragmatics and Intensional Logic". *Synthese* 22, nº 1/2, 68-94.

NEIS, I. A. (1981). "Por uma Gramática Textual". *Letras de Hoje*, 44 PUC/RS, Pós-Graduação em Lingüística e Letras, junho 1981.

OLLER, J. W. (1972). "On the Relation between Syntax, Semantics, and Pragmatics". *Linguistics* 83, 43-55.

OOMEN, U. (1969). "Systemtheorie der Texte". *Folia Linguística* 5, 1/2, 12-34. 1972.

———. (1971). "New Models and Methods in Text Analysis". *Monograph Series on Languages and Linguistics*, nº 24, Georgetown Univ., 211-222.

ORLANDI, E. de L. P. (1978). "Protagonistas do/no Discurso". *Foco e Pressuposição.* Rev. das Faculdades Integradas de Uberaba, Série Estudos-4, Uberaba, 30-41

———, (1979). "A Sociolingüística, a Teoria da Enunciação e Análise do Discurso". *Sobre o Discurso.* Rev. das Faculdades Integradas de Uberaba, Série Estudos-6, 36-49.

OSAKABE, H. (1979). *Argumentação e Discurso Político. Katrós*, São Paulo.

PALEK, B. (1970). *Cross-reference: A Study from Hyper-Syntax.* Universita Karlova, Praga.

PARTEE, B. H. (1975). "Deletion and Variable Binding". In: KEENAN (1975). (org.), *Formal Semantics of Natural Language.* Cambridge Universiy Press, Londres, 16:34.

PECHEUX, M. (1969). *Analyse Automatique du Discours.* Dunot, Paris.

———. (1971). "La Sémantique et la Coupure Saussurienne; Langue, Langage, Discours". *Langages*, 24. Didier Larousse. Paris.

PERELMAN, Ch. e OLBRECHTS-TYTECA, L. (1970). *Traité de l'Argumentation - La Nouvelle Rhétorique.* Univ. de Bruxelles, 6. ed. 1976.

PETÖFI, J. (1972). "Zu einer Grammatischen Theorie Sprachlicher Texte". *LiLi*, ano 2, fasc. 5, 31-58.

———. (1973). "Towards and Empirically Motivated Grammatical Theory of Verbal Texts". In: PETÖFI, Rieser (org.) (1973), 205-275.

———. (1974). "Semantics, Pragmatics, Text Theory". Università di Urbino, Centro Internazionale di Semiotica e di Linguistica, Worling Papers, série A, nº 36.

———. (1976). "Some Remarks on the Grammatical Component of an Integrated Semiotic Theory of Text". In: CONTE. (1977). *La Linguistica testuale.* Feltrinelli Economica, Milão, 224-247.

PIKE, K. (1967). *Language in Relation to a Unified Theory of the Structure of Human Behavior.* The Hague. Mouton.

PROPP, W. (1928). *Morfologija Skazki.* Trad. fr. Seuil, Paris, 1969.

RIESER, H. (1971). "Algemeine Textlinguistische Ansätze zur Erklärung Performativer Strukturen". *Poetics* 2, 91-118.

———. (1972). "Probleme der Textgrammatik II: Zum Aufbau einer Textgrammatik (TEG)". *Folia Linguística* 6, 28-46.

SCHMIDT, S. J. (1969). *Bedeutung und Begriff. Zur Fundierung einer sprachphilosophischen Semantik.* Vieweg, Braunschweig.

———. (1972). "Text als Forschungsobjekt der Texttheorie". *Der Deutschunterricht* 24: 4.

———. (1973). *Texttheorie. Probleme einer Linguistik sprachlichen Kommunikation.* Trad. bras., *Lingüística e Teoria de Texto*, Pioneira 1978.

———. (1974) (org.) *Pragmatik I: Interdisciplinäre Beiträge zur Erforschung der Sprachlicher Kommunication.* Fink, Munique.

SEUREN, P. (1969). *Operators and Nucleus.* Cambridge Univ. Press.

SGALL, P. (1967) "Functional Sentence Persp.tive in Generative Description". *Prague Studies in Mathematical Linguistics* 2, 203-225.

SLAKTA, D. (1971). "Esquisse d'une Théorie Léxico-semantique: pour une Analyse du Texte Politique (Cahiers de Doléances". *Langages* 23, Didier-Larousse, Paris.

STAMMERJOHANN, H. (1975) (org.). *Handbuch der Linguistik.* Nymphenburger Verlagshandlung, Munique.

STEINITZ, R. (1969). "Adevrbial-syntax". *Studia Grammatica* 10.

STEMPEL, W. D. (1971) (ed.) *Beiträge zur Textlinguistik.* Fink, Munique.

TESNIERE, L. (1959). *Eléments de Syntaxe Structurale.* Klincksieck, Paris.

THÜMMEL, W. (1968). "Subordination und Koordination von Sätzen". *III Linguistisches Kolloquium Über Generative Grammatik*, Univ. Stuttgart, Lehrstull für Linguistik. Paper 8. 113-149.

TODOROV, T. (1971). *Poétique de la Prose.* Seuil. Paris.

VOGT, C. (1977). *O Intervalo Semântico.* Ática, São Paulo.

———. (1980). *Linguagem, Pragmática, Ideologia.* Ed. Hucitec, São Paulo.

WEINRICH (1964). *Tempus. Besprochene und Erzählte Welt.* Stuttgart. 2a. ed., 1971.

———. (1966). *Linguistik der Lüge.* Verlag Lambert Schneider, Heidelberg.

WEIRINCH, H. et. al. (1967). "Syntax als Dialektik" (Bochumer Diskussion). In: *Poetica* 1: 109-126.

WEINRICH, H. (1976a). "Textsyntax des Französichen Artikles". In: CONTE (1977) *La Linguistica Testuale.* Feltrinelli Economica. Milão, 53-65.

———. (1976b). *Sprache in Texten.* Klett, Stuttgart.

———. (1976c). "Zur Einführung: Kommunikation: Instruktion: Text". In: (1976a), 11-20.

WUNDERLICH, D. (1968). "Pragmatik, Sprechsituation, Deixis". *Linguistik* 9, Univ. Stuttgart.

———. (1970). "Die Rolle der Pragmatik in der Linguistik". In: *Der Deutschunterricht* 22, fasc. 4, 5-41.

———. (1971). "Pragmatik-Sprechsituation Deixis". *LiLi*, ano 1, fasc. 1, 2, 153-190. Trad. franc. *Langages* 26. Didier Larousse, Paris. 1972 34-74.

OBRAS SOBRE GRAMÁTICA DE TEXTO PUBLICADAS PELO I. P. (INSTITUTO DE PESQUISAS LINGÜÍSTICAS "SEDES SAPIENTIAE" PARA ESTUDOS DE PORTUGUÊS DA PUC/SP)

LEITE, C. C. P. & SILVEIRA, R. C. P. da (org.) (1979). *A Gramática na Pesquisa e no Ensino*, São Paulo, Cortez Editora (Série "A Gramática na Pesquisa e no Ensino" n.º 1).

SILVEIRA, R. C. P. da. (1980). *Ensino de Gramática a Partir do Texto*, São Paulo, Cortez Editora (Série "A Gramática na Pesquisa e no Ensino" nº 2).

FÁVERO, L. L. & BARIAN, E. M. (1980). *A Frase no Texto/Contexto*. São Paulo, Cortez Editora (Série "A Gramática na Pesquisa e no Ensino" nº 3).

LEITE, C. C. P. & SILVEIRA, R. C. P. da. (1981). *Princípios de uma Gramática de Texto*. São Paulo, Cortez Editora. (Série "A Gramática na Pesquisa e no Ensino" nº 4)

LEITE, C. C. P. & SILVEIRA, R. C. P. da. (1982). *Gramática de Texto: as relações/valores*. São Paulo, Cortez Editora. (Série "A Gramática na Pesquisa e no Ensino" nº 5).

LEITE, C. C. P., FÁVERO, L. L. & SILVEIRA, R. C. P. da. (1982). *Linguagem e Pensamento: Reflexões Interdisciplinares*. São Paulo, Cortez Editora (Série "A Gramática na Pesquisa e no Ensino" nº 7).

LEITE, C. C. P. & SILVEIRA, R. C. P. da. (1983). *Análise dos Signos Lingüísticos — Relações/Valores*. São Paulo, edição experimental. (Série Gramática na Pesquisa e no Ensino" nº 8).

Impresso nas oficinas da